

**Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização da
Bacia do Rio Mané Dendê, Salvador
BR-L1487**

PLANO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO (PRI)

Junho 29, 2017

REFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

Prefeito: Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

Secretário: Sérgio Guanabara

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA

Presidente: Tânia Scofield Almeida

Fagner Dantas – Coordenador

Ana Cristina Lessa – Membro

Marco Antônio Rocha – Membro

Mariana Dias – Membro

Autora PRI - Plano Reassentamento Involuntário

Eng. Soraya Melgaço

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

PARTE 1 – QUADRO DE REFERÊNCIA

1. POR QUÊ ATUAR NA BACIA DO MANÉ DENDÊ?
2. MANÉ DENDÊ – CONTEXTO E ANTECEDENTES

- 2.1 Mané Dendê – Contexto
- 2.2 Mané Dendê – Atuações Anteriores
- 2.3 Situação Fundiária Atual
- 3. BACIA MANÉ DENDÊ – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO
 - 3.1 Perfil Populacional
 - 3.2 Moradia e Questões Habitacionais
 - 3.3 Tipologia da Ocupação do Solo
 - 3.4 Fatores de Risco
 - 3.5 Serviços Urbanos
 - 3.6 Registro Fotográfico
- 4. CONTROLE DO TERRITÓRIO
- 5. MANÉ DENDÊ – O PROGRAMA
 - 5.1 Proposta de Intervenção
- 6. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO
- 7. MARCO LEGAL

PARTE 2 – PAUTAS PARA REASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO

- 8. SITUAÇÃO DE AFETAÇÃO
 - 8.1 Justificativa
 - 8.2 Poligonais de Afetação
 - 8.3 Categorias de Afetados
 - 8.4 Parque São Bartolomeu e Terreiros – Cultos Afro-brasileiros
 - 8.4.1 Parque São Bartolomeu
 - 8.4.2 Terreiros
 - 8.5 Dimensionamento
- 9. PERFIL DA POPULAÇÃO E DOS IMÓVEIS AFETADOS
 - 9.1 Resumo dos Resultados
 - 9.2 Gráficos
 - 9.3 Conclusões e Recomendações
- 10. POLÍTICA DE ATENDIMENTO –
 - 10.1 Política de Atendimento – Conceito
 - 10.2 Opções de Compensação

- 10.3 Apoio às Mudanças
- 10.4 Atendimento à população Vulnerável
- 10.5 Requisitos para ser Elegível pelo Programa
- 10.6 Linha de Corte do Cadastro
- 11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE
- 12. REPOSIÇÃO HABITACIONAL
 - 12.1 Habitações Produzidas pelo Programa
 - 12.1.1 Tipologia Habitacional
 - 12.2 Programa Morar Melhor
 - 12.3 Programa Casa Legal
- 13. SOLUÇÕES A SEREM DISPONIBILIZADAS
 - 13.1 Dimensionamento do Número de Soluções
 - 13.2 Dimensionamento por Categoria de Soluções
- 14. DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA
 - 14.1 Atores Sociais
 - 14.2 Mecanismos de Reclamos
 - 14.2.1 Ouvidoria Geral
 - 14.2.2 Ouvidoria Específica – Para o Mané Dendê
- 15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EX-POST
 - 15.1 Monitoramento
 - 15.2 Caminhos Críticos a Serem Monitorados
 - 15.3 Avaliação Ex-Post

PARTE 3 – PLANO DE AÇÃO

- 16. MATRIZ INSTITUCIONAL
- 17. CRONOGRAMA
- 18. ORÇAMENTO

Anexo 1

Cópia dos Ofícios - Solicitando que novos licenciamentos na área sejam remetidos à avaliação da FMLF

Anexo 2

Registro da Reunião com Lideranças dia 22 de março de 2017

Anexo 3

Ata da Reunião com Lideranças dia 19 de abril de 2017

Anexo 4

Cópia do Decreto Nº 7.970 de 05 de junho de 2001 que cria a Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, e dá outras providências.

Anexo 5

Salvaguarda de Reassentamento do BID – OP710

APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Este trabalho do Plano de Reassentamento Involuntário (PRI) foi preparado para o Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Rio Mané Dendê em Salvador - Bahia, que tem por objetivo a melhoria do quadro ambiental da cidade, e para alcançar este propósito realizará obras de (i) saneamento, (ii) proteção contra cheias, (iii) requalificação urbana, (iv) melhorias habitacionais e (v) gestão ambiental. A realização dessas obras implicará no desmonte de imóveis urbanos, seguidas de deslocamento de população e atividades econômicas.

Sabe-se que a promoção de reassentamento de população é sempre um processo complexo e que se não tratado adequadamente pode gerar perdas de difícil reparação à comunidade afetada.

É também de conhecimento, que sensibilizar uma população sobre a sua necessidade de relocação quando à motivação é retirá-las de áreas de risco ou para cessão de território para execução de obras, é algo com o que se convive a algum tempo no Brasil e que é o caso da população afetada no âmbito do Programa Mané Dendê.

O Banco Interamericano (BID) determina que toda operação de crédito para projetos envolvendo desapropriação de imóveis, deslocamento de população e de atividades econômicas deve contar com um plano específico para tratamento do tema (OP 710).

Em atendimento à OP 710, este documento apresenta o Plano de Reassentamento Involuntário do Programa Mané Dendê – (PRI).

Logo, cabe ao PRI o desafio de equacionar a dinâmica de entrelaçamento das diversas ações que comporão a rede de intervenções que deverão ser implantadas para se atingir a meta desejada – sempre buscando atenuar os efeitos – no meio antrópico, provocados pelo processo.

Importante ressaltar, logo de início as características e peculiaridades que envolvem a elaboração deste Plano.

O território de intervenção caracteriza-se por bolsões com alta densidade de ocupação, ausência de infraestrutura urbana e vulnerabilidade social em elevadíssimo grau.

A elaboração do PRI foi respaldada em vários estudos realizados, dentre eles citam-se os seguintes:

- Carta Consulta – BIRD – MANÉ DENDÊ – Elaborada pela empresa Quanta Consultoria
- Mané Dendê - Projeto Conceitual - Elaborado pela empresa Quanta Consultoria – em 2015
- Avaliação Ambiental Estratégica – Elaborada pela empresa NCA – em 2016 / 2017
- Plano Geral de Intervenções, Análises de Viabilidade e Projeto Básico do Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Rio Mané Dendê – Produtos: Síntese Relatório 02 de abril / 2017; Sistematização de Informações Existentes – Relatório 02; Estudos de Vulnerabilidades das Áreas de Risco - Relatório 03.1 de abril / 2017; Estudos de Alternativas – Relatórios 04 e 05 – Elaborados pelo Consórcio de empresas FFA e Planos Engenharia.

Enquanto instrumento estratégico de gestão, o PRI estabelece objetivos, metas, diretrizes, normas e procedimentos para tratamento dos eventos de realocação de população e atividades econômicas que ocorrerão na bacia do Rio Mané Dendê.

O PRI está organizado em três partes:

A Parte 1, denominada QUADRO DE REFERÊNCIA apresentado nos capítulos 1 a 6 deste documento, focaliza: (i) uma breve descrição do Programa Mané Dendê; (ii) descrição do território de intervenção; (iii) proposta de intervenção; (iv) ações de controle do território ; (v) apresentação das diretrizes e fundamentos do tema do remanejamento de população e atividades econômicas no âmbito do Programa Mané Dendê; (vi) Marco Legal de referência para implantação do processo de remanejamento tal e qual proposto neste Plano;

A Parte 2, intitulada PAUTAS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO focaliza os seguintes temas: (i) situação de afetação; (ii) perfil da população e

dos imóveis afetados; (iii) política de atendimento; (iv) critérios de elegibilidade; (v) Reposição habitacional; (vi) soluções a serem disponibilizadas; (vii) participação comunitária; (viii) monitoramento e avaliação ex-post.

A Parte 3, é dedicada aos seguintes temas: (i) próximos passos; (ii) matriz institucional; (iii) cronograma; e (iv) estimativa de custos.

PARTE 1 – QUADRO DE REFERÊNCIA

1. POR QUÊ ATUAR NA BACIA DO MANÉ DENDÊ?

A bacia do Mané Dendê encontra-se na borda oriental da Baía de Todos os Santos e ocupa principalmente a Região Administrativa do Subúrbio Ferroviário. As ocupações nestas regiões são consequência da implantação dos eixos viários da Avenida Afrânio Peixoto e da rodovia BR 324, respectivamente.

A escolha dessa área deu-se por ela reunir quatro fatores motivadores:

- ✓ Ambiental/ física,
- ✓ Histórico-cultural,

- ✓ Social e
- ✓ Técnica/ planejamento.

✓ **Ambiental/ física**

Em 2001, por meio do Decreto nº7.970, o Governo do Estado da Bahia criou-se a Área de Proteção Ambiental (APA) Bacia do Cobre / São Bartolomeu, onde um de seus objetivos é assegurar a qualidade da água da Represa do Cobre. A APA tem uma área de 1.153,7 ha e possui grande diversidade biológica, onde se encontram os remanescentes da Mata Atlântica da região, e que serve de refúgio ecológico para muitas espécies da fauna com risco de extinção. No seu interior há locais de grande beleza cênica e paisagística, com belas cachoeiras, lagos de barragens e áreas de relevo escarpado.

A APA do Cobre situa-se na fronteira com o Parque Metropolitano de Pirajá (maior reserva de mata atlântica nativa do Brasil) e suas águas contribuem para as duas únicas cachoeiras de Salvador, localizadas dentro do Parque São Bartolomeu, que é considerado de grande valor ambiental, histórico e cultural.

Vista do Parque São Bartolomeu



Possui um relevo acidentado, com consideráveis riscos de inundações e deslizamento de encostas. Destacam-se ainda as necessidades imediatas de soluções de drenagem, esgotamento sanitário e contenção de encostas. Duas preocupações centrais são o enfrentamento das condições atuais de risco, que envolvem alagamentos e deslizamentos em áreas com habitações; e a proteção do patrimônio ambiental deste território contra novas ocupações e lançamentos de lixo e esgoto. Essas questões fundamentais abrem espaços para intervenções urbanísticas de melhoria dos espaços públicos, qualidade das moradias, integração interna e melhoria de conexões com o restante da cidade de Salvador e Região Metropolitana.



✓ **Histórico-cultural**

A região reveste-se ainda de fortes tradições religiosas e históricas. É onde estão muitos locais considerados sagrados pelos praticantes do Candomblé, que utilizam os recursos naturais para prática do culto religioso. Destaca-se, também, sua importância pedagógica, com os muitos projetos desenvolvidos que visam a preservação ambiental. A história do território do Parque São Bartolomeu tem início com o aldeamento Tupinambá, cuja principal atividade era de viveiro de peixes. Posteriormente, com a aldeia de São João de Plataforma, fundada pela Companhia de Jesus, instalou-se na região um sítio de engenhos de açúcar.

O parque/sítio foi palco de diversas lutas históricas, como as Batalhas

do Cabrito e Pirajá (Independência da Bahia), a Sabinada e várias outras revoltas contra o sistema escravista. Consequentemente, o parque serviu de abrigo para diversas comunidades quilombolas, havendo a necessidade de garantia do direito de utilização do Parque pelas comunidades afrobrasileiras.

✓ **Social**

O Mané Dendê encontra-se no Subúrbio Ferroviário de Salvador, região onde moram 24,55% da população soteropolitana. O IDH de Salvador possui o índice de 0,74, entretanto há bairros localizados em áreas mais centrais de ocupação formal do município com índice de 0,98, enquanto aqueles do Subúrbio apresentam IDH de 0,63.

A poligonal do projeto reúne cerca de 34.000 pessoas distribuídas em quatro bairros dessa Região Administrativa, a saber, Alto da Terezinha, Rio Sena, Itacaranhá e Plataforma. Segundo o IBGE (2010) em torno de 80% dos domicílios entrevistados destes bairros apresentam rendimento nominal domiciliar mensal de 0 até 1 salário mínimo (cerca de 300 dólares), sendo que destes 48% estão na faixa de zero a ½ salário mínimo; 15% têm de 1 a 2 salários; 3% de 2 a 3 salários e 2% de 3 a 5 salários.

✓ **Técnica/ Planejamento**

A revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) no ano de 2016 e o "Plano Salvador 500", documento que estabelece diretrizes, estratégias, projetos e ações a serem implantados até o ano de 2049, quando Salvador completa 500 anos, indicaram como uma das áreas prioritárias o Subúrbio Ferroviário de Salvador pelas condições de vulnerabilidade de infraestrutura urbana e socioambiental de seus moradores, gerando o Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador cuja primeira etapa de intervenção será no vale do Rio Mané Dendê.

A APA do Cobre situa-se na fronteira com o Parque Metropolitano de Pirajá (maior reserva de mata atlântica nativa do Brasil) e suas águas contribuem para as duas únicas cachoeiras de Salvador, localizadas dentro do Parque São Bartolomeu.

Possui um relevo acidentado, com consideráveis riscos de

inundações e deslizamento de encostas. Destacam-se ainda as necessidades imediatas de soluções de drenagem, esgotamento sanitário e contenção de encostas. Duas preocupações centrais são o enfrentamento das condições atuais de risco, que envolvem alagamentos e deslizamentos em áreas com habitações; e a proteção do patrimônio ambiental deste território contra novas ocupações e lançamentos de lixo e esgoto. Essas questões fundamentais abrem espaços para intervenções urbanísticas de melhoria dos espaços públicos, qualidade das moradias, integração interna e melhoria de conexões com o restante da cidade de Salvador e Região Metropolitana.

2. MANÉ DENDÊ – CONTEXTO E ANTECEDENTES

2.1 Mané Dendê – Contexto

Salvador tem uma paisagem urbana marcada pela diversidade da sua ocupação: bairros antigos e bairros modernos com infraestrutura; loteamentos formais; bairros originados das primeiras ocupações espontâneas das décadas de 1940 e 1950 e ocupações mais recentes que ocorreram com mais intensidade no final da década de 1980 e se caracterizam pela carência de infraestrutura e, sobretudo, por situarem em áreas de risco, em encostas íngremes e em áreas de fragilidade ambiental, situação que se verifica na região do Subúrbio Ferroviário. Estas áreas possuem densidades relativamente altas, são carentes de saneamento básico, são de difícil acesso em decorrência da topografia acidentada e da ocupação irregular e, conseqüentemente, o transporte coletivo não atende satisfatoriamente à demanda. Esta situação se agrava sobremaneira uma vez que, cerca de 25% da população soteropolitana moram no Subúrbio, o que corresponde a aproximadamente 700 mil habitantes.

O Subúrbio Ferroviário localiza-se na região oeste da cidade, a margem da Baía de Todos os Santos e tem como principais acessos a Avenida Afrânio Peixoto (Av. Suburbana) e a BA 528 de ligação a BR-324. Em termos ambientais, tem localização privilegiada, uma vez que abriga o Parque Metropolitano de Pirajá e o Parque São Bartolomeu que se enquadram na Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN) e na APA da Bacia do Cobre.

O Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador tem o objetivo de elevar a qualidade de vida da população, prioritariamente, da população mais pobre e promover o desenvolvimento social e econômico sustentável do município por meio da implantação de infraestrutura básica, urbanização e conseqüente integração urbana do Subúrbio.

Neste contexto, o Município de Salvador estabeleceu como prioridade a intervenção na Sub-Bacia do Rio Mané Dendê - “Projeto Novo Mané Dendê” que constitui a primeira etapa do referido Programa.

A Sub-Bacia do Rio Mané Dendê está inserida na bacia hidrográfica

do rio do Cobre, que tem área de contribuição de 20,65 km² e abrange uma grande parcela do território do Subúrbio Ferroviário. Por sua vez, o Rio Mané Dendê, afluente do Rio do Cobre, possui uma área de contribuição de 2,12 km² e extensão do talvegue de 3,2 km. Toda essa contribuição é lançada na APRN do Parque Metropolitano de Pirajá/São Bartolomeu (maior e mais importante reserva de Mata Atlântica da cidade) e nas águas das cachoeiras de Nanã e Oxu que representam elementos sagrados nas religiões de matriz africanas.

Toda a área da Sub-bacia do Rio Mané Dendê é carente de saneamento, com baixa cobertura de rede de esgotamento sanitário e drenagem deficitária, sistema viário precário e consequente dificuldade de acesso ao transporte público, carência de equipamentos urbanos e de áreas de lazer e convívio, além de existirem um grande número de habitações que se configuram como inadequadas, seja pela sua localização em áreas de risco, ou seja, pelas condições ambientais da própria casa.

A sub-bacia do Rio Dendê tem aproximadamente 55.000 habitantes e caracteriza-se por baixa renda per capita e elevada incidência de doenças de veiculação hídrica, como diarreia, gastroenterite e principalmente doenças de pele e tecido subcutâneo.

Diante desse cenário, considerando a sub-bacia hidrográfica do Rio Mané Dendê como unidade de planejamento, o referido projeto prevê atividades para as seguintes áreas de atuação:

- Drenagem e saneamento;
- Desenvolvimento urbano;
- Desenvolvimento social e ambiental;
- Fortalecimento institucional;
- Engenharia e administração.

2.2 Mané Dendê – Atuações Anteriores

Apesar da importância da região para a cidade, a área do Mané Dendê nunca foi objeto de uma intervenção estruturante.

A ausência de políticas públicas consistentes, hoje se reflete na situação de violência e abandono da área, no processo de ocupação desordenada e conflitos de usos.

✓ **Projeto Dias Melhores 7344 BR-BIRD**

O Governo Estadual desenvolveu juntamente com o Banco Mundial de dezembro de 2005 a outubro de 2013, o Projeto Dias Melhores 7344 BR-BIRD que tinha por objetivo reduzir a pobreza urbana de forma sustentável, visando atender os setores mais pobres e vulneráveis de Salvador e cidades estratégicas do estado da Bahia ampliando o acesso a serviços básicos, a moradia e serviços de apoio social.

O Projeto Dias Melhores atuou nas áreas no entorno do Parque São Bartolomeu e no próprio Parque realizando ações que visavam a preservação do Parque – que à época sofria com a redução de sua área devido ao avanço de novas edificações que surgiam à revelia dos órgãos de controle urbano.

A implantação de uma via de entorno, o cercamento do Parque possibilitaram garantir o controle do território.



O Programa também construiu algumas centenas de unidades habitacionais para as famílias reassentadas pelo Programa.



Mas o Programa enfrentou dificuldades de execução. E dentre as lições aprendidas¹ algumas valem ser citadas aqui:

“Projetos que atuam em áreas de alta vulnerabilidade e risco devem considerar variáveis que podem ser difíceis de controlar em termo dos impactos que podem causar sobre a execução – tempo, custo e eficácia. A equipe deve analisar cuidadosamente os riscos e deverá elaborar planos de mitigação.”

✓ **Atuação Estadual**

No início desta década o Governo da Bahia desenvolveu um projeto de urbanização integrada, realizando a selagem de todos os domicílios da poligonal e mobilizando a comunidade para a intervenção, mas os recursos não foram captados e a população continua aguardando por melhores condições de habitabilidade.

✓ **Atuação Municipal**

A Prefeitura Municipal de Salvador, por sua vez, realizou uma intervenção pontual em 2010 de canalização de parte do Rio Mané Dendê, minimizando a possibilidade de novos alagamentos, mas o espaço gerado pela instalação do canal terminou por fomentar novas ocupações nas suas margens – pois a obra não delimitou o espaço de domínio público do privado, ou seja, em muitos trechos a população continua exposta a riscos não só de

¹ Informações obtidas no site do BIRD - Report No: ICR2963 - IMPLEMENTATION COMPLETION AND RESULTS REPORT (IBRD-73440) ON A LOAN IN THE AMOUNT OF US\$ 49.296 MILLION TO THE STATE OF BAHIA WITH THE GUARANTEE OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL FOR THE BAHIA POOR URBAN AREAS INTEGRATED

enchentes mas também a condições sanitárias não desejáveis – vide foto a seguir (ocupação das margens do canal executado).



Agora, prepara-se para mediante empréstimo do BID realizar um programa de saneamento ambiental, consistindo na aplicação de melhorias ao longo do curso principal do Rio Mané Dendê, seguindo o percurso até o deságue na bacia do Cobre. A iniciativa também dará atenção à urbanização, tendo em vista sua importância na requalificação dos espaços públicos, provisão habitacional e conexões viárias, realizando um projeto de urbanização integrada, evitando novas ocupações irregulares e preservando as intervenções de saneamento.

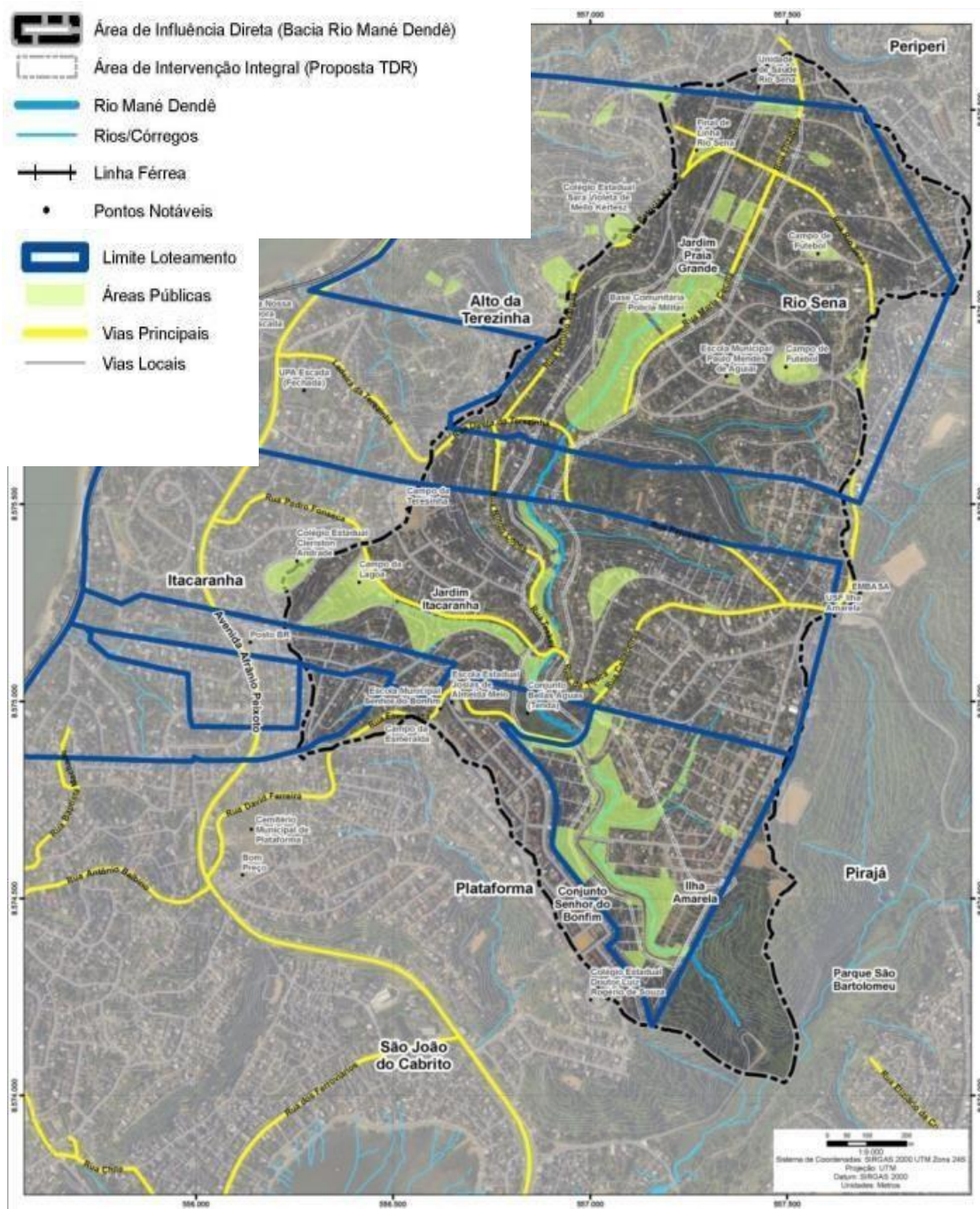
2.3 Situação Fundiária Atual

Pelo menos 3 grandes propriedades são cortadas pelo riacho Mané Dendê desde a sua nascente até a sua foz no Rio do Cobre:

- A Fazenda Praia Grande, onde em 1965 fizeram implantar o Loteamento Jardim Praia Grande.
- A Fazenda Sobrado, onde, em 1954, fez implantar o Loteamento Jardim Itacaranha;
- As terras pertencentes à Companhia Progresso e União Fabril da Bahia; em 1982, Loteamento Parque Residencial Ilha Amarela; em 1977, Conjunto Senhor do Bonfim.

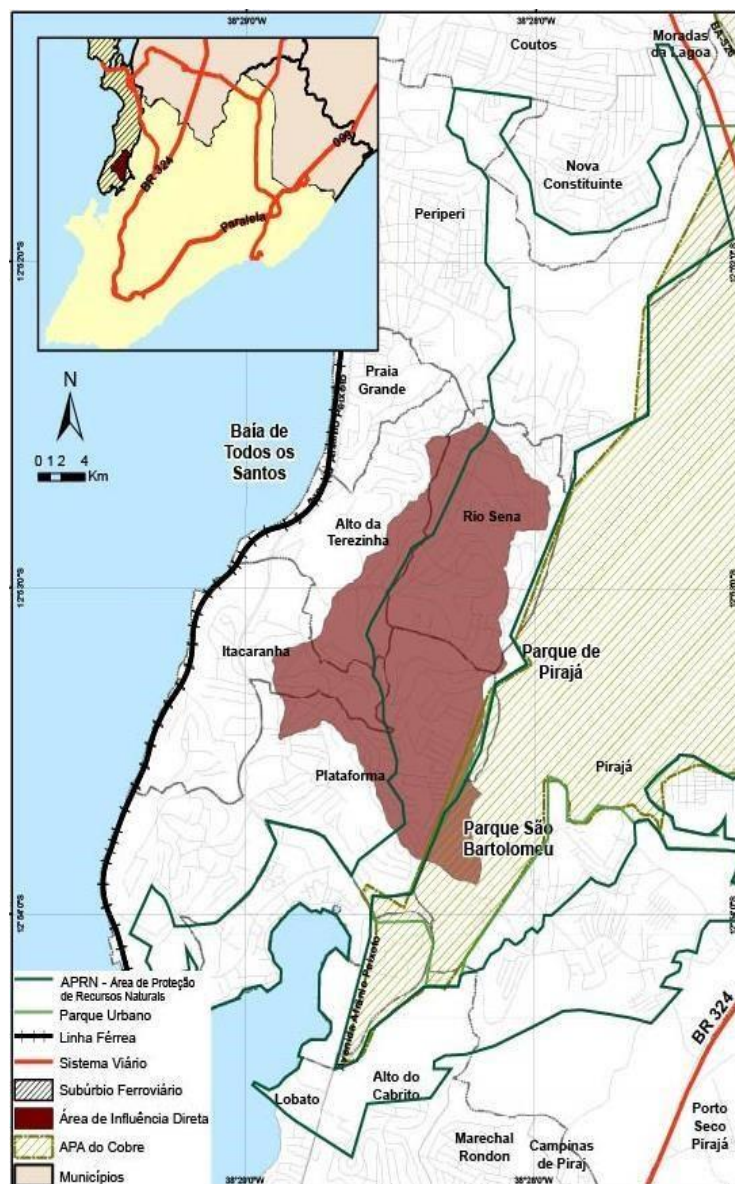
No mapa a seguir pode-se verificar que grande parte da área de

intervenção é formada por terrenos públicos. O restante é formado por terrenos privados que foram ocupados ao longo das últimas décadas sem qualquer ordenamento jurídico.



3. BACIA MANÉ DENDÊ – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO¹

A bacia do Mané Dendê, abrange uma área aproximadamente 202,3 Há e está inserida parcialmente dentro da Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN e ao lado dos Parques Urbanos de Pirajá e São Bartolomeu. Quatro bairros compõem a poligonal do trabalho: Alto da Terezinha, Rio Sena, Itacaranha e Plataforma.



¹ Os dados deste Capítulo foram obtidos junto aos documentos elaborados pelo Consórcio FFA – Planos Engenharia para a Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), em 2017 – Programa Novo Mané Dendê

3.1 Perfil Populacional²

A área de influência direta abriga uma população residente de 28.872 habitantes, sendo que:

- 80% dos domicílios entrevistados apresenta rendimento nominal domiciliar mensal de 0 até 1 salário mínimo.
- 31% composta por crianças e adolescentes até 18 anos e 60% em idade produtiva, faixa entre 19 e 65 anos.
- 52% são mulheres
- E elas são ainda responsáveis por 43% dos domicílios
- 88% dos residentes se autodeclaram pretos ou pardos.

3.2 Moradia e Questões Habitacionais³

Na área dos setores censitários da Bacia do Rio Mané Dendê existem 8.904 domicílios particulares e 23 domicílios coletivos, sendo que 98% estão ligados à rede de abastecimento geral de água.

Dos 7.100 domicílios com banheiro ou sanitário de uso exclusivo dos moradores, 80% declararam que o esgotamento é efetuado via rede de esgoto ou de drenagem pluvial.

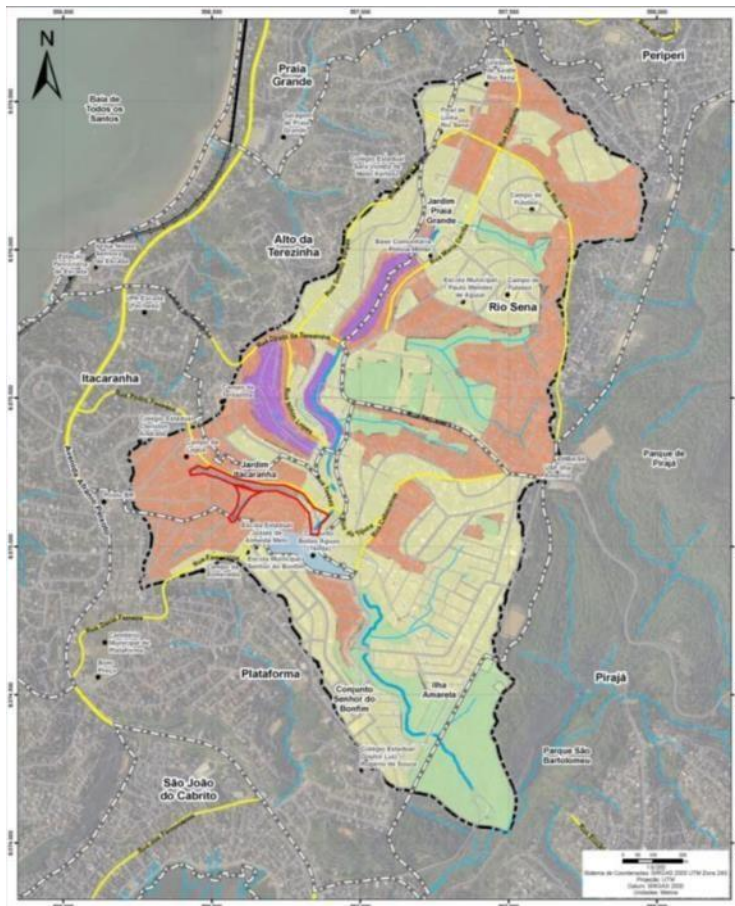
Censo IBGE-2010.

3.3 Tipologia da Ocupação do Solo

O mapa a seguir apresenta a tipologia de ocupação dos solos.

² Dados Censo IBGE 2010

³ Dados Censo IBGE 2010



SOLO

TIPOLOGIAS DA OCUPAÇÃO DO

5

rurais,

Ocupação Rarefa

Transição entre áreas urbanas e caracterizado pela predominância de sítios e de chácaras de lazer, mas incluindo também pequenas nucleações residenciais em ambientes rurais.

baixa

Ocupação Predominantemente Horizontal II

Assentamento residencial de população de renda média e em estágio inicial de

adensamento

construtivo.

Ocupação Predominantemente Horizontal III

Horizontal III

Assentamento residencial de população de renda média e baixa em estágio avançado de adensamento construtivo

(horizontal e vertical).

Ocupação Predominantemente Horizontal IV

Assentamento residencial de população de baixíssima renda, caracterizado pela precariedade urbanística e das edificações.

Vertical I

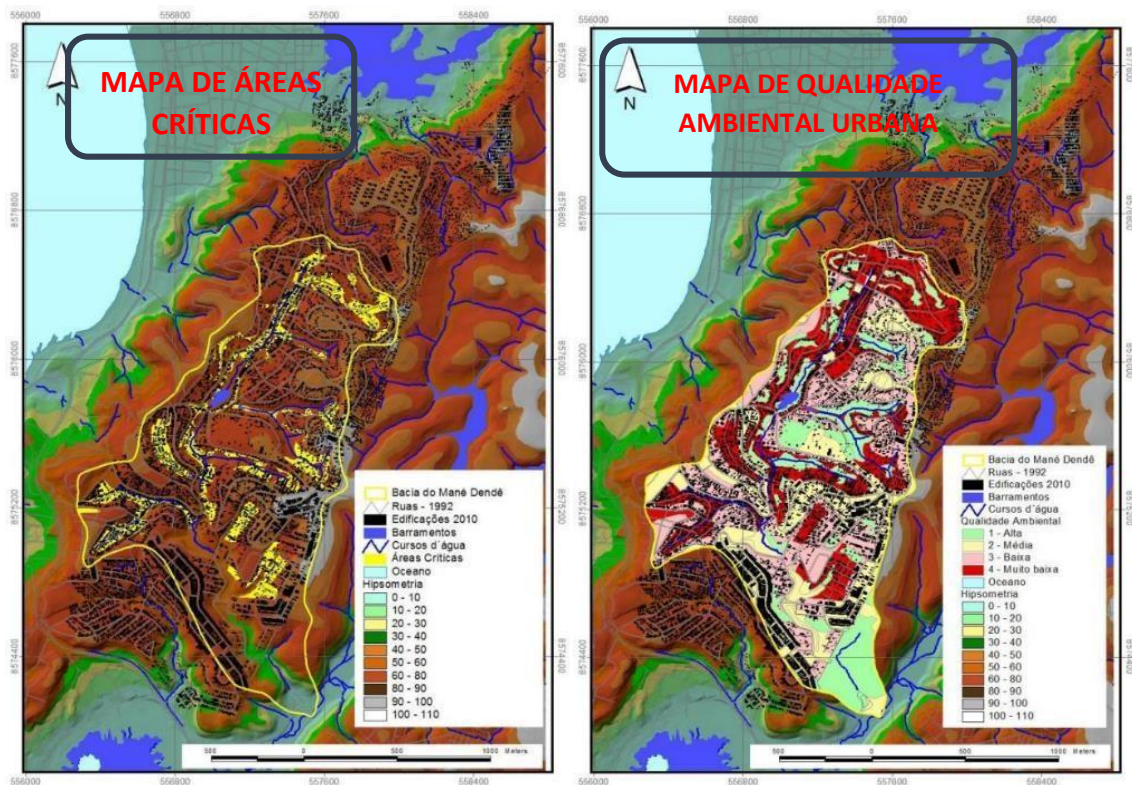
Corresponde ao grupo de edifícios de apartamentos com até quatro pavimentos, organizado na forma de condomínio.

Conjunto Habitacional

⁵ "Cadernos da Cidade" (SEDHAM, 2009)

3.4 Fatores de Risco

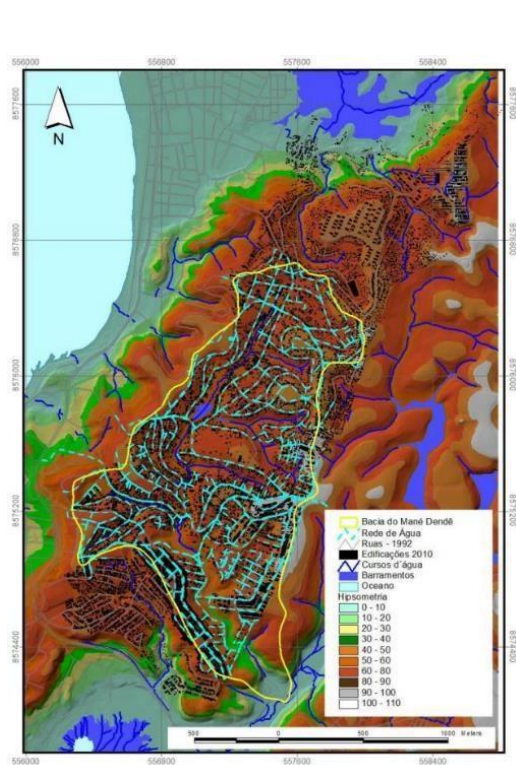
Definição Adotada: Uma área crítica corresponde à interseção de homogenias ambientais urbanas de qualidade muito baixa, com manchas de restrições totais, regiões que não deveriam ser ocupadas.



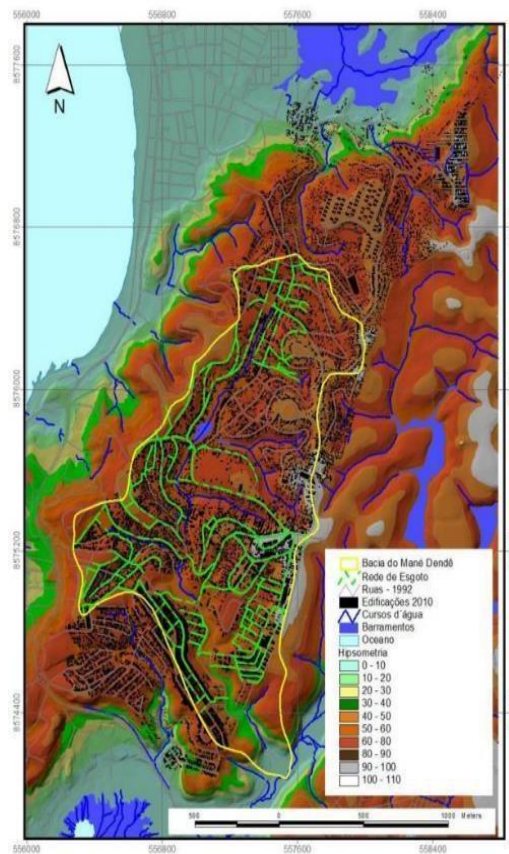
Maior concentração nas partes mais altas da bacia, na proximidade das nascentes dos diversos afluentes, e na calha do curso d'água principal, nos dois terços superiores da bacia.

3.5 Serviços Urbanos

MAPA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



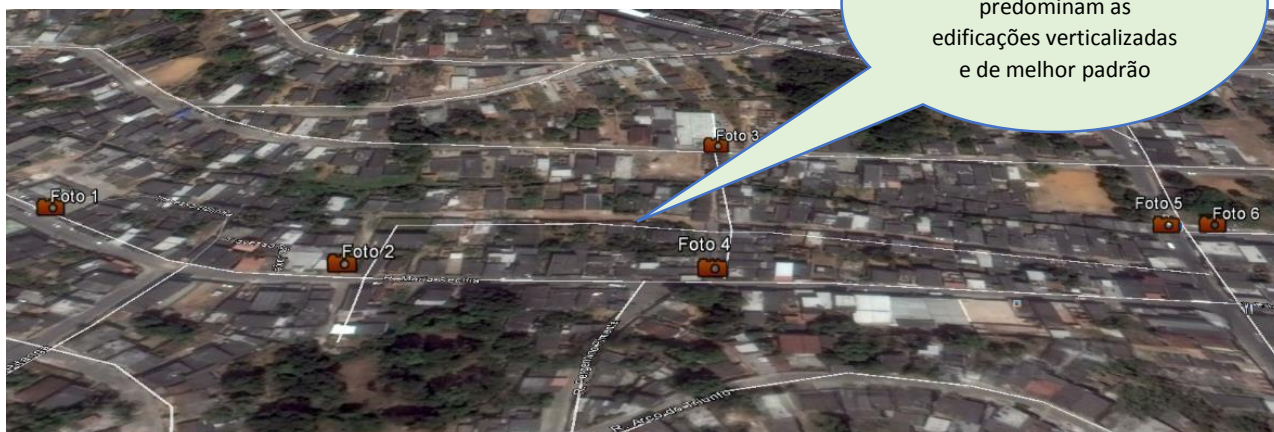
MAPA DE REDE DE ESGOTO



3.6 Registro Fotográfico

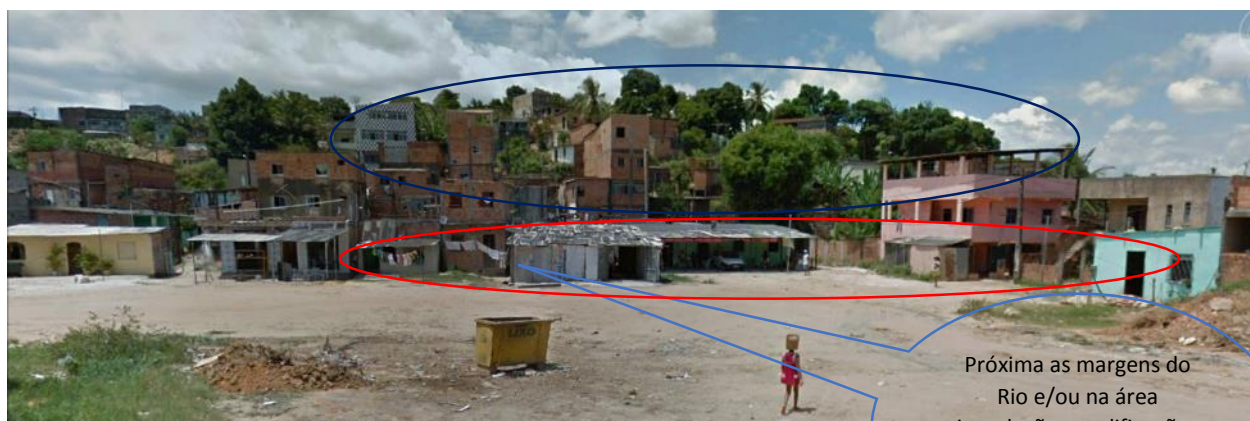
O Registro fotográfico a seguir ilustra cenas de ocupação ao longo do Rio Mané Dendê e/ou de seus afluentes. Observa-se uma ocupação mais consolidada a medida que se afasta de suas margens – sendo que as lindeiras

Imagem com a localização das Fotos de 1 a 6



Nas áreas mais afastadas da calha do Rio predominam as edificações verticalizadas e de melhor padrão

em sua grande maioria são térreas e de padrão construtivo inferior.



Próxima as margens do Rio e/ou na área inundação as edificações são térreas e de padrão construtivo mais simples

Foto 1

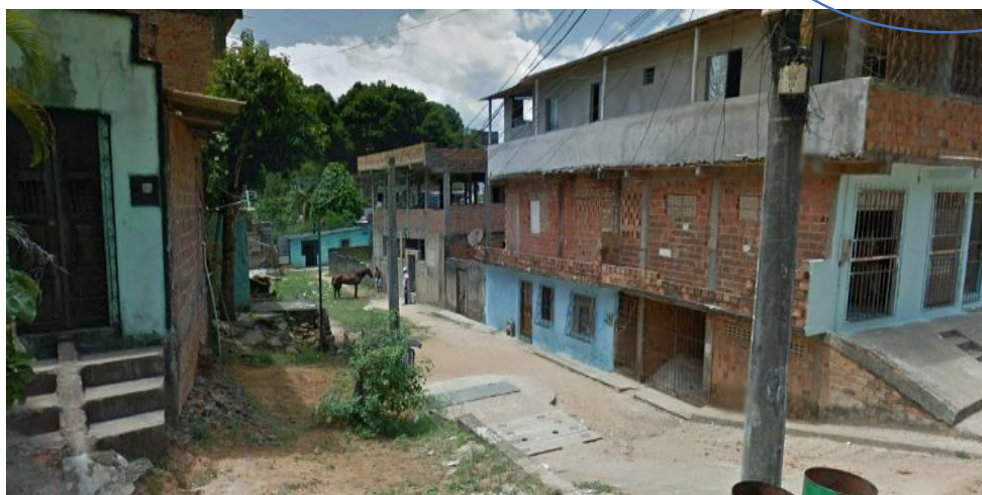


Foto 2



Trecho do Rio com
serviço de drenagem
executado

Foto 3

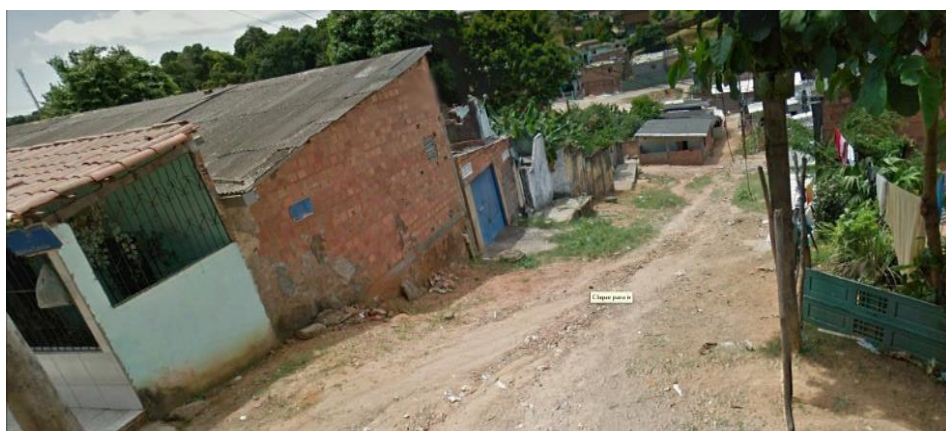


Foto 4



Foto 5



Foto 6

Imagem com a localização das Fotos de 7 a 11





Foto 7 -



Foto 8



Foto 9

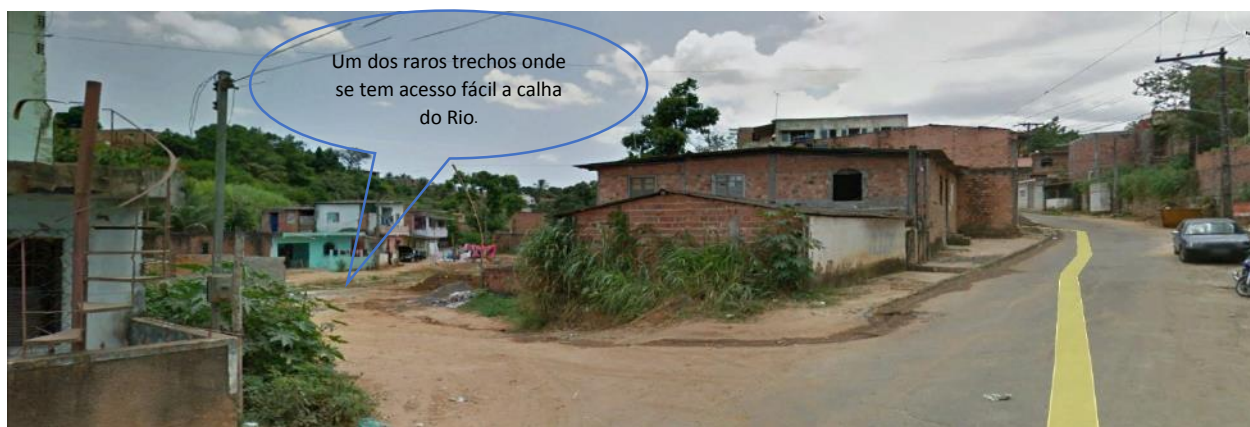


Foto 10



Foto 11

4. CONTROLE DO TERRITÓRIO

No Município de Salvador, o licenciamento e a fiscalização do uso do solo é de competência da Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (até 2016 denominada SUCOM, hoje SEDUR), conforme Decreto 28.252 de 02 de fevereiro de 2017 que aprova a estrutura regimental da secretaria, compreendendo dentre outros setores, a Diretoria de Licenciamento e a Diretoria de Fiscalização.

O controle de novos empreendimentos e ocupações irregulares na área de intervenção do Mané Dendê é objeto de atenção por parte da FMLF, tendo sido enviados dois ofícios à Secretaria, o nº254/16 de 11 de julho de 2016 e 59/17 de 23 de fevereiro de 2016 - vide Anexo 1 – deste documento, solicitando

que novos licenciamentos na área sejam remetidos à avaliação da FMLF quanto à interferência no Projeto Novo Mané Dendê e que seja reforçada a fiscalização quanto às ocupações irregulares nas poucas áreas vazias que ainda restam.

Nesse sentido, foi encaminhado em 16 de fevereiro 2017 a FMLF pela Sedur, o Processo 591100000034188/2016, que trata de solicitação de Alvará para construção empreendimento habitacional na Rua Pajussara, numa das poucas glebas ainda vazias, com potencial habitacional na área.

Em reunião, realizada em 25 de março de 2017, com a presença de lideranças e de técnicos da Prefeitura Bairro Subúrbio foi reforçada a importância de que ocupações irregulares sejam também indicadas por quem transita na área diariamente a fim de colaborar com a fiscalização da Prefeitura, que apesar de intensificada, não ocorre cotidianamente. Nos Anexos 2 e 3 constam a memória das reuniões e listas de presença.

Com a finalidade de obter informações sobre a área e integrar outros agentes, a exemplo da Defesa Civil do Município (Codesal), foi realizada em 18 de abril de 2017, reunião na Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) com o Gerente de Fiscalização da SEDUR e dois técnicos da equipe, além de técnicos da Codesal. Nos dias subsequentes (19 e 20/04), foi realizada uma visita de campo para reconhecimento da área e uma ação de fiscalização preventiva com remoção de cercas e radier em terreno à margem do rio Mané Dendê, próximo à Rua Pacaembu, Bairro de Ilha Amarela.



Fotos 1, 2, 3 e 4 – Ação de fiscalização preventiva realizada pela SEDUR -
abril/2017

5. MANÉ DENDÊ – O PROGRAMA

Objetivo. O objetivo do projeto é contribuir para melhorar o bem-estar da população em termos de suas condições econômicas através da melhoria sustentável das condições de saúde e desenvolvimento urbano e ambiental da bacia do parceiro rio Mané Dendê. O Programa está estruturado em 02 componentes são eles:

Componente 1 (USD \$107, 5 M) : Saneamento Ambiental e de Urbanização, que inclui obras de infraestrutura de: (a) micro e macrodrenagem, (b) contenção de taludes e ladeiras, (c) abastecimento de água para as famílias reassentadas, (d) esgotamento sanitário a nível da bacia, incluindo ligações domiciliares e intradomiciliares, (e) habitações para reassentamento, (f) melhoria de habitações precárias, (g) vias urbanas novas e requalificadas, (h) urbanização, incluindo paisagismo e outras intervenções complementares na área do Programa. Neste componente foram incluídos serviços de consultoria de gestão, engenharia e supervisão do Programa e também o Projeto Piloto de Resíduos Sólidos para melhorar a coleta de resíduos específicos (domiciliar, entulhos, podas e voluminosos) na bacia do Rio Mané Dendê.

Componente 2 (US\$10M): Sustentabilidade Social, Ambiental e Institucional, que inclui: (a) estudos, programas e ações de comunicação e educação sanitária e ambiental e projetos culturais; (b) ações de capacitação e participação social, (c) ações para reassentamento das famílias e trabalho técnico social, (d) ações para fortalecimento institucional dos órgãos da administração municipal diretamente vinculados ao Programa; e (e) plano de geração de trabalho e renda na Bacia do Mané Dendê.

O Componente com atividades demandadoras de reassentamento estão previstas no componente 1 do Programa em especial as relacionadas com à implantação da drenagem / contenção de taludes e implantação de vias novas ou a requalificação das existentes.⁴

⁴ Dessa forma, o presente Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador – 1ª. Etapa: Projeto Novo Mané Dendê (Novo Mane Dendê) visa fomentar a infraestrutura e a urbanização da sub-bacia do Rio Mané Dendê, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos

Dessa forma, o presente Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador Projeto Novo Mané Dendê visa fomentar a infraestrutura e a urbanização da sub-razial do mesmo nome o Rio Mané Dendê, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos moradores, além de promover a melhoria das condições ambientais, culturais e de mobilidade urbana da região.



Figura 1 - Área de atuação do Programa Novo Mané Dendê

moradores, além de promover a melhoria das condições ambientais, culturais e de mobilidade urbana da região.



Figura 2 – Vista do Rio Mane Dendê – As margens totalmente ocupadas



Figura 3 – Vista do Rio Mane Dendê – Trecho com drenagem executada recentemente

5.1 Proposta de Intervenção⁵

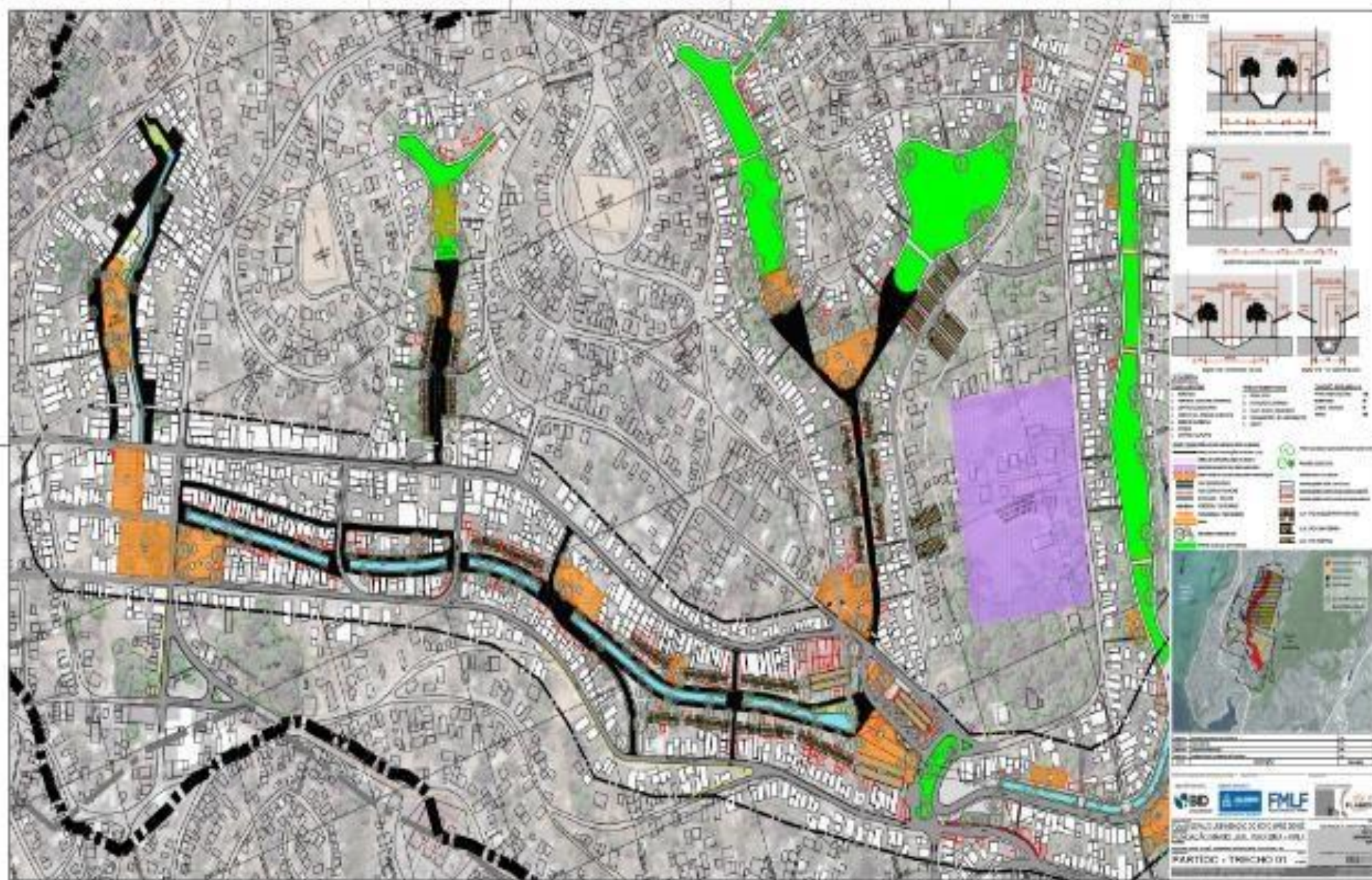
O partido urbanístico proposto como prioritário, visando oferecer um suporte físico adequado para o desenvolvimento integral da comunidade, é o que evita o grande viário “dividindo” a área e, ao contrário resgata mesmo que parcialmente a presença do rio, através de um canal de características mais amenas do que os tradicionais canais de parede vertical, com laterais escalonadas e integrado a uma praça linear ao longo do mesmo, na máxima extensão possível.

✓ SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE

As principais vias de acesso à área são aquelas que se conectam à Av. Suburbana, diretamente ou através de outras vias: a Rua Cabaceiras, através da Rua David Ferreira e da Rua Esmeralda; a Rua Direta da Terezinha, através da Ladeira da Terezinha; a Rua do Meio, através da Rua Pedro Fonseca. Também é importante a Rua Ambrosina Arruda que conecta a Rua Rio Sena com a Rua do Curió para acessar a Rua das Pedrinhas no Vale do Paraguari. Essas vias deverão ser recapeadas, continuando como vias segregadas, com duas faixas de rolamento de duplo sentido de tráfego.

A partir do cruzamento da Rua Direta do Cruzeiro com a Rua Alto do Tanque, até o encontro com a Rua Rio do Meio, as vias Cardeal Jean/ Nilton Lopes/ Teskey e Maria Cecilia passaram a ser em mão única, com piso segregado e pavimentação CBUQ nos trechos existentes e intertravado drenante nos trechos novos. A Rua Cardeal Jean/ Nilton Lopes/ Teskey passará a ter fluxo em sentido único norte-sul e Maria Cecilia sentido único sul-norte, consolidando assim um binário de circulação, conforme Figura a seguir.

⁵ Os dados deste Capítulo foram obtidos junto aos Relatórios 04 e 05 – Estudos de Alternativas elaborados pelo Consórcio FFA – Planos Engenharia para a Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), em abril de 2017 – Programa Novo Mané Dendê



Paralelas a essas ruas e ao longo do canal principal, ao norte da Rua Direta da Terezinha, será consolidada a praça linear, com ruas de uso compartilhado e pavimentação de intertravado drenante. Cada uma dessas faixas deverá ter 4m de largura, canteiro de 1,50m nas margens do canal e 1,50m de recuo para as construções. Nos trechos onde serão implantadas habitações para reassentamento devem constar ainda uma faixa de estacionamento com largura de 4,50m.

Perpendiculares ao Rio Mané Dendê estão 6 sub-bacias ou grotões afluentes pela margem Leste do Rio Mané Dendê: 1º afluente (SB-01), 2º afluente (SB-02), 3º afluente (SB-04), 4º afluente (SB-07), 5º afluente (SB-09) e 6º afluente (SB-10) e 2 sub-bacias afluentes pela margem Oeste, que são o Córrego do Gruna (SB-06) e o Riacho Madeira/ Riacho do Meio (SB-08) pela margem Oeste. Nessas ruas algumas foram definidas como vias compartilhadas, outras como caminhos/ trilhas. Tal diferenciação se deve ao fato de que em algumas dessas se encontram em lugares altamente adensados. As vias compartilhadas desses locais deverão ter 5m de largura e tubulação de esgoto inferior e pavimento intertravado drenante. Já as de caminhos/ trilhas devem ter cada uma dessas faixas com mínimo de 3,00m de largura, para garantir acessibilidade de veículos serviços, como coleta de lixo, entrega de correspondência e encomendas, acesso de veículos de emergência, etc.

✓ TRANSPORTE COLETIVO X TERMINAL

A área de estudo possui dois terminais de bairro. Um no Alto da Terezinha e outro no Rio Sena, instalados respectivamente na Rua Nilton Lopes e no encontro entre as Ruas Patrícia Karine com a Rio Sena.

O final de linha Alto da Terezinha tem-se mostrado insuficiente para a quantidade de linhas que necessita atender e, segundo os próprios moradores, mal localizado, por deixar a área do vale com pouca cobertura de ônibus. A SEMOB já sinalizou que a ampliação desse terminal onde se encontra é de difícil implementação e o melhor seria transferi-lo pra área do vale, conforme indicado neste projeto.

Localizado em uma posição central no binário de circulação, a

proposta é que o local do novo terminal seja reconfigurado em seu uso e em sua estruturação espacial a fim de aproveitar seu potencial de integração entre cumeadas e vale. Para isso, se faz necessário a desapropriação de alguns imóveis, em sua maioria de uso residencial.

✓ SISTEMA VIÁRIO PARA CONEXÕES EXTERNAS

Para potencializar as conexões externas sem um grande eixo viário central, propõe-se as seguintes soluções, que poderão ser implantadas em etapas futuras.

- Ao sul, a ligação da Via Tronco com a Av. Suburbana;
- Ao norte, a ligação da convergência da Rua Cardeal Jean / Av. Norma e da Rua Maria Cecília / Rua Elisabete com a Rua das Pedrinhas no Vale do Paraguari, através do Vale do Rio dos Barreiros;
- A nordeste, a requalificação da Rua Manoel Lino até alcançar o viário do Hospital do Subúrbio;
- A oeste, a requalificação da Via Cobre, que necessitará de um projeto em condições especiais para a travessia do Parque de Pirajá, ademais da requalificação da Rua Samuel García Varjão até a estrada de Pirajá.

De acordo com o Programa de Mobilidade da Região Metropolitana do Governo do Estado da Bahia está prevista a Nova Rodoviária bairro de Águas Claras e a implantação do VLT do Subúrbio, que vai substituir o atual sistema de trens, com 18,5 Km de extensão e 21 estações.

Com a intenção de integrar esses diversos modais de transporte, associando a necessária mobilidade da população, para acesso aos locais de trabalho e serviços, ao potencial turístico da região (Baía de Todos os Santos-BTS, Centro histórico de Pirajá e, no meio, os Parques São Bartolomeu e Pirajá) propõe-se a implantação de uma linha de teleférico para atender a área. Esse deverá contar com 7 estações (Pirajá, Parque, Rua Rio Sena, Vale do Mané dendê, Bariri, Centro de Plataforma e VLT / Estação Hidroviária de Plataforma), ver Figura 18. Isto permitiria, por exemplo, um acesso rápido desde a Ribeira até a futura Estação Rodoviária, assim como à BR-324 e à estação Pirajá / Nova

esperança, região onde existe oferta local de emprego na pequena indústria, mas também para uma conexão mais rápida com a orla atlântica da cidade.

Nesta alternativa, a proposta que poderá suscitar maiores polêmicas é a de implantação de uma via, que se constatando imprescindível atender ao tráfego de passagem na região, poderia ser consolidada ao longo da borda do Parque, a modo de via parque. Sabe-se da importância da preservação dos espaços naturais e da integração dos mesmos à vida das pessoas na cidade, por isso, ainda que muitas interpretações o considerem paradoxal, se propõe a referida via como barreira para as pressões de ocupação que continuam ocorrendo sobre as bordas do parque. Mas, sobretudo a implantação da mesma deve ser o eixo articulador do que denominamos de Borda Ativa, onde se poderá potencializar usos compatíveis com a preservação do Parque, reestruturando e integrando aos espaços de lazer já existentes, como os campos de futebol, com espaços destinados à implantação de Equipamentos e instalações culturais, educacionais, de assistência à saúde e de geração de emprego e renda. É o contraponto à passagem da grande via de tráfego no miolo da comunidade, causando grande impacto e sem agregar opções de desenvolvimento.

6. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO

Um processo de relocação de pessoas pode gerar transtornos à vida das famílias impactadas, como por exemplo, empobrecimento, danos ambientais graves, quebra da rede de apoio social, a menos que medidas adequadas sejam devidamente planejadas e implementadas.

A Prefeitura de Salvador pretende que a Política de Reassentamento, adotada pelo Programa Mané Dendê tenha como meta maior, a garantia da recomposição da qualidade de vida das famílias afetadas pelo empreendimento, tanto no aspecto físico (perda de moradia), como em outros aspectos (perda de rendimentos financeiros - interrupção de atividades produtivas, quebra da rede de apoio social, das relações de vizinhança).

Por outro lado, o BID – agente financiador do Programa solicita que sejam adotados determinados princípios e diretrizes quando se necessita relocar população e estes requisitos fazem parte das Políticas Operativas do Banco e para o tema reassentamento é a OP 710.

Para isto, os fundamentos e as diretrizes expostas a seguir deverão regular a modelagem das soluções alinhadas neste PRI.

Nesta perspectiva, possíveis ajustes das soluções de relocação, que possam vir a ser requeridas, serão realizados sempre com observância e em sintonia com as diretrizes descritas a seguir:

- Diretriz 1 – Minimizar o número de imóveis afetados buscando soluções de engenharia que viabilizem a implantação dos serviços e da infraestrutura e que concomitantemente minimizem o número de relocações.
- Diretriz 2 - Anterioridade do Remanejamento ao início das obras - Os serviços de obras, quando incidirem em território com imóveis e população serão iniciados pela empreiteira vencedora da correspondente licitação somente quando estiver concluído o processo de reposição/pagamento das perdas preconizado neste Plano. No máximo 30 dias antes da data prevista para início de obras todos os lotes e respectivas famílias deverão ter sido compensados/ relocados conforme previsto no presente plano.

- Diretriz 3 – Garantir a oferta de diferentes opções de atendimento, de forma a contemplar a diversidade social. As alternativas de atendimento deverão considerar as especificidades (diferentes capacidades e vulnerabilidades socioeconômicas) das famílias a serem reassentadas.
- Diretriz 4 – A população afetada terá liberdade de escolha quanto à sua opção de atendimento, dentro dos critérios adotados pela política de compensação/atendimento do Programa – critérios de elegibilidade.
- Diretriz 5 – Isonomia e Equidade Social. Todas as famílias afetadas e cadastradas pelo Programa independente de sua condição de acesso à terra (regular ou irregular), relação com o imóvel (proprietário, posseiro, ocupantes, locatários) serão alvo de reposição de moradia. As soluções a serem adotadas considerarão a capacidade e a vulnerabilidade das famílias frente ao processo de remanejamentos.
- Diretriz 6 – Aspecto de Gênero. A documentação de propriedade e/ou uso das moradias de reposição serão emitidas em nome do casal, sob condição de negociação prévia com os componentes do grupo familiar. No caso de compensação em dinheiro (indenização) por famílias consideradas vulneráveis, sempre e quando isso ocorrer, o pagamento requererá um documento escrito e assinado pelo casal, manifestando que: (i) participaram da escolha da solução e estão de acordo com ela; (II) conhecem o valor da indenização, local e data onde a mesma se efetivará; (III) e está de acordo com o uso que será dado ao dinheiro recebido, explicitando qual é este uso.
- Diretriz 7 – População Tradicional (indígena/Quilombola). Não foram identificados grupos, tribos, nações, indivíduos pertencentes a grupos de população tradicional instalados na área de intervenção do Programa. É importante ressaltar que grande parte da população da cidade de Salvador é afro descendente. No entanto, vivem na cidade dentro dos usos e costumes urbanos e contemporâneos. No caso de serem identificados durante a execução do PRI algum grupo ou indivíduo que possa ser considerado como população tradicional serão adotadas

medidas de atenção adequadas aos costumes e características socioculturais.

- Diretriz 8 – Garantia da melhoria ou da manutenção das condições de moradia. As moradias a serem produzidas pelo Programa atenderão aos critérios de habitabilidade e serão compatíveis com a realidade local, ou seja, respeitarão a forma de vida da população afetada.
- Diretriz 9 – A Gestão Compartilhada – A Prefeitura garantirá a participação da comunidade em todas as etapas do Programa. Os mecanismos de participação comunitária deverão estar orientados a instrumentalizar as relações entre os segmentos sociais afetados (famílias e pequenos empresários) no que diz respeito a uma implantação participativa e negociada do processo de remanejamento.
- Diretriz 10 – Os conjuntos habitacionais a serem construídos estarão de acordo com a legislação urbanística e ambiental existente, e serão submetidos à Licenciamento Ambiental, conforme determinações da legislação do país.
- Diretriz 11 - Os custos das soluções de remanejamento não serão repassados às famílias proprietárias / posseiras dos imóveis. As moradias a serem construídas pelo Programa serão adjudicadas pela Prefeitura às famílias na condição de proprietárias e ou posseiras afetadas pelo Programa Mané Dendê, sem ônus, através do mecanismo da Permuta. Para as famílias que não tiverem o que permutar será oferecida moradia produzidas pelo Programa ou por outras linhas de produção habitacional disponível.
- Diretriz 12 - Garantia de pagamento das indenizações do imóvel incluindo todas as benfeitorias realizadas. Os laudos de avaliação a serem elaborados contemplarão o levantamento detalhado do (s) imóvel (is) afetado(s), inclusive todas as benfeitorias realizadas pelo seu possuidor indiferente da natureza das mesmas. O pagamento deve ser antecipado ou no mínimo concomitante a desocupação do imóvel.

- Diretriz 13 - Garantia da reposição e/ou oferta de serviços sociais, como por exemplo: educação, saúde, transporte público, etc.
- Diretriz 14 – Uso de alojamentos. Não será adotado pelo Programa Mané Dendê o uso de alojamentos. Caso ocorra externalidades ao Programa, como por exemplo, enchentes, inundações que coloquem em risco a vida das famílias a remanejar ou para os casos de atraso no processo de disponibilização de moradias por problemas cuja resolução em tempo hábil não dependa apenas dos gestores do Programa Mané Dendê, será adotada a solução da “Aluguel Social” – aluguel de moradia por tempo determinado na área de entorno da residência atual da família, e cujo ônus financeiro será por conta da Prefeitura por intermédio da SEINFRA.
- Diretriz 15 – Evitar o risco de empobrecimento da população afetada, adotando soluções de realocação que permitam uma real melhoria da qualidade de vida da população a ser relocada.

7. MARCO LEGAL

O Plano de Reassentamento Involuntário – PRI está condicionado à observância do ordenamento jurídico em sua esfera federal, estadual e municipal, naquilo concernente:

- (i) Lei Nº 9.069 / 2016 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU2016 e dá outras providências
- (ii) Portaria do Ministério das Cidades nº 317/2013 que dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas.
- (iii) Lei No 8543 / 2014 – Institui os benefícios eventuais de que trata o art.,22 da Lei Orgânica da Assistência
- (iv) Decreto 7.970 de 05/06/2001 – APA - Área de Proteção Ambiental denominada APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu, anexo IV – deste documento;
- (v) Resolução Conselho Municipal de Meio ambiente COMAM – 015 /2008 de 04/04/2008, com prazo de validade de 2 anos, e que em seu art. 1º inciso II.b reza o seguinte: “Projeto de relocação das famílias que moram no interior do parque assegurando que os cidadãos relocados tenham preferência nos programas de geração de renda a serem implementados, em especial das famílias que ocupam a área da Praça de Oxum.” Anexo III – deste documento.
- (vi) Resolução CONAMA / MMA – 010 de 14/12/1988 – dispõe sobre a regulamentação das áreas de Proteção Ambiental – APA – anexo V – deste documento
- (vii) Lei 11.041 – Institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Estadual de Interesse Social e dá outras providências – anexo VI – deste documento.

PARTE 2 – PAUTAS PARA REASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO

8. SITUAÇÃO DE AFETAÇÃO

8.1 Justificativa

As intervenções previstas para serem executadas demandaram a demolição de imóveis.

Para isto é preciso conhecer a poligonal de afetação que é definida pela linha de off set da obra. Neste momento, ainda não se tem a linha de off set mas é possível realizar uma aproximação desta situação.

Vale dizer, que após definida a linha de off set da obra deverá ser realizado o cadastro censitário de todos os imóveis afetados independente se totalmente ou parcialmente.

Grande parte da população a ser relocada está situada próximo as margens do Rio Mané Dendê ou de seus afluentes – os i imóveis com esta localização são os de padrão mais simples e mais vulneráveis aos risco de alagamento / enchente.

A metodologia adotada para estabelecer um número de imóveis afetados o mais próximo ao futuro número real foi utilizando a cartografia disponível / google e suas ferramentas / voo de drone na área / inúmeras visitas e a experiência da equipe de engenharia frente ao processo.

Mas a vulnerabilidade das edificações a serem afetadas não se restringe aos riscos de enchentes- o risco é agravado por outros fatores tais como: instalações elétricas perigosas - sem equipamentos de segurança e rotas de fuga, saneamento básico ruim - disposição e coleta dos resíduos sólidos deficientes, presença de roedores e insetos decorrentes da falta higiene nos espaços privados e coletivos, sistema viário precário – sem iluminação adequada, sem segurança.

8.2 Poligonais de Afetação

As Plantas apresentadas a seguir indicam as poligonais de afetação da sub-bacia de intervenção do Rio Nané Dendê.

É importante observar, o corpo principal recebe vários afluentes e as maiores contribuições são as provenientes do Córrego do Madeira e do Gruna – situados ambos à jusante e na margem direita do Rio. As edificações afetadas pelas intervenções estão grafadas em branco e poderão ser melhor observadas nas plantas que se seguem.

As duas primeiras figuras apresentam um visão Geral e as demais apresentam por trecho as edificações com potencial possibilidade de serem demolidas para cederem território à execução das intervenções previstas.

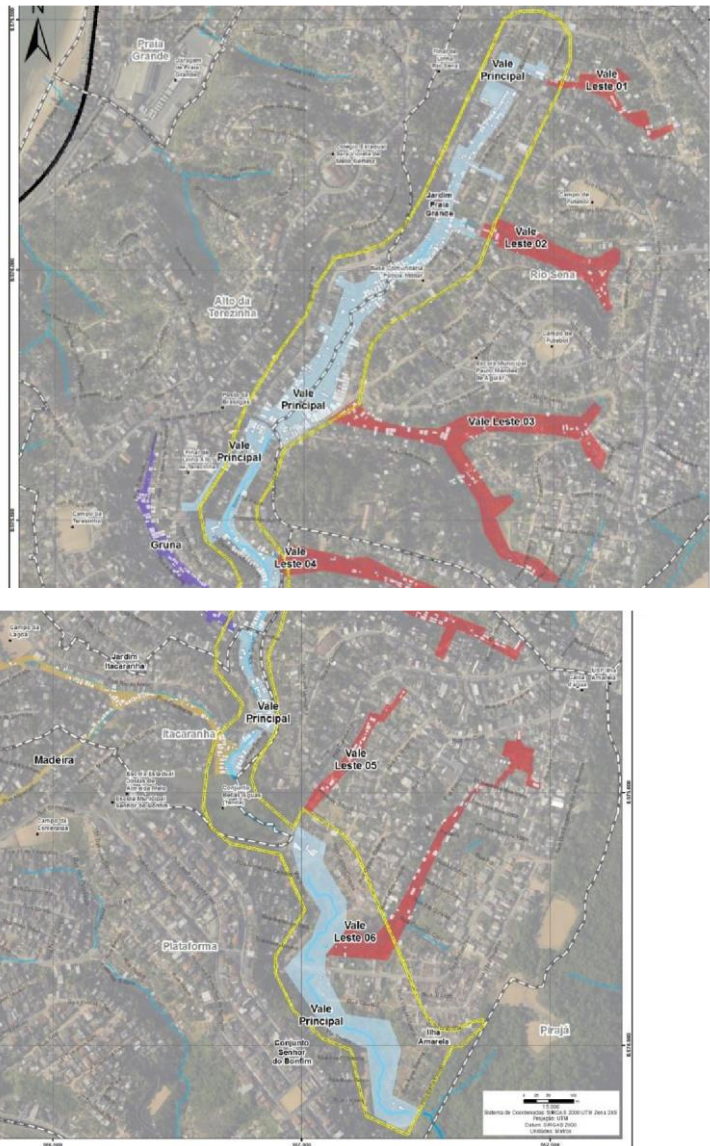


Figura 1 – Edificações Afetadas – Ao longo de todo o Vale do Rio Mané Dendê Os imóveis afetados estão situados:

- Vale principal (Mané Dendê)
- Afluente – Margem Direita – Gruna
- Afluente – Margem Direita – Madeira
- Afluentes – Margem Esquerda

– Remoções PRANCHA 01

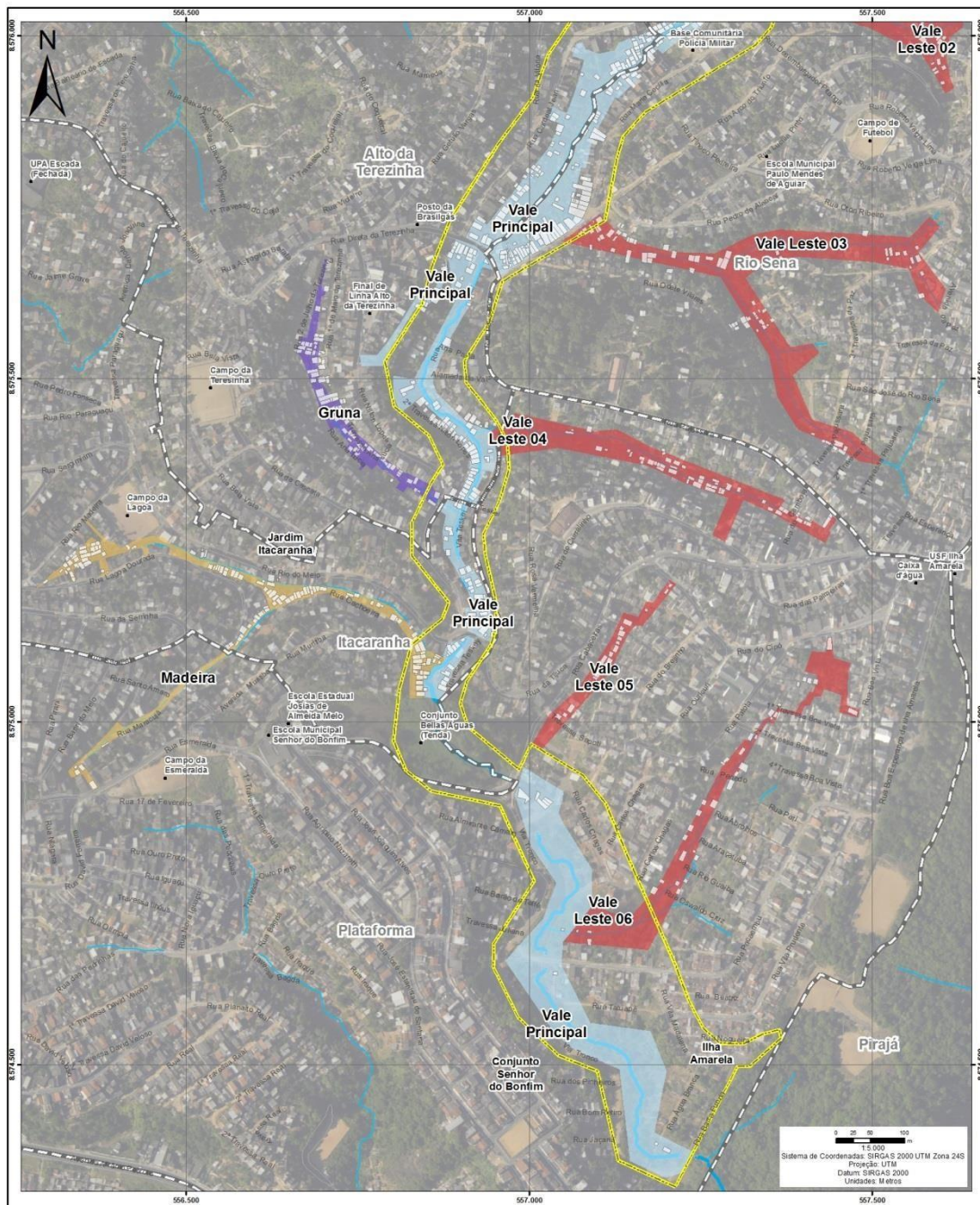


Uso Residencial	Uso Não Residencial	Demais Situações	Tipo de Remoção
1 Pavimento (Térreo)	1 Pavimento (Térreo)	Construção	Remoção Parcial
2 Pavimentos	2 Pavimentos	Ruína	
3 Pavimentos		Não Identificado	
4 Pavimentos			

Fontes: PMS, Área de Intervenção Integral (Proposta Termo de Referência SGP nº 01), 2016; SICAR, Rio Maré Densê, 1992; SICAR, Rio Córrego, 1992; PDU, Linhas Básicas, 2010; CONDESA, Fotografias Aéreas, 2010.

Plano Geral de Intervenção, Análises de Viabilidade e
 Projeto Básico do Programa de Saneamento Ambiental
 e Urbanização da Bacia do Rio Maré Densê
Edificações Afetadas

PRANCHA 02 – Remoções



Poligonais Reassentamento

- Vale Principal (Rio Mané Dendê)
- Vales Leste
- Vale Oeste 01 (Gruna)
- Vale Oeste 02 (Madeira)

Fontes: PMS, Área de Intervenção Integral (Proposta Termo de Referência SDF nº 01, 2016; SICAR, Rio Mané Dendê, 1992; SICAR, Rio Córrego, 1992; PDU, Limites Bairro, 2016; CONDER, Fotografias Aéreas, 2010;

Agência Financiadora: **BID** **Salvador** **FMLF** **PLANO**

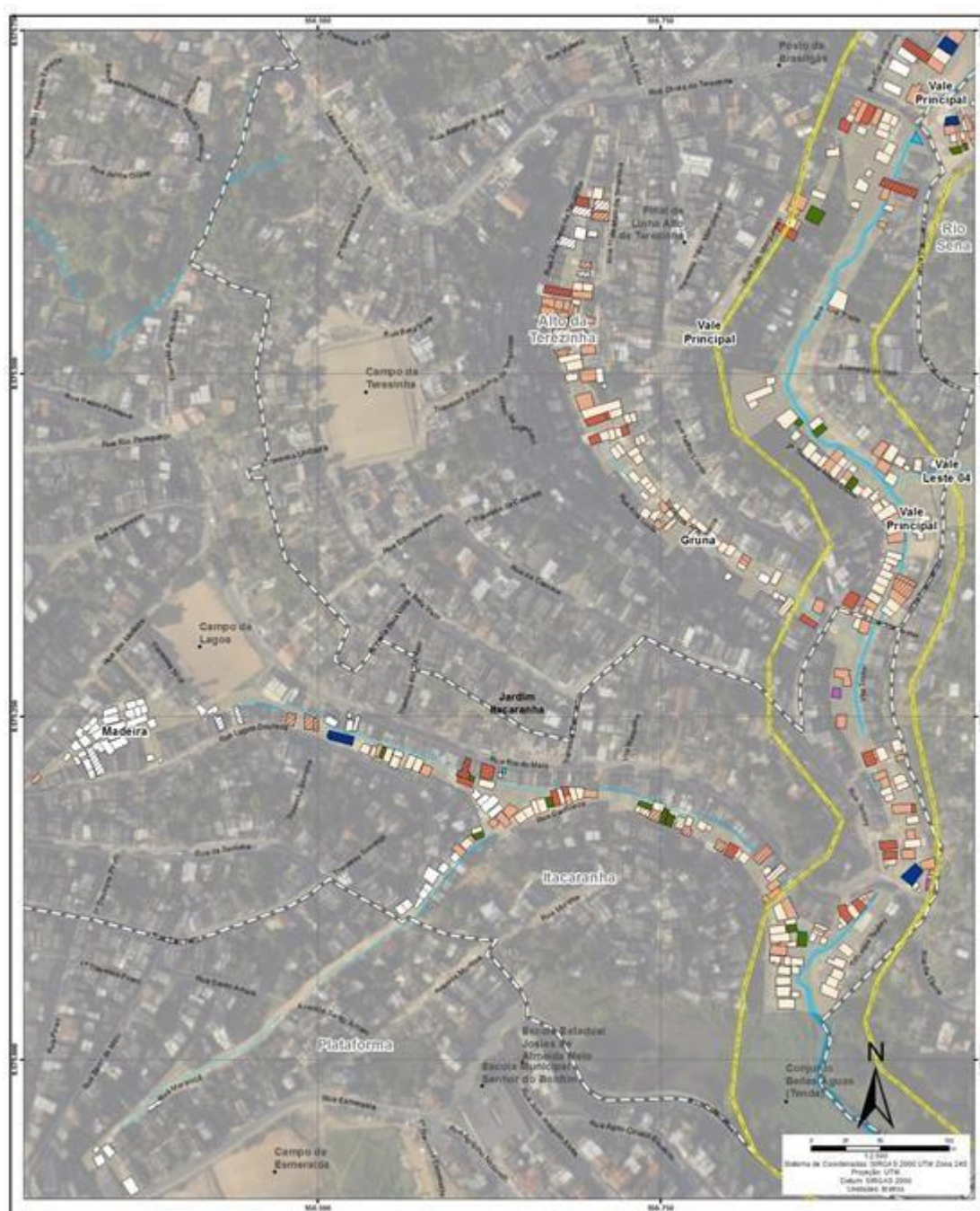
Plano Geral de Intervenções, Análises de Viabilidade e Projeto Básico do Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Rio Mané Dendê

Edificações Afetadas (Geral)

Prancha: 02

Abr / 2017

PRANCHA 03 – Remoções



Uso Residencial	Uso Não Residencial	Demais Situações	Tipo de Remoção
1 Pavimento (Térreo)	1 Pavimento (Térreo)	Construção	Remoção Parcial
2 Pavimentos	2 Pavimentos	Ruína	
3 Pavimentos		Não Identificado	
4 Pavimentos			

Plano Geral de Intervenções, Análises de Viabilidade e

 Projeto Básico do Programa de Saneamento Ambiental

 e Urbanização da Bacia do Rio Mané Dente

Edificações Afetadas

Fuente: PMS, base de Imagem Aérea Processada, Serviço de Informação SIG (PMS), 2016. SCA, Projeto de Lei 190, 2016. PMS, Projeto de Lei 190, 2016. PMS, Projeto de Lei 190, 2016. PMS, Projeto de Lei 190, 2016.

Planta 03

Jul 2017

Agência Financiadora: BID
Agência Executora: SALVADOR
FMLF
Coordenação/Coordenador: ffa PLAN

Edificações Afetadas

PRANCHA 05 – Remoções

8.3 Categorias de Afetados

Os afetados pelas obras podem ser classificados em 4 categorias:

- a. Proprietário / Posseiro da benfeitoria e ocupante do imóvel
- b. Proprietário / Posseiro da benfeitoria e não ocupante do imóvel
- c. Cedente – o que cede a posse
- d. Cessionário – aquele a quem se fez à cessão
- e. Inquilino
- f. Locatário

8.4 Parque São Bartolomeu e Terreiros – Cultos afro-brasileiros

8.4.1 Parque São Bartolomeu

O Parque São Bartolomeu não será afetado pelo conjunto de intervenções a serem realizadas, ou seja não haverá nenhum reassentamento na área do Parque.

Mas é importante tratar do tema porque esta região é emblemática na cidade por ser referência na pratica dos cultos afro-brasileiros.

“O Parque abriga centenas de espécies vegetais e animais, além de ter grande importância para a regulação climática da Cidade. A vegetação inclui floresta ombrófila densa, pântanos e manguezais. Em 1995, a Unesco reconheceu o Parque de São Bartolomeu como uma importante reserva de biosfera da mata atlântica.

O Parque também é um santuário do candomblé e, desde a época em que existia um quilombo na região, seus rituais são lá praticados. Suas três cachoeiras, Oxumaré, Oxum e Nanã, além de alguns espaços do Parque, recebem nomes de orixás. Suas águas são sagradas. Até boa parte do século 20, existiam romarias até as águas do Parque.

Em 1982, o escritor Jorge Amado fez um apelo ao prefeito Renan Baleeiro, por telegrama, para que se cuidasse da preservação do Parque, de seus mananciais, sua riqueza florestal e sobretudo dos locais destinados ao culto afro-brasileiro. A maior razão para o telegrama é que o prefeito pretendia construir habitações em uma parte do Parque.

Em 1986, foi fundada a Associação dos Amigos do Parque São Bartolomeu, uma ONG, que desenvolve atividades científicas, culturais e sociais no Parque e em comunidades vizinhas.

Em 2014, o Parque ganhou um espaço de lazer, com novas instalações para eventos culturais e esportivos. O governo relocou várias famílias que moravam em habitações no Parque.⁶”

⁶ Texto obtido no site WWW.bahia-turismo.com/salvador/parques/são-bartolomeu.htm – Com crédito para Jonildo Bacelar, em 2014

8.4.2 Terreiros

Terreiro (do latim terrarium⁹) nos cultos afro-brasileiros, é o local onde se realizam os cultos cerimoniais e são feitas oferendas aos orixás¹⁰. Embora nem sempre de terra batida, o nome permanece como referência aos barracões e quintais onde as celebrações eram realizadas.

O Programa Mané Dendê identificou 06 “Terreiros” que serão afetados e por isto mesmo reassentados.

No entanto, esta situação ainda encontra-se em estudo. Os projetos de engenharia estão estudando alternativas para se evitar a relocação destes locais.

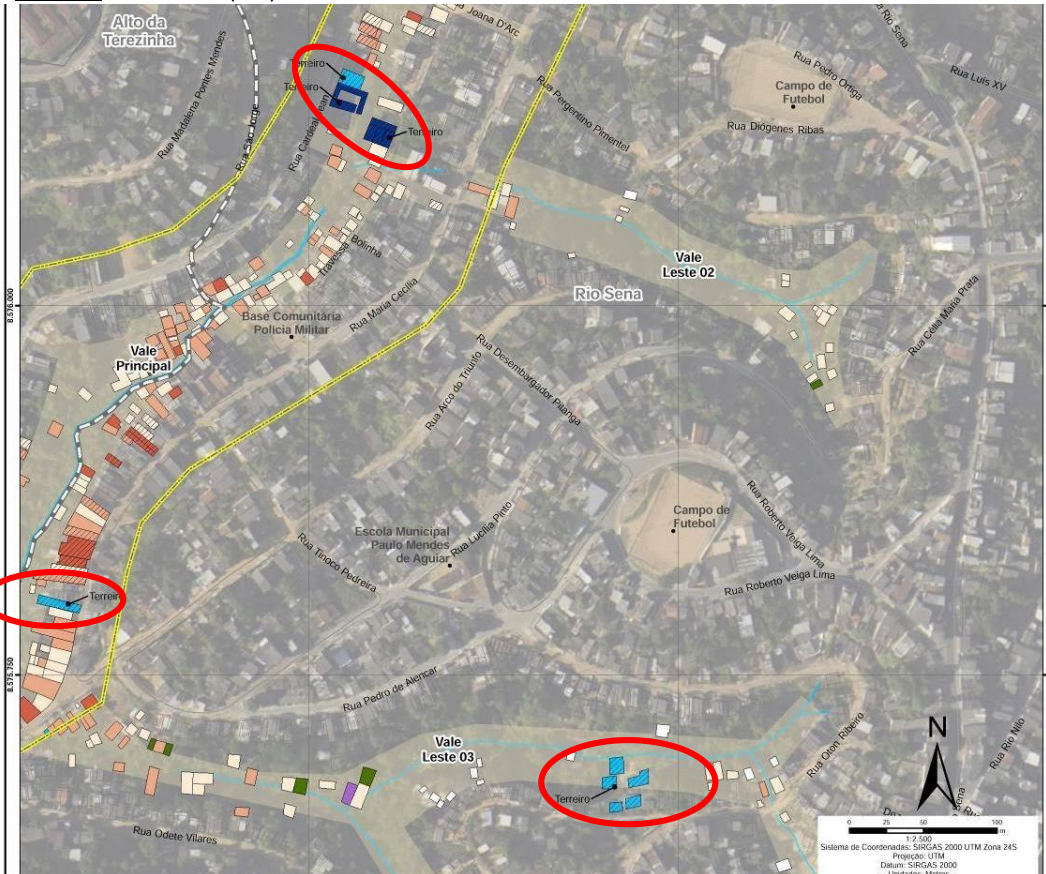
Salvador já tem experiência em relocação de “Terreiros” isto foi realizado em outros Programas e o processo transcorreu de forma positiva. Para isto é concedido um tempo aos praticantes para que promovam as cerimônias necessárias à transferência do espaço.

Neste Programa há também de se adotar medidas de cuidado pois a área de intervenção é referência na cidade para pratica dos cultos afrobrasileiros.

A Planta a seguir indica as áreas dos 6 (seis) “Terreiros” afetados pelo Programa.

⁹ Yaracylda Farias Coimet (2006). *Dicionário das manifestações folclóricas de Pernambuco: com ilustrações, 354 palavras e expressões*. Editora Universitária UFPE. p. 166. ISBN 978-85-7315-359-0.

10



No item 10 – deste documento Política de Atendimento está descrito

os procedimentos de compensação a serem adotados.

8.5 Dimensionamento

Na perspectiva do anteriormente dito, o processo de remanejamento de população, no âmbito do Programa Mané Dendê, está circunscrito às famílias e atividades econômicas situadas dentro da área de intervenção.

O quadro a seguir foi obtido através da metodologia descrita no item 8.1 deste documento e chegou se ao número que 1002 imóveis serão afetados pelas intervenções a serem executadas.

O número final só será obtido quando do conhecimento da linha de off set do conjunto das intervenções e da realização do cadastro censitário de todos os imóveis e famílias situados no interior destas poligonais.

Este trabalho deverá ser incorporado a versão final do PRI.

QUADRO RESUMO	Edificações						% Sobre Total
	Vale Principal	Vales Leste	Grua	Madeira	Via de Integraçãc	Total	
Imóveis Residenciais até 40m2	122	63	28	25	8	246	24%
Imóveis Residenciais entre 40m2 e 60m2	71	42	22	23	6	164	16%
Imóveis Residenciais entre 60m2 e 80m2	53	15	11	14	6	99	10%
Imóveis Residenciais entre 80m2 e 100m2	33	10	6	8	4	61	6%
Imóveis Residenciais acima de 100m2	124	22	17	20	20	203	20%
Imóveis Comerciais	6	1	0	1	1	9	1%
Imóveis Institucionais	6	1	0	1	0	8	1%
Construções	13	13	0	9	0	35	3%
Ruínas	2	2	0	0	0	4	0%
Total 01	430	169	84	101	45	829	83%
Imóveis não identificados	17	57	7	56	36	173	17%
Total 02	447	226	91	157	81	1002	100%

No entanto, sabe-se que o número de soluções a serem disponibilizadas não necessariamente são coincidentes ao número de edificações a serem afetadas.

Este tema de relevância está tratado no item 12 – deste documento

pois repercute diretamente no orçamento a ser destinado à implementação do reassentamento.

9. PERFIL DA POPULAÇÃO E DOS IMÓVEIS AFETADOS

Com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos moradores residentes na área de intervenção do Programa Mané Dendê, foi aplicado, através de entrevista pessoal, questionário abordando vários aspectos socioeconômico.

Foram coletadas 102 amostras na área demarcada e maior probabilidade de intervenção / realocação de moradores, o que representa uma amostra de 10% do universo potencialmente afetado.

As entrevistas foram pessoais na residência / domicílio dos entrevistados, com blocos de questões que investigam as características dos domicílios, características estruturais e socioeconômicas das pessoas residentes nos domicílios.

As informações coletadas foram armazenadas em um banco de dados de software específico para tabulação.

O trabalho de campo ocorreu entre os dias 20 a 25 de Abril de 2017.

Algumas dificuldades foram enfrentadas na realização da etapa de campo inicialmente o período chuvoso e consequentemente a inacessibilidade a região e a segunda e maior dificuldade foi a “guerra de facções” entre as áreas conhecidas como Volta Redonda e Bomba.

A seguir apresenta-se o resultado da pesquisa as perguntas não foram feitas necessariamente na ordem apresentada aqui e os Resultados foram organizados em 6 temas a saber:

- **Tema 1 – Do Imóvel**
- **Tema 2 – Do Chefe da Família**
- **Tema 3 – Da Família**
- **Tema 4 – Do Local de Moradia**
- **Tema 5 – Da Rede de Apoio Social**
- **Tema 6 – Das Expectativa**

9.1 Resumo dos Resultados

Tema 1 – Do Imóvel

Do Uso e da Obtenção do Imóvel

- 91% dos imóveis são de uso residencial e apenas 4% comercial seguido de 2% misto
- Regime de Utilização predominante “Uso próprio” 91,0% e apenas 5% são alugados e outros 2% cedidos
- Tempo de Utilização / Moradia 23% informam residir no imóvel mais de 30 anos; 30% entre 20 e 30 anos, 18% entre 10 e 20 anos; 14% entre 5 e 10 anos; e 29% menos de 5 anos sendo que destes 3% a menos de um ano.
- 12% dos imóveis são utilizados para fins comerciais
- Dos 12% - 34% são mercearia; 17% salão de beleza; 17% barbearia; 8% corte e costura e 16% vendem pão e feijão
- Dos 12% - 10% declararam que são clientes são do bairro e apenas 2% de bairros próximos
- Dos 12% - 100% informaram que não geram oportunidade de trabalho para outras pessoas da comunidade
- 36% informaram ter comprado o terreno; 27% o imóvel foi cedido; 23% comprou o imóvel; 5% é alugado; 4% construiu em área sem título; 3% ocupou o imóvel; 2% não respondeu
- Dos 5% alugados: 6% paga até R\$312,00 de aluguel; 2% de R\$468,00 a R\$737,00 e 92% não informou

Das Características do Imóvel

- 91% dos imóveis são casas térreas; 2% cômodo; 1% apartamento; 6% outros
- 53% possuem 2 dormitórios; 18% três dormitórios; 17% apenas um; 4% quatro ou mais; 5% nenhum

- 69% são edificações com reboco; 26% alvenaria sem reboco; 2% madeira; 3% outro.
- 69% possuem piso em cerâmica; 26% em cimento; 3% sem acabamento; 2% outros.

Dos serviços do Imóvel

- 52% dos imóvel possuem rede de abastecimento oficial e outros 43% "não oficial" e os 5% informaram obter água através de cacimba, poço
- Rede de Esgoto: 47% lançam a céu aberto, 40% ligados ao "Bahia Azul", 5% rede pública, 4% fossa com sumidouro, 4% não informou
- 95% dos imóveis tem cozinha interna e 5% não contam com cozinha
- 97% possuem banheiro interno, 1% externo e 2% não tem
- Rede Elétrica: 69% Ligação Oficial; 29% não oficial; 2% não tem
- Disposição do Lixo: 69% lançam no coletor público; 21% na rua para o carro coletor recolher; 10% no carro coletor
- 45% responderam que o serviço que mais faz falta é o posto de saúde; 37% áreas de lazer; 18% posto policial; 17% centro de convivência de idosos; 15% creche; 8% falta tudo; 8% feira / mercado; 8% correio; 4% escola; 1% telefone público; 5% não respondeu

Tema 2 – Do Chefe da Família

- 75% dos entrevistados eram o chefe da família
- 67% das famílias são chefiadas por homens
- Apenas 5% das famílias são chefiadas por jovens de 18 a 21 anos e 17% por pessoas com mais de 61 anos – destes 1% com mais de 75 anos
- 59% dos chefes de família são casados; 31% solteiros, 7% viúvos e 3% divorciados
- 33% possuem nível médio completo e 20% incompleto; 4% declararam ter completado o nível fundamental e 36% não chegaram a concluir o fundamental e 5% os se declara analfabeto ou apenas lê e escreve
- Renda Individual – 59% recebem de até 3,0 S.M; 12% de 3,0 a 5,0 S.M; 15% declarou viver de benefício social; 14% declarou não ter renda

Tema 3 – Da Família

- 65% das famílias são compostas por 2 a 4 membros; 11% por cinco membros, 12% de seis a sete; 2% por mais de sete e 9% por um único indivíduo
- 83% dos domicílios abrigam apenas um núcleo familiar; 15% dois núcleos
- 70% das famílias possuem apenas um provedor; 23% dois; 3% possuem 3 provedores, 1% quatro e 3% vivem de “ajuda social”
- Em 20% das famílias pelo menos um membro tem mais de 60 anos e 5% dois membros
- 69% dos domicílios não tem membros menores de 6 anos, em 26% apenas um membro; e 3% possuem dois e 2% possuem 3 membros
- Entre 6 e 15 anos – 62% não possuem membros neste intervalo de idade; 26% apenas um; 9% dois membros e 3% acima de 3 membros
- 95% das famílias possuem geladeiras; 91% de celular; 30% máquina de lavar; 27% tanquinho; 19% computador; 10% carro; 10% forno elétrico; 7% moto; 1% ar condicionado; 2% nada
- 67% respondeu que estão satisfeitos com a atual moradia

Tema 4 – Do Local de Moradia

- Quando perguntados sobre as 3 piores coisas do local de moradia (respostas múltiplas)
 - ✓ Primeira citação (em ordem decrescente)
 - ⊗ Alagamentos / enchentes
 - ⊗ Falta de esgoto
 - ⊗ Transporte
 - ⊗ Ratos / segurança
 - ⊗ Lixo / mau cheiro / insetos / drogas
 - ✓ Segunda citação (em ordem decrescente)

☹ Segurança

☹ Ratos

☹ Transporte

☹ Falta de esgoto / Mau cheiro

☹ Insetos / Drogas

✓ Terceira citação (em ordem decrescente)

☹ Transporte

☹ Drogas

☹ Segurança / Mau cheiro / Insetos

✓ **Na somatória**

☹ **TRANSPORTE – 45%**

☹ **ALAGAMENTOS / ENCHENTES – 28% / 11%**

☹ **SEGURANÇA – 36%**

☹ **FALTA DE ESGOTO – 34%**

☹ **RATOS – 30%**

- Quando perguntados sobre as 3 melhores coisas do local de moradia (respostas múltiplas)

✓ Primeira citação (em ordem decrescente)

☺ Vizinhança

☺ NADA

☺ Igreja

☺ Família

✓ Segunda citação (em ordem decrescente)

☺ NADA

☺ Vizinhança

☺ Família

☺ Igreja

✓ Terceira citação (em ordem decrescente)

☺ NADA

☺ Não respondeu

☺ Igreja

✓ **Na somatória**

☺ **NADA – 74%**

☺ **Não respondeu / Vizinhança – 54% / 55%**

☺ **Igreja – 25%**

- 85% declararam gostar de morar no atual local
- 52% disseram morar ali por ser próximo à família; 4% perto do trabalho; 2% pela vizinhança; 35% não informaram

Tema 5 – Da Rede de Apoio Social

- 62% informaram que na Comunidade / Bairro não possuem associação ou entidade comunitária
- 37% que informaram que existe – 16% disseram se tratar de entidade comunitária de bairro; 12% de caráter esportivo; 7% cultural; 7% estudantil; 4% ONG e 3% profissional
- 90% não participam de nenhuma organização
- Diante de dificuldades 39% recorrem aos parentes; 24% aos vizinhos; 9% a Delegacia; 11% Não respondeu; 5% posto médico; 4% político; 3% líder comunitário; 2% igreja; 3% outros

Tema 6 – Das Expectativas

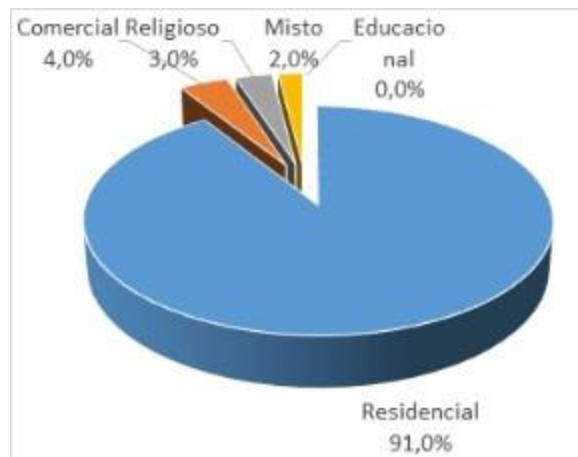
- Perguntados sobre o tipo de moradia ideal para atender as necessidades da sua família: 18% gostaria de ter dinheiro para construir uma nova moradia; 7% moradia nova aqui na comunidade; 4% tanto faz / indiferente; 3% moradia nova em outra parte da cidade; 1% não respondeu

9.2 Gráficos

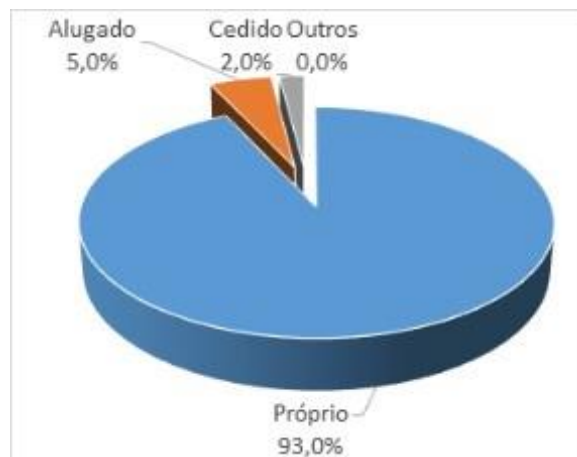
Parte 1 – Do Imóvel

- **Do Uso e da Obtenção**

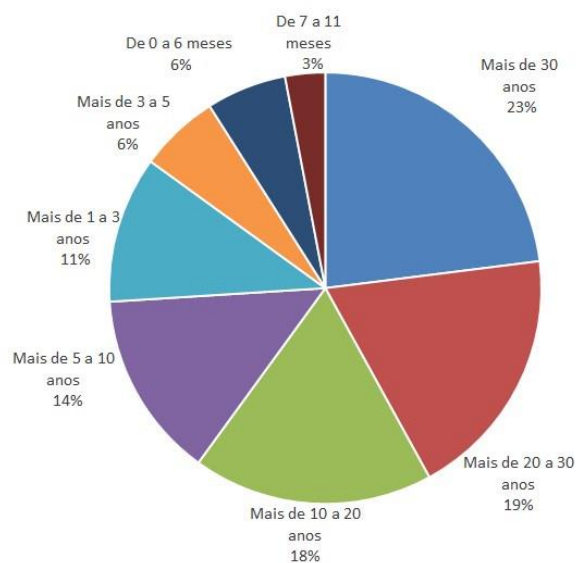
1. Este imóvel é utilizado com que finalidade?



2. Regime de Utilização - Este imóvel é?



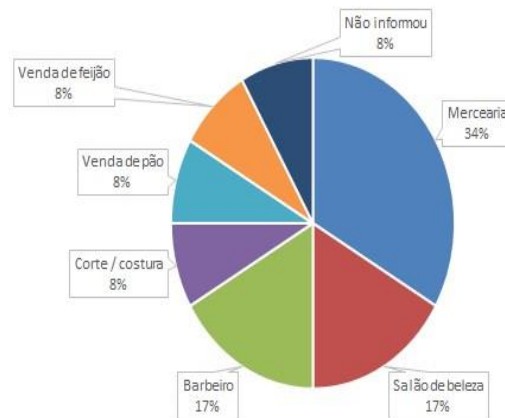
3. Há quanto tempo o(a) Sr.(a) mora / utiliza este local?



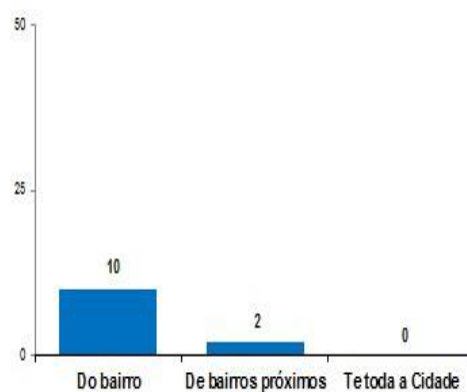
4. Este imóvel é utilizado para fim comercial?



5. Que tipo de estabelecimento funciona aqui?



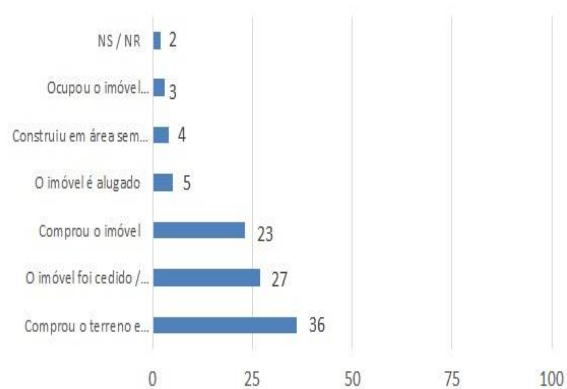
6. De onde são os clientes?



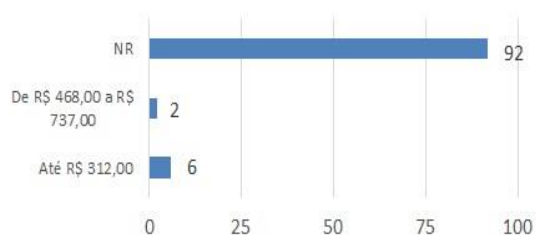
7. Este negócio gera oportunidade de trabalho para outras pessoas da comunidade?



8. Como você conseguiu este imóvel?

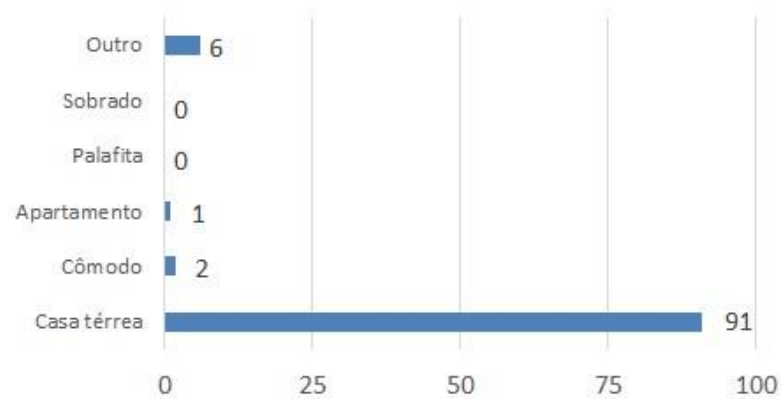


9. Se o imóvel for alugado, quanto paga de aluguel?

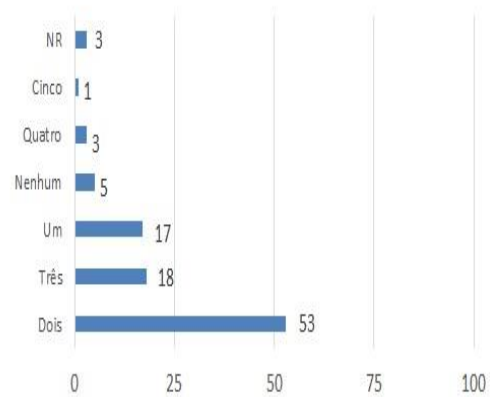


Das Características do Imóvel 10.

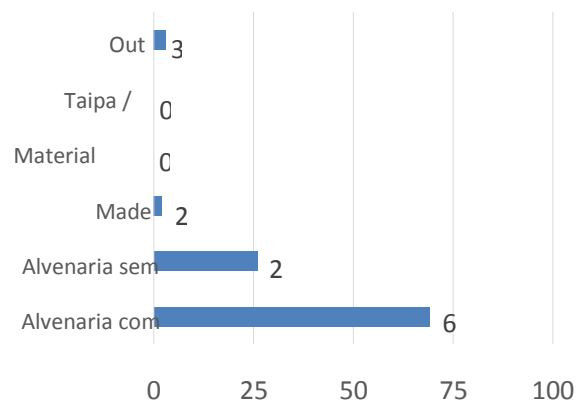
Tipo de construção?



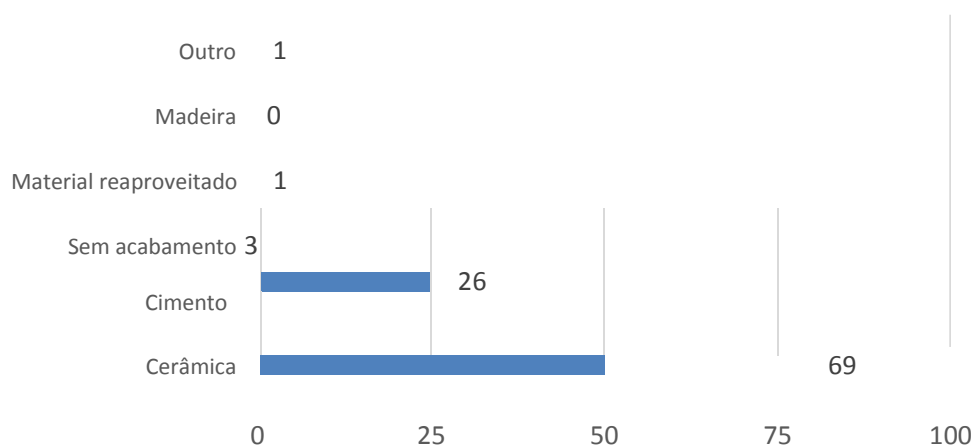
11. Número de dormitórios?



12. Material de execução das paredes?

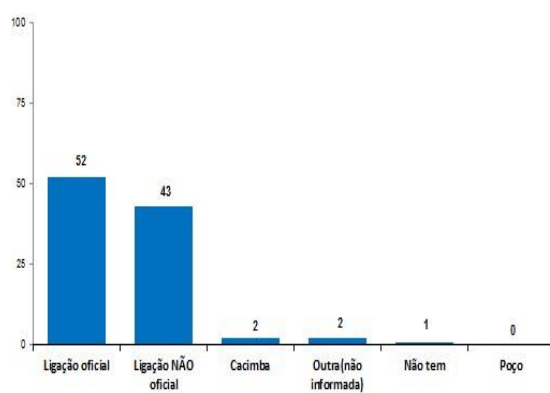


13. Material de execução do piso?

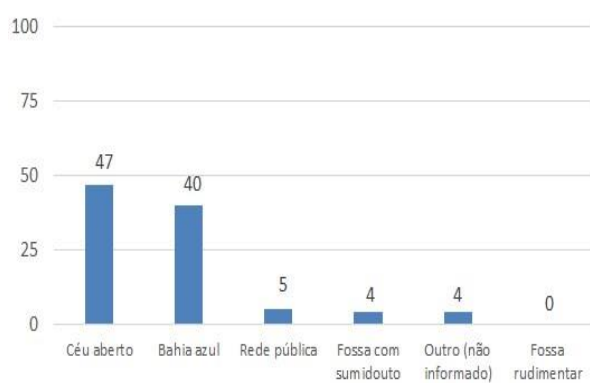


Dos Serviços do Imóvel

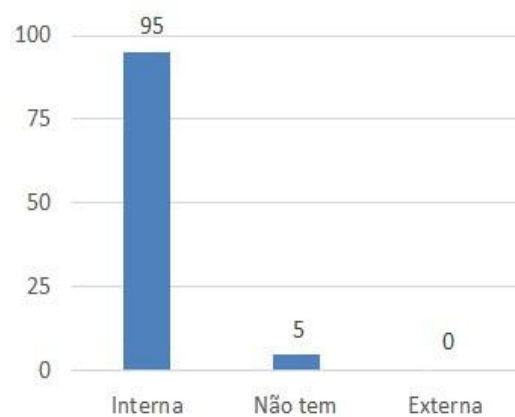
14. O seu abastecimento de água é?



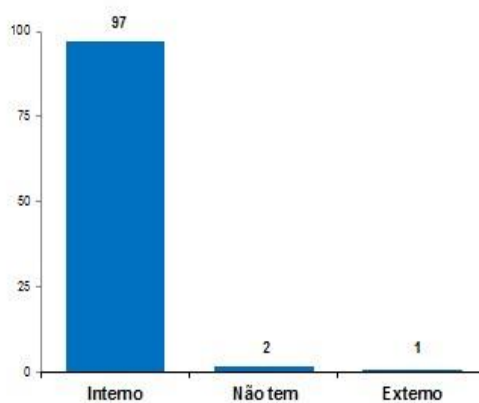
15. Que tipo de esgoto tem em sua casa?



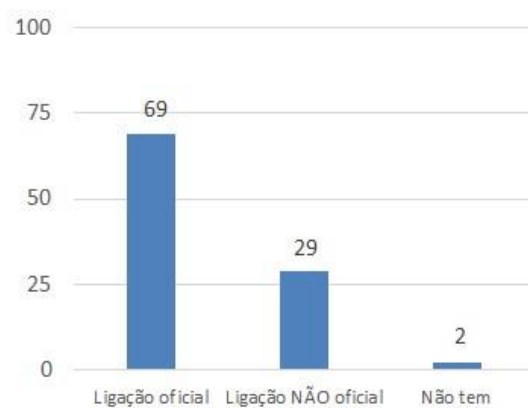
16. Situação da cozinha?



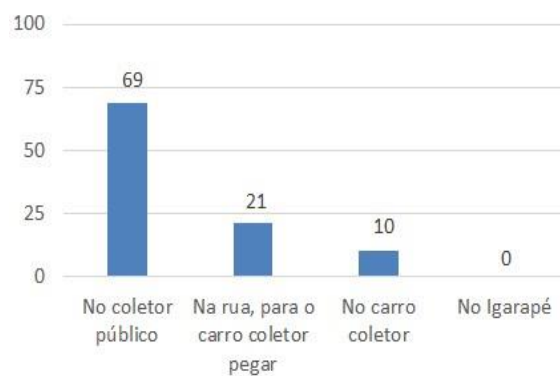
17. Situação do banheiro?



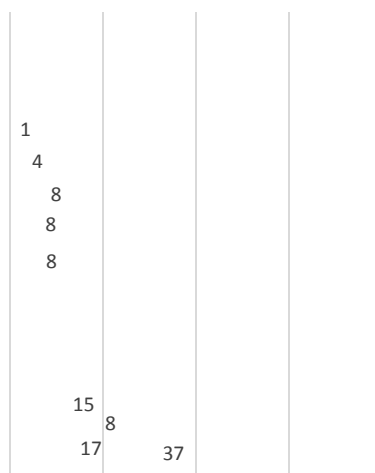
18. Tipo de instalação elétrica?

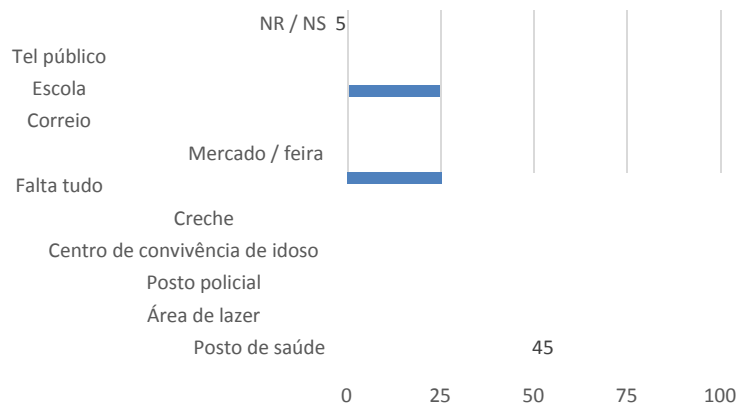


19. Onde joga o lixo?



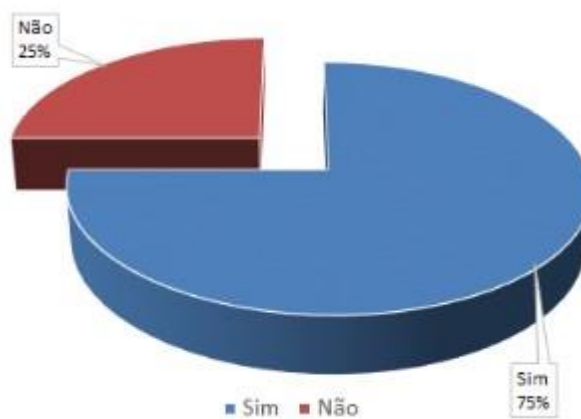
20. Atualmente, qual o serviço público qual faz mais falta a sua família? (Resposta múltipla)



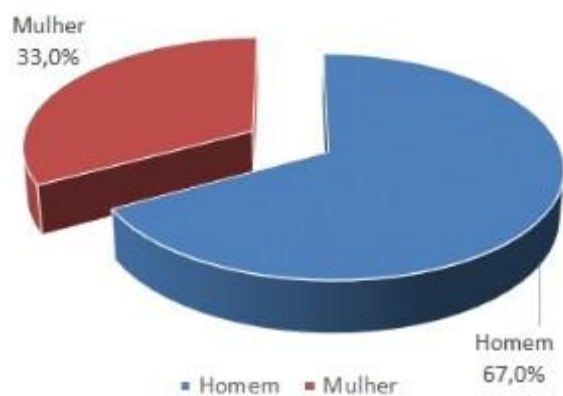


Parte 2 – Do Chefe da Família

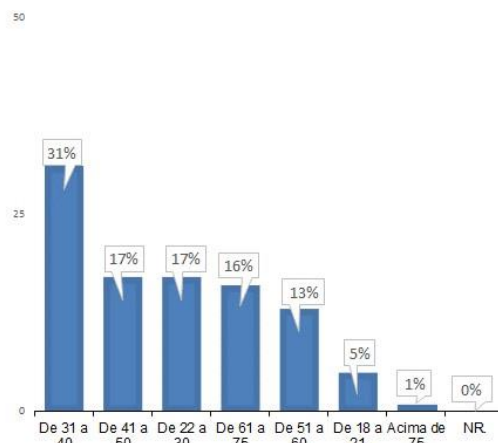
21. O(a) Sr.(a) é chefe da sua família?



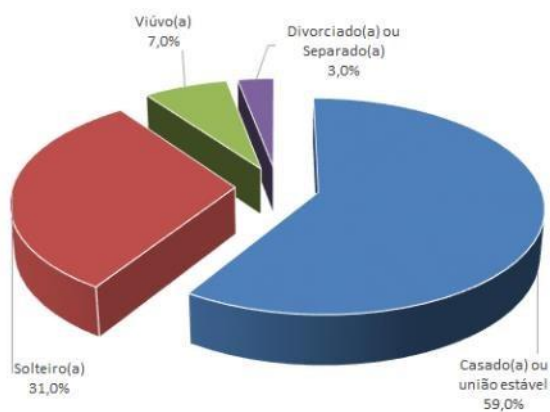
22. A sua família é chefiada por?



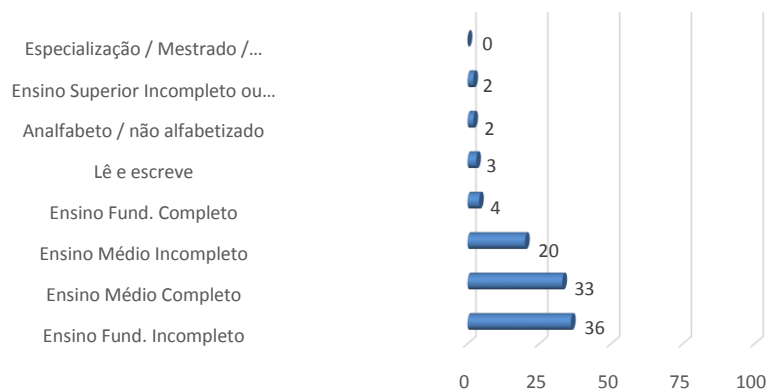
23. Qual é a idade do chefe da família (faixa etária - em anos)?



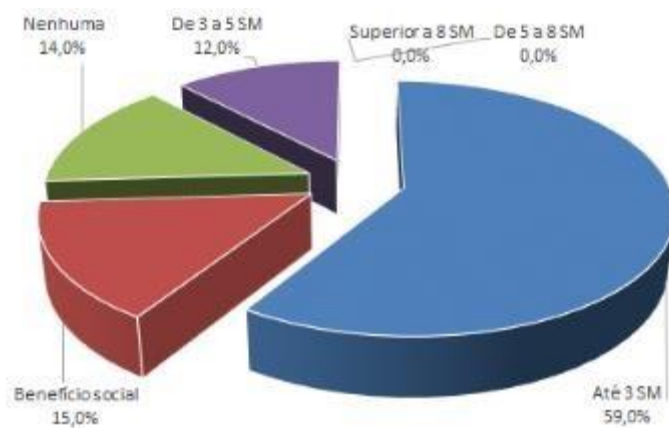
24. Qual é o estado civil?



25. Qual é o grau de instrução?



26. Qual a sua renda mensal individual?

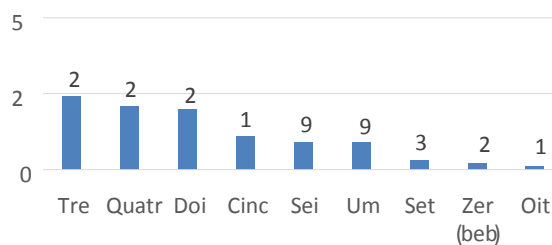


Parte 3 – Da Família

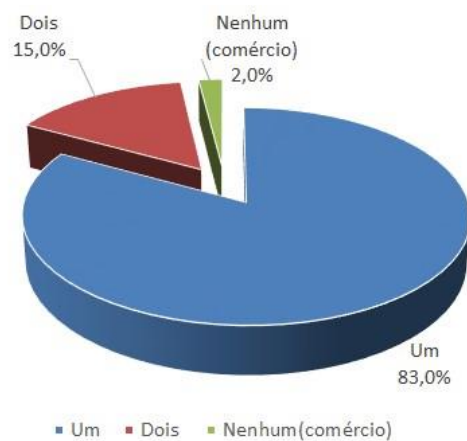
27. Incluindo o(a) Sr.(a), quantas pessoas moram nessa casa?

100

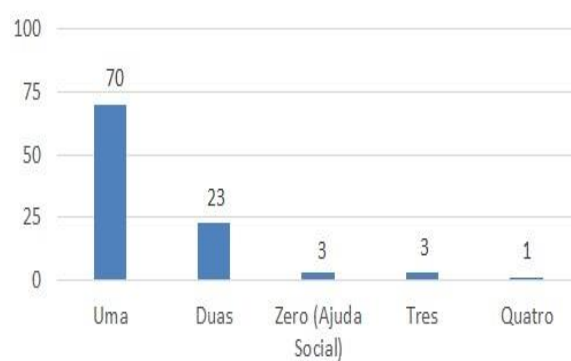
75



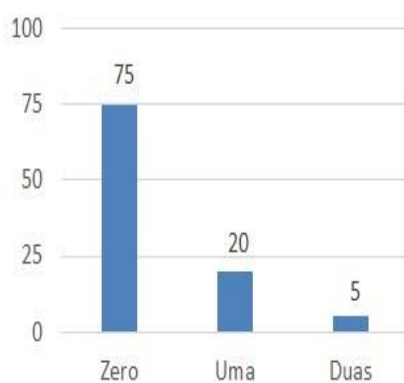
28. Quantos núcleos familiares moram nesse casa / local?



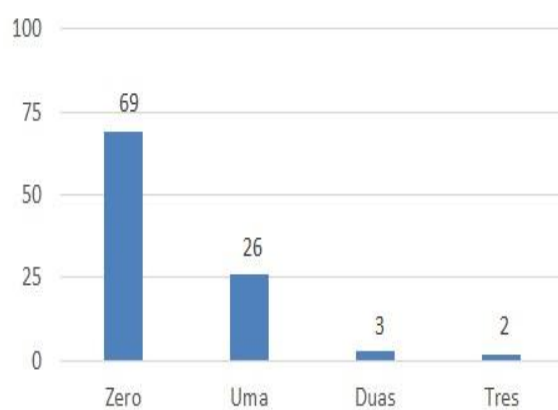
29. Quantas pessoas são responsáveis pela renda da sua família?



30. Quantas pessoas na sua família tem mais de 60 anos?

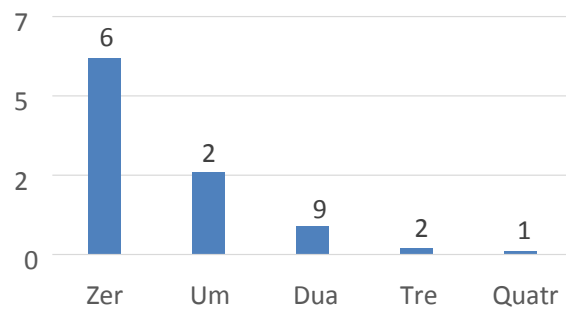


31. Quantas pessoas na sua família tem menos de 6 anos?

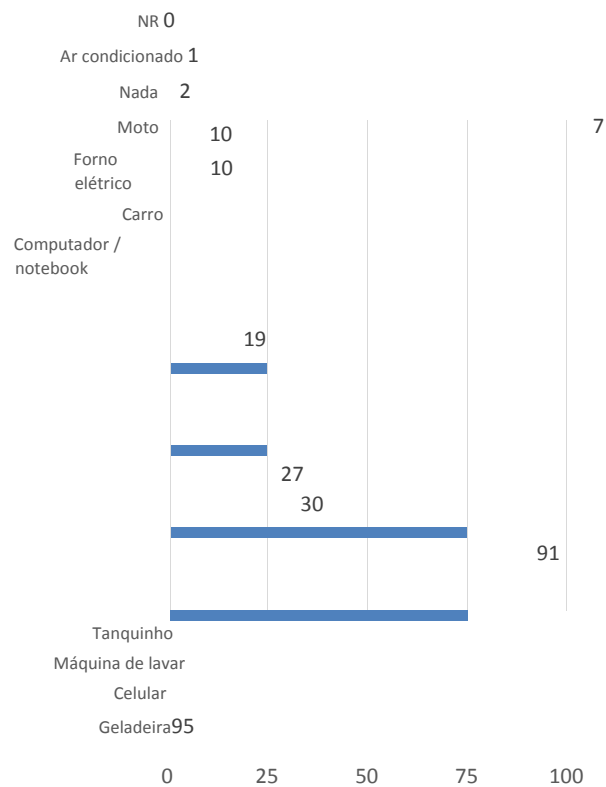


32. Quantas pessoas na sua família tem entre 6 e 15 anos?

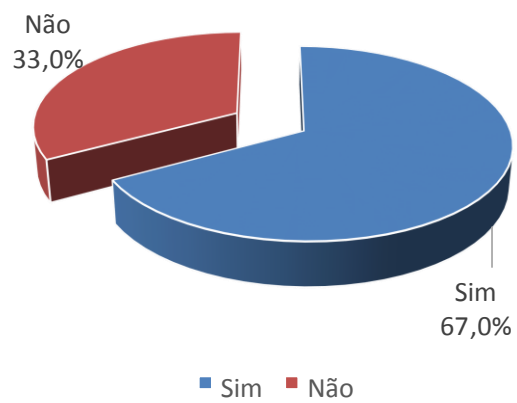
100



33. Quais os seguintes bens de consumo a sua família possui?

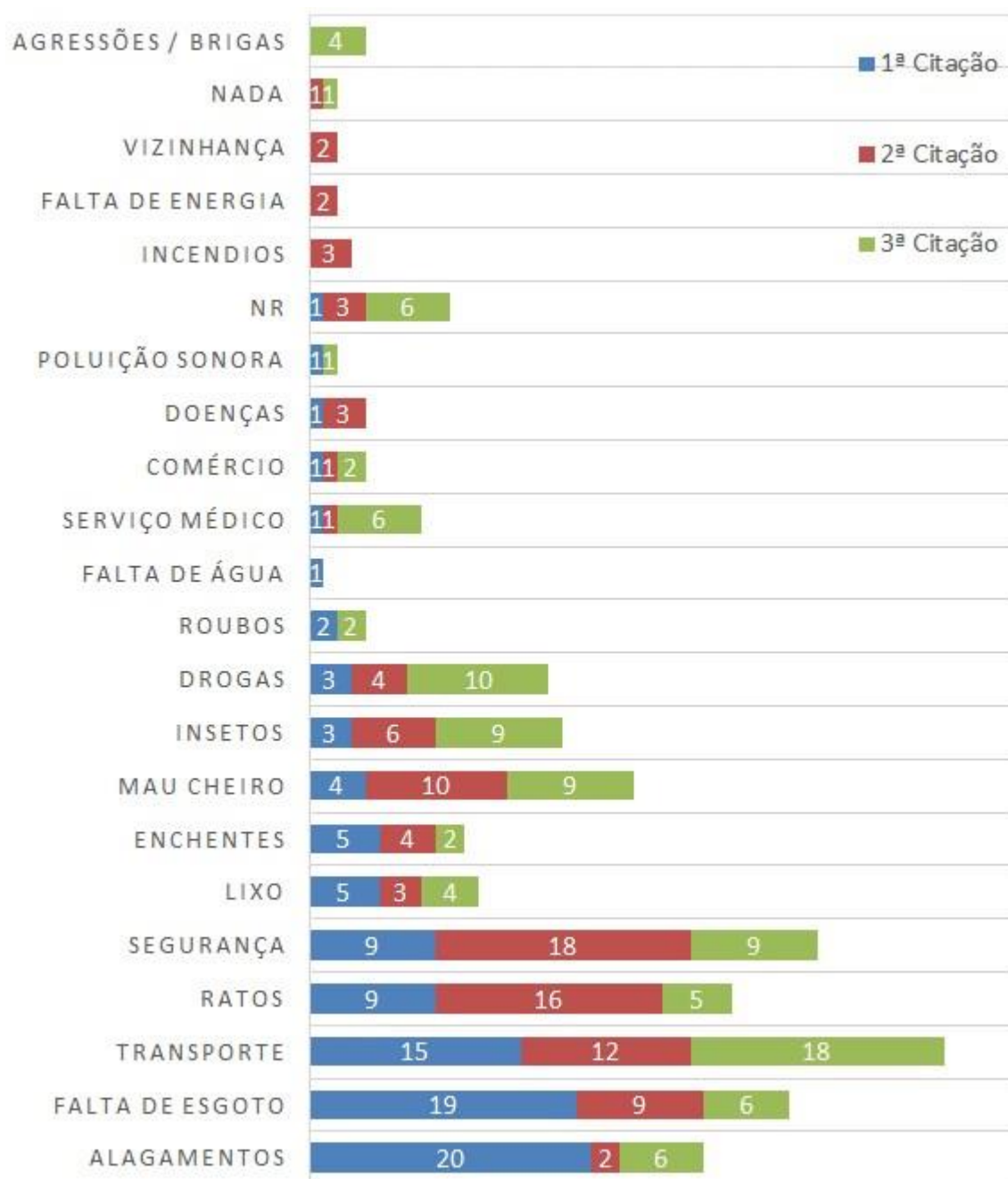


34. Você e sua família se julgam satisfeitos com a sua atual moradia?

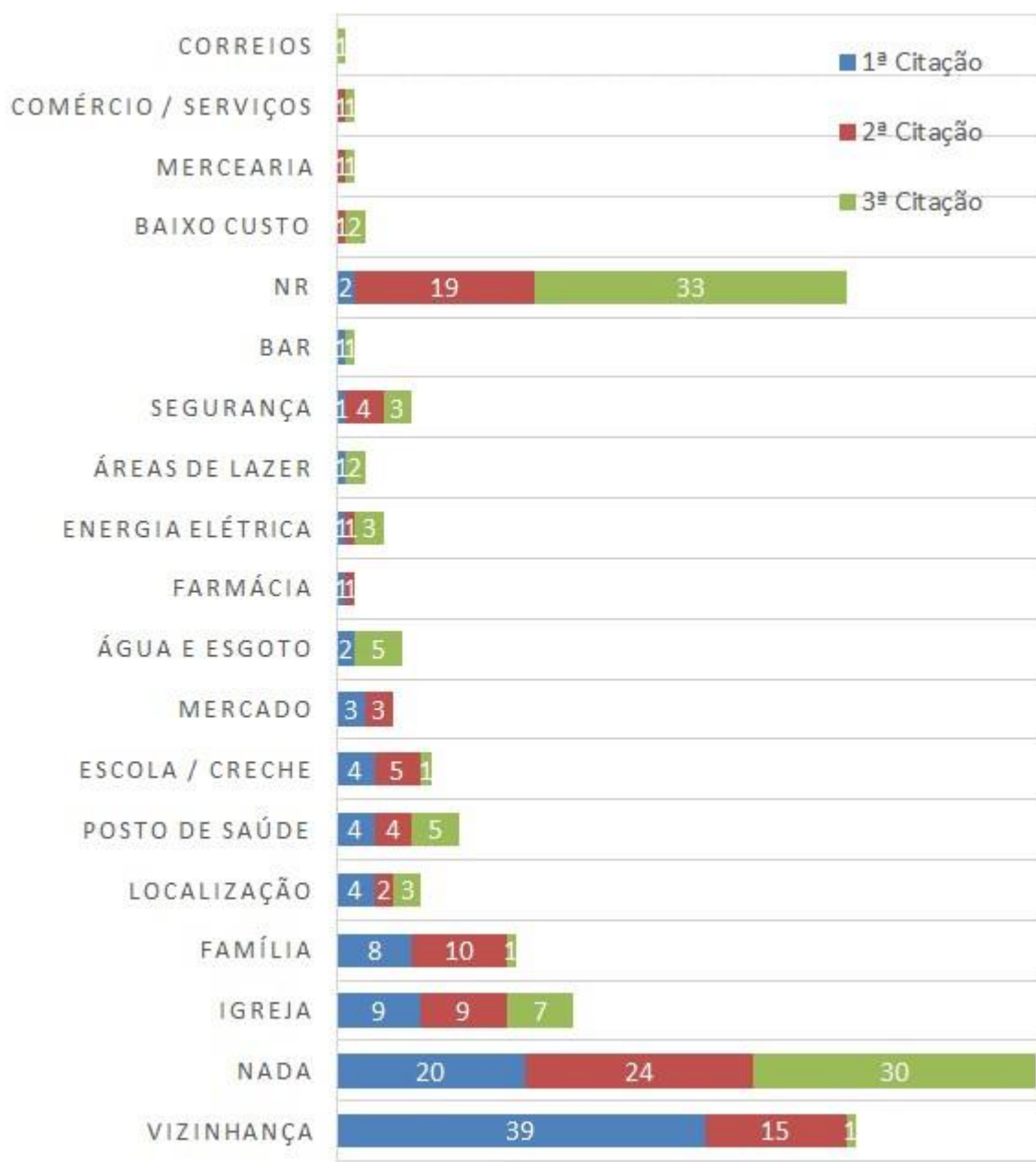


Parte 4 – Do Local de Moradia

35. Quais as 3 (três) piores coisas do local onde você mora?



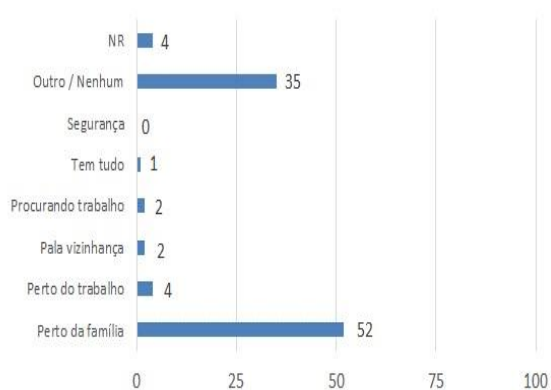
36. Quais as 3 (três) coisas que mais lhe agradam aqui na localidade?



37. Você gosta de morar aqui?



38. Por que motivo você veio morar aqui?

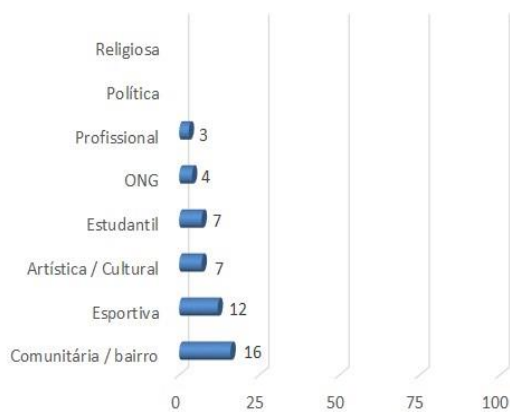


Parte 5 – Da Rede de Apoio Social

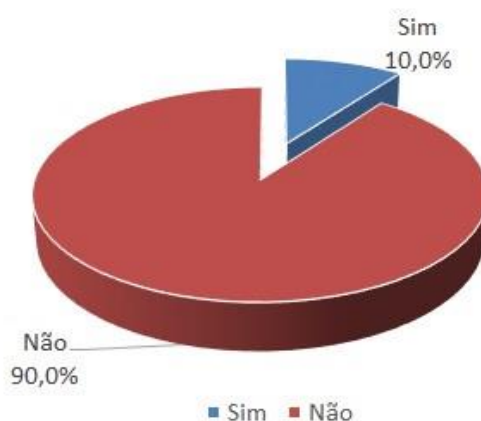
39. Aqui na comunidade ou no bairro, tem Associação ou Entidade comunitária?



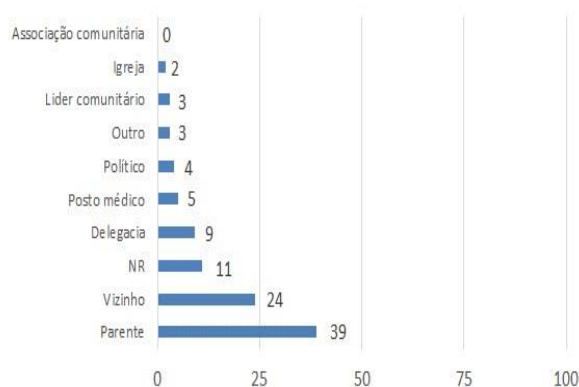
40. Se SIM, de que tipo?



41. Você ou alguém da sua família, participa de alguma Associação?

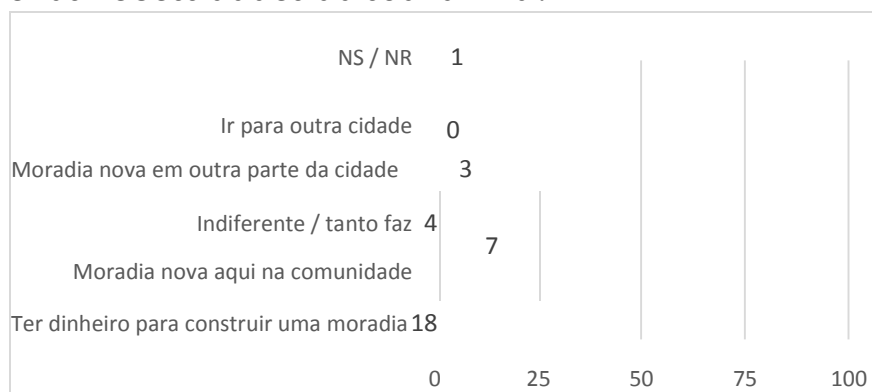


42. A que entidade ou pessoa recorre quando tem dificuldades na área?



Parte 6 – Das Expectativas

43. Se responder NÃO, que tipo de moradia você considera ideal para atender as necessidades da sua família?



9.3 Conclusões e Recomendações

A pesquisa realizada traz alguns resultados que merecem reflexões por

seu caráter inusitado e por sua vez também confirma que as propostas de intervenção e de investimentos do Programa Mané Dendê vão de encontro com as demandas da Comunidade:

□ A grande maioria declarou que não gostam de NADA do local de moradia e os poucos que responderam disseram ser a VIZINHANÇA e a IGREJA, ou seja, dois bens intangíveis e que não necessariamente se relacionam com o local. Não estão lá porque é perto do trabalho / ou de uma boa escola / ou porque o transporte é bom / ou porque tem posto de saúde e infraestrutura de serviços. Este resultado demonstra uma Comunidade fragilizada e sem um vínculo com o local de residência e que no entanto, 53% moram lá a mais de 20 anos mas talvez não tenha sempre sido este o cenário da área.

Apontam como as 3 piores coisas da área: o transporte público / alagamento, enchentes, ratos / segurança e falta de esgoto.

- ✓ Quanto a rede de apoio social 62% informaram que a Comunidade não possui associação ou entidade comunitária e que não participam de nenhuma organização. Isto pode ser comprovado no item 14 – deste documento que trata da Participação Comunitária onde as Lideranças são exercidas na sua maioria de forma individual e informal.
- ✓ Reforçando a situação de vulnerabilidade 70% das famílias possuem apenas um provedor, 25% tem pelo menos um membro com mais de 60 anos, e na lista de desejos eles indicam que gostariam de ter um centro de convivência para idosos. Surpreende também que 69% das famílias não tem nenhum membro com menos de 6 anos e 26% apenas um – o que demonstra um envelhecimento da área em poucos anos. Daí a necessidade de se pensar algo para esta população tanto em termos de convivência / lazer como de cuidados e de atenção.

10. POLÍTICA DE ATENDIMENTO

10.1 Política de Atendimento – Conceito

O objetivo de um Plano de Reassentamento é liberar território para

implantação das intervenções previstas pelo Programa Mané Dendê através de mecanismos que promovam melhoria de condições de vida da população alvo de relocação.

A política de atendimento ou de Compensação de um PRI - Plano de Reassentamento deve alvejar possibilitar à recuperação ou melhoria da qualidade de vida, da capacidade produtiva, das condições de moradia, compensando ao máximo todas as perdas possíveis.

No entanto, o que se busca é que a política de Reassentamento adotada seja capaz de elevar o padrão de vida da população.

A Prefeitura Municipal de Salvador desenvolverá a política de compensação de forma a garantir:

- a reposição das moradias que serão retiradas assegurando que nenhuma família fique em situação habitacional inferior àquela que tinha originalmente;
- a reinstalação das atividades econômicas instaladas no território requerido, na perspectiva de (i) evitar criação de passivo social manifesto no desaparecimento de postos de trabalho / atividades de subsistência desenvolvidas nos imóveis que deverão ser retirados da poligonal de relocação; (ii) contribuir para desenvolvimento das atividades econômicas tanto do ponto de vista de sua formalidade como sob a ótica de otimização da produção e comercialização.

10.2 Opções de Compensação

As opções de atendimento adotadas pela Prefeitura Municipal de Salvador – PMS para as famílias afetadas direta e indiretamente pelas obras do Programa Mané Dendê, estão fundamentadas em 07 (sete) linhas básicas de compensação:

- ✓ **Pagamento de Indenização em Espécie** – A indenização está prevista na Constituição Brasileira e por isto mesmo esta modalidade não se restringe a ser uma opção de atendimento, mas trata-se de um direito garantido

pela Carta Magna da Nação, ainda que seja totalmente desaconselhável sua aplicação para a população mais vulnerável.

O grupo potencial de optantes pela indenização deverá ser aquele cujas edificações possuem valores de avaliação significativos, ou seja, para aqueles que possuem avaliação superior ao valor do bônus e que a moradia oferecida está aquém do seu atual padrão.

- ✓ **Reassentamento em Residencial do Programa Mané Dendê** – O Programa disponibilizará moradias sem ônus para as famílias optantes por esta modalidade – com foco preferencial nas famílias com valores de avaliação insuficientes para recomporem sua moradia;
- ✓ **Reassentamento Monitorado** – Prioritariamente para os proprietários de imóveis com valores entre R\$ 80.000,00 a R\$ 120.000,00. Através de crédito indenizatório, a família adquire um imóvel na região com base nos valores estabelecidos nos laudos de avaliação.
- ✓ **Reassentamento em Residenciais do PMCMV com ônus** – Para as famílias que se encontram em situação de coabitação e inquilinato a Prefeitura oferecerá com uma das opções a adesão ao Programa Minha Casa, Minha Vida.
- ✓ **Compensação por serviço** – Para as famílias afetadas parcialmente, a prefeitura oferecerá uma permuta por serviços, no valor referente ao pagamento da indenização, direcionados para melhoria das condições sanitárias do imóvel (incluindo banheiro, cozinha e área de serviços).
- ✓ **Auxílio Moradia** – Valor destinado ao subsídio para custear as despesas com aluguel do inquilino.

No Capítulo 11 – deste documento apresenta-se a descrição dos residenciais ofertados às famílias objeto deste PRI.

Relocação Temporária – Visando possibilitar antecipar das obras do Programa – concomitantemente à construção das habitações o Programa poderá adotar à relocação temporária na modalidade “Aluguel Social”.

O “Aluguel Social” consiste no pagamento pela Prefeitura do aluguel de uma moradia que atenda aos requisitos de habitabilidade e que ofereça no mínimo à mesma condição de sua moradia de origem, sem ônus, durante o interstício de tempo entre a desocupação da área e o reassentamento definitivo, nas moradias a serem construídas pela Prefeitura.

Cabendo a Prefeitura se responsabilizar pelo pagamento das despesas de aluguel das moradias pelo tempo necessário ao atendimento da demanda de obra, bem como pelas despesas de mudança das famílias.

O valor do “Aluguel Social” a ser adotado deverá ser compatível com o padrão habitacional “pré-projeto”.

Atualmente, a Prefeitura pratica uma Ajuda de Moradia.

No momento da execução deverá ser definido uma estratégia para pagamento do “Aluguel Social” no âmbito do Programa de forma a não criar nenhum passivo junto à população afetada e por via de consequência nenhum risco de empobrecimento na população.

10.3 Apoio às Mudanças

O Programa apoiará à população no processo de mudanças tanto nos casos definitivos quanto para as famílias que passarão pelo “Aluguel Social” – neste caso farão jus ao pagamento de 2 “ajudas de Mudanças”.

Ficou estabelecido que o valor ofertado é de R\$600,00 considerado suficiente para realização da mudança de forma adequada e em segurança.

Esta quantia será paga previamente ao processo de mudança.

10.4 Atendimento à População Vulnerável

Analizando o perfil da população localizada no território requerido pelo Programa pelo resultado da pesquisa realizada pode-se concluir que se trata de população vulnerável. Daí a necessidade de elaboração de uma política de atendimento que permita uma real melhoria na qualidade, como a que está prevista, neste documento.

Mas ainda assim, existem subgrupos que merecem especial atenção, como os 4 grupos, assim definidos:

- Portadores de Necessidades Especiais;
- Chefes de Família com demais membros da família com idade inferior à 21 anos;
- Fonte de Renda Instável ou Programas de Transferência de Renda; □ Idosos Sozinhos.

Solução a – Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais

Para os portadores de necessidades especiais que apresentam restrição física com prejuízo da locomoção o Programa irá oferecer casas adaptadas às suas necessidades.

Solução b – Famílias Formadas por Chefes de Família e os demais membros com idade inferior a 21 anos, cuja renda familiar é inferior a 3,0 Salários Mínimos.

O Programa irá realizar reuniões específicas para este grupo a fim de esclarecer e informar quais são as soluções oferecidas pelo Programa, para a reposição das moradias.

O Programa, também, irá oferecer assistência social no sentido de auxiliá-los na identificação/negociação do imóvel, caso optem pelo Bônus Moradia. Se optarem pelo reassentamento nas unidades habitacionais os dependentes menores serão atendidos de forma preferencial, nas escolas da região.

Solução c – Para Famílias com Fonte de Renda Instável ou Programas de Transferência

As famílias que se enquadram nesta terão prioridade de atendimento no Programa de Geração de Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal de Salvador e serão encaminhadas com prioridade de atendimento.

Solução d – Atendimento aos Idosos Sozinhos ou Chefes de Família

No caso dos idosos que vivem sozinhos o Programa irá oferecer assistência social / apoio no sentido de auxiliá-los na escolha da opção de atendimento / compensação.

10.5 Requisitos para ser elegível pelo Programa

Todas as pessoas que ocupam ou usam a área situada no interior das poligonais de afetação – definida como sendo a linha de offset da obra, para fins residenciais, comerciais ou produtivos, e ter sido cadastrado pela Prefeitura Municipal de Salvador pelo Programa Mané Dendê são elegíveis para atendimento, conforme especificado a seguir:

- Imóvel Selado – Ter tido o imóvel selado pela Prefeitura;
- Ter sido cadastrado pela Prefeitura, logo, estar incluído na relação de afetados que compõe a Linha de Base deste PRI, independente da categoria de classificação do afetado, descritas a seguir:
 - ✓ Proprietários (moradores ou não) que *têm a titularidade do imóvel.*
 - ✓ Arrendatários e posseiros – *famílias que ocupam a área, mas não têm titularidade sobre o respectivo imóvel.*
 - ✓ Cedidos, cedentes – *famílias que residem no imóvel em situação de cessão ou coabitação*⁷.
 - ✓ Locadores, locatários – *família em situação de inquilinato.*

Não são elegíveis para atendimento:

- Pessoas ou famílias que se insiram na área após o cadastro imobiliário e identificação dos imóveis – vide Linha de Corte, item 10.6 – deste documento;
- Pessoas com documentos de propriedade fraudados.

Em caso de inelegibilidade, prevê-se a identificação das famílias e encaminhamento para os devidos procedimentos jurídicos.

⁷ Entende-se como Coabitação: Formação de diferentes núcleos familiares (primários e secundários) que dividem o mesmo espaço físico, referenciado por ocasião do cadastro socioeconômico e imobiliário do Programa Mané Dendê, com condições de proverem o próprio sustento e/ou compartilharem as despesas no domicílio, conforme documento autodeclarado.

10.6 Linha de Corte do Cadastro

É muito importante definir a data da Linha de Corte do Programa.

Por Linha de Corte entende-se a data limite de inserção ao atendimento do Programa, pessoas ou famílias que se insiram na área após o cadastro imobiliário e identificação dos imóveis não farão jus ao atendimento.

Neste momento não há como se definir a data mas é possível definir as etapas a serem cumpridas para que esta data aconteça.

As etapas são as seguintes:

- Definição das intervenções a serem realizadas;
- Elaboração dos projetos de engenharia
- Definição das linhas de off-set das obras = poligonais de afetação
- Selagem de todos os imóveis situados no interior das poligonais de afetação
- Cadastro censitário de todos imóveis e de seus respectivos ocupantes situados no interior das poligonais de afetação
- Publicação das listas de cadastro em locais de acesso da população
- Definição de prazo de manifestação
- Fechamento do cadastro = Linha de Corte do Cadastro

11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

A elaboração dos Critérios de Elegibilidade é resultado da conexão da Política de Atendimento com cada categoria de afetado do Programa, conforme apresentado no quadro que se segue.

A seguir apresentam-se os critérios de elegibilidade que deverão ser adotados pelo Programa Mané Dendê para atendimento as diferentes categorias de afetados.

Item	Situação Atual	Situação de Utilização	Política de Atendimento
1	IMÓVEIS DE USO RESIDENCIAL		
1.1	Proprietários e/ou Posseiros	Uso Próprio	Opção 1 - Reassentamento em conjunto habitacional, sem ônus para a família + ajuda de mudança. Opção 2 - Indenização Monitorada + Ajuda de mudança. Opção - Indenização Monitorada + Ajuda de mudança.
1.2	Proprietários e/ou Posseiros	Alugado / Cedido	Opção Única - Indenização
	Inquilinos / Cedidos	Alugado / Cedido	Opção 1 - Reassentamento em Habitação do PMCMV Opção 2 - Auxílio Moradia
2	IMÓVEIS DE USO COMERCIAL		
2.1	Proprietários e/ou Posseiros	Uso Próprio	Opção Única - Indenização da parte física pelo Método de Reprodução do Bem + Lucro Cessante
2.2	Proprietários	Alugado / Cedido	Opção Única - Indenização da parte física pelo Método de Reprodução do Bem
	Inquilinos / Cedidos	Alugado / Cedido	Opção Única - Pagamento de Lucro Cessante
3	IMÓVEIS DE USO MISTO		
3.1	Proprietários e/ou Posseiros	Uso Próprio	Para a parte residencial aplica-se os critérios de Uso Residencial e para a parte Comercial os critérios de Uso Comercial
3.2	Proprietários e/ou Posseiros	Alugado / Cedido	Opção Única - Indenização
	Inquilinos / Cedidos	Alugado / Cedido	Para a parte residencial aplica-se os critérios de Uso Residencial e para a parte Comercial os critérios de Uso Comercial
4	IMÓVEIS DE USO INSTITUCIONAL		
4.1	Proprietários e/ou Posseiros	Uso Próprio	Opção Única - Indenização da parte física pelo Método de Reprodução do Bem
2.2	Proprietários e/ou Posseiros	Alugado / Cedido	Opção Única - Indenização da parte física pelo Método de Reprodução do Bem
	Inquilinos / Cedidos	Alugado / Cedido	Opção Única - Auxílio Transferência = Auxílio Moradia

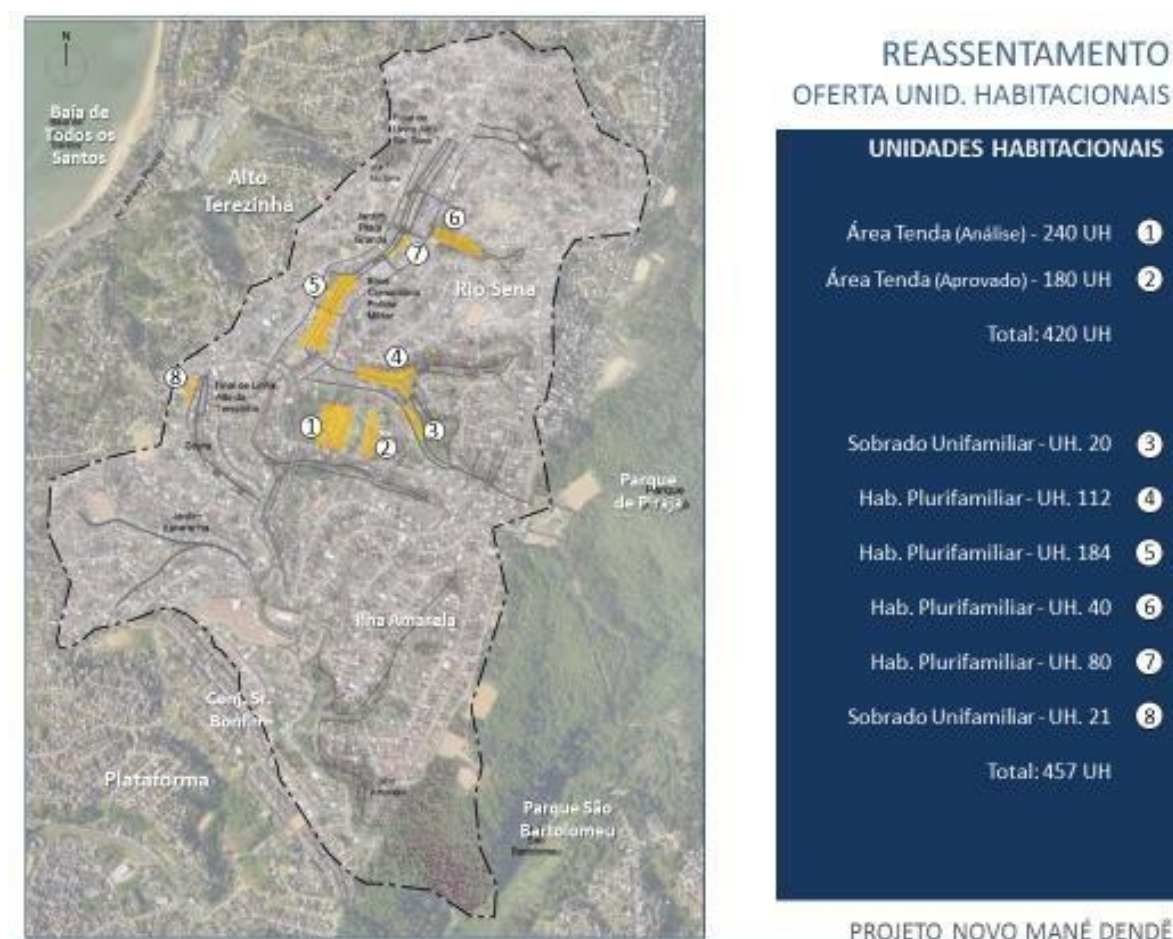
12. REPOSIÇÃO HABITACIONAL

Áreas de provisão são as áreas identificadas após intensa pesquisa na malha urbana da cidade, realizada na área de influência do Programa Mané Dendê.

Foram definidas as características necessárias a essas áreas para que se iniciar o processo de busca. Os critérios definidos foram os seguintes:

- Localização próxima ao atual local de moradia das famílias;
- Situada em área de expansão urbana;
- Disponibilidade de infraestrutura urbana (água, luz, esgoto, transporte, escola, posto de saúde);
- Possuir topografia adequada à implantação de parcelamento residencial;
- Atender aos requisitos da legislação urbanística vigente.

12.1 Habitações Produzidas pelo Programa



Logo foram identificado áreas com o potencial construtivo de 877 unidades habitacionais.

12.1.1 Tipologia Habitacional

A seguir apresenta-se estudos preliminares realizados de tipologia a que seria adotada, que deverão sofrer evolução à medida que os projetos forem sendo detalhados.



12.2 Morar Melhor⁸

O programa MORAR MELHOR DESENVOLVIDO PELA Prefeitura Municipal de Salvador tem o intuito de recuperar e melhorar as unidades habitacionais nos 160 bairros e 03 ilhas da Cidade do Salvador.



A maior parte das habitações de Salvador foi construída com grande esforço individual dos moradores que investiram suas economias em processos de autoconstrução. As unidades foram crescendo em área construída e aos poucos se verticalizando, não possuindo na maioria dos casos reboco e pintura.



⁸ Informações obtidas no link da Prefeitura Municipal de Salvador:
<http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/acoes-programas/morar-melhor>



O programa terá duração de cinco anos e beneficiará 20 mil residências por ano, totalizando, ao final, cerca de 100 mil unidades em toda a cidade, proporcionando melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

Atuação:

O programa de Melhorias Habitacionais nos Bairros e Ilhas de Salvador tem por objetivo realizar intervenções nas residências precárias, visando à requalificação das unidades, recuperando os componentes estéticos da habitação de forma que possibilite aos moradores um maior conforto.



Além disso, melhorar as condições sanitárias das habitações contempladas pelo programa, promovendo maior salubridade as edificações.

Os bairros foram selecionados baseados em dados do IBGE de 2010, e utilizado os critérios de predominância de domicílios com alvenaria sem revestimento, pessoas abaixo da linha de pobreza, maior densidade habitacional e maior predominância de mulheres chefe de família.

Critérios para escolha das regiões:

1 - Precariedade dos bairros, baseado em dados de IBGE 2010.

- Maior predominância de domicílios com alvenaria sem revestimento;
- Maior predominância de pessoas abaixo da linha de pobreza (Renda per capita inferior a R\$ 70,00);
- Maior predominância de mulheres chefes de família.

2 - Precariedade habitacional obtida pela observação de campo.

Não serão contempladas:

- Imóveis em situação de risco cadastrados pela Codesal;
- Imóveis de aluguel;
- Famílias que apresentem renda superior a 3 salários mínimos.



Bairros Contemplados:

O Programa atua em 49 bairros de Salvador sendo que 3 dos 4 bairros que compõem a bacia do Mané Dendê estão contemplados, são eles: Alto da Terezinha, Plataforma, Rio Sena.

O quadro a seguir indica as áreas de atuação do Programa:

ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA MORAR MELHOR				
1 - Valéria	16 - São Marcos	31 - Arraial do Retiro	46 - São Cristovão	
2 - Dom Avelar	17 - Engenho Velho de	32 - São Caetano	47 - Calabetao	
3 - Calabar	18 - Fazenda Coutos	33 - Liberdade	48 - Cajazeiras IV	
4 - Cosme de Farias	19 - Chapada do Rio	34 - Boca do Rio	49 - São João do Cabrito	
5 - Vila Canária	20 - Plataforma	35 - Bairro da Paz		
6 - Novo Marotinho	21 - Alto do Coqueirinho	36 - Uruguai		
7 - Pernambuco	22 - Boa Vista do São	37 - Massaranduba		
8 - Sussuarana	23 - Macaúbas	38 - Santa Cruz		
9 - Bom Juá	24 - IAPI	39 - Saramandaia		
10 - Itapuã	25 - Castelo Branco	40 - Arraial do Retiro		
11 - Alto da Terezinha	26 - Cajazeiras VI	41 - Sete de Abril		
12 - Nova Constituinte	27 - Alto das Pombas	42 - Engenho Velho da		
13 - Mangueira	28 - Cosme de Farias	43 - Rio Sena		
14 - Nova Sussuarana	29 - Luís Anselmo	44 - Nordeste de Amaralina		
15 - Engomadeira	30 - Pau da Lima	45 - Alto de Coutos		

12.3 Programa Casa Legal

OBJETIVOS

- Promover do acesso legal à posse do uso da terra;
- Assegurar o direito à moradia e o exercício da cidadania aos ocupantes.

INSTRUMENTOS

- Concessão de Uso Especial para fins de Moradia – CEM
- Regulamentada pelo: Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), MP 2.220/2001 e Lei Municipal Nº 6099/2002;
- Concessão de Direito Real de Uso – CDRU regulamentada pelo Decreto-Lei nº 271/1967, Emenda nº 16 à Lei Orgânica do Município do Salvador.

CUSTO ZERO PARA A POPULAÇÃO

- Concedido pela Prefeitura/SEINFRA de forma gratuita;
- Registro de Imóveis de Interesse Social (Lei Federal 11.481/2007) no Cartório de Imóveis.

CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO

- Imóvel situado em área urbana pertencente ao Município;
- Ocupar área de até 250m²;
- Utilizar o terreno para fins de moradia do possuidor ou de sua

- família;
- Não ser proprietário ou concessionário de outro imóvel urbano ou rural;
- Não ter sido beneficiado pelo programa de regularização fundiária;
- Possuir uma renda familiar de até 06 salários mínimos.

BENEFÍCIOS

Assegurado o direito à posse, o concessionário poderá também:

- Averbar a construção da sua casa;
- Tomar empréstimo para melhorias habitacionais;
- Transferir legalmente o lote por venda, com a anuência da Prefeitura, desde que preenchidos os critérios de participação do programa;
- Transferir legalmente o lote por herança.

Regularização Fundiária das vivendas do programa Casa Legal

O Programa Casa Legal, visa regularizar a posse de terra de famílias que moram em casas localizadas em terrenos públicos com até 250 m², que não tiveram alvará para construção. O Programa Casa Legal vai vincular as casas cuja construção está prevista, com o financiamento do Programa BID (BR-L1487)

Antes da licitação das casas do Programa BID, se verificará que o programa Casa Legal, inclui como mínimo: (i) um **diagnóstico fundiário**, que contém uma pesquisa cartorária, pesquisa cartográfica e validação dos documentos fornecidos pelos moradores; (ii) um **mapa fundiário**, que deverá usar as bases cartográficas disponíveis mais atualizadas que permitam o total entendimento da componente fundiária por parte da comunidade, e (iii) um **plano de regularização**, que contém todo o detalhamento técnico e metodológico necessários ao completo equacionamento da questão fundiária. Os custos que demandem estas atividades pontuais serão estimados pela FMLF, SEINFRA e SEFAZ, e enviados ao BID e ao Consultor para sua inclusão no quadro de custos do Programa.

13. SOLUÇÕES A SEREM DISPONIBILIZADAS

13.1 Dimensionamento do Número de Soluções

É sabido por quem atua na área que o número de imóveis cadastrados não espelha o número de soluções que deverão ser disponibilizadas, isto se deve ao fato de determinadas situações requererem mais de uma solução para um único imóvel. O exemplo clássico desta situação é de imóvel alugado – há de se ter uma solução para o proprietário e outra para o inquilino.

O número apresentado foi elaborado tendo como referência os indicadores obtidos na pesquisa realizada – onde se tem o % de imóveis alugados, cedidos, número de núcleos familiares – enfim situações geradoras de mais de uma solução.

O número estimado é de 1282 soluções requeridas o que significa um incremento de 28% considerando o número de edificações identificadas.

O quadro a seguir apresenta o número de soluções que deverão ser disponibilizadas e detalha o processo de cálculo. Este quadro também será de grande valia na verificação das categorias de soluções a serem disponibilizadas.

Quadro – Número de Soluções a Serem Disponibilizadas

QUADRO RESUMO	Edificações						% Sobre Total	Indicadores de Uso e Ocupação						Total Geral
	Vale Principal	Vales Leste	Gruna	Madeira	Via de Integraçã	Total		Alugado	Cedido	Núcleos Familiares (2)	Núcleos Familiares (3)	Uso Misto	Total	
Imóveis Residenciais até 40m2	122	63	28	25	8	246	24%	12	5	37	10	5	69	314
Imóveis Residenciais entre 40m2 e 60m2	71	42	22	23	6	164	16%	8	3	25	7	3	46	210
Imóveis Residenciais entre 60m2 e 80m2	53	15	11	14	6	99	10%	5	2	15	4	2	28	127
Imóveis Residenciais entre 80m2 e 100m2	33	10	6	8	4	61	6%	3	1	9	2	1	17	78
Imóveis Residenciais acima de 100m2	124	22	17	20	20	203	20%	10	4	30	8	4	57	260
Imóveis Comerciais	6	1	0	1	1	9	1%	0	0	1	0	0	3	12
Imóveis Institucionais	6	1	0	1	0	8	1%	0	0	1	0	0	2	10
Construções	13	13	0	9	0	35	3%	2	1	5	1	1	10	45
Ruínas	2	2	0	0	0	4	0%	0	0	1	0	0	1	5
Total 01	430	169	84	101	45	829	83%	41	17	124	33	16	231	1060
Imóveis não identificados	17	57	7	56	36	173	17%	9	3	26	7	4	49	221
Total 02	447	226	91	157	81	1002	100%	50	20	150	40	20	280	1282
Alugado 5%	22	11	5	8	4	50								
Cedido 2%	9	5	2	3	2	20								

Núcleos familiares (2 Núcleos) = 15%	67	34	14	24	12	150								
Núcleos familiares (2 Núcleos) = 2%	18	9	4	6	3	40								
Uso Misto 2%	9	5	2	3	2	20								
	125	63	25	44	23	280								

13.2 Dimensionamento por Categoria de Soluções

Além de estimar o número de soluções é preciso estimar o número por categoria de soluções. O reassentamento deve sempre buscar a atender as famílias com menos crédito indenizatório e por via de consequência com maiores dificuldades de se inserirem no mercado imobiliário da Cidade. O número de reassentamento estimado é inferior ao potencial de unidades habitacionais a serem construídas – logo a factibilidade de execução. Resta garantir o orçamento para o pagamento das indenizações.

O Capítulo do Orçamento apresentado na Parte 3 deste documento irá estimar o custo do PRI.

QUADRO RESUMO		SOLUÇÃO		Número de Reassentamento	Número de Indenização	TOTAL
Imóveis Residenciais até 40m2		Reassentamento		314		314

Imóveis Residenciais entre 40m2 e 60m2	Reassentamento	210		210
Imóveis Residenciais entre 60m2 e 80m2	Reassentamento (0,7) / Indenização (0,3)	89	38	127
Imóveis Residenciais entre 80m2 e 100m2	Reassentamento (0,6) / Indenização (0,4)	31	47	78
Imóveis Residenciais acima de 100m2	Indenização		260	260
Imóveis Comerciais	Reassentamento (0,5) / Indenização (0,5)	6	6	12
Imóveis Institucionais	Indenização		10	10
Construções	Indenização		45	45
Ruínas	Indenização		5	5
Imóveis não identificados	Reassentamento (0,5) / Indenização (0,5)	111	110	221
Total		761	521	1282

14. DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Desde sua fase de preparação a equipe social do Programa vem realizando inúmeras reuniões com as lideranças, comunidades, com o objetivo de apresentar o Programa Mané Dendê seus objetivos e componentes (social, ambiental, institucional e engenharia) bem como esclarecer sobre a necessidade de promover relocações.

O relatório destas reuniões estão apresentados nos Anexos 2 e 3 deste documento- quando foi abordado a necessidade de promover o reassentamento de famílias que estão localizadas em áreas de risco de inundação ou deslizamento, na frente de obra e sobretudo foi dito do compromisso do Programa em possibilitar que estas famílias sejam reassentadas em condições iguais ou melhores à atual situação de pré-projeto.

Nas reuniões realizadas as lideranças tiveram oportunidade de perguntar e tirar dúvidas sobre o Programa inclusive sobre o tema do Reassentamento – vide Anexo 2 e 3 – deste documento.

Durante a fase de execução o Programa Mané Dendê instalará e manterá Escritório Técnico Local na área de intervenção do Programa.

Este escritório terá uma estrutura composta de coordenador geral, especialista social, especialista em regularização fundiária, advogado, especialista ambiental, especialista em segurança cidadã, supervisor de obras além de técnicos sociais e administrativos.

A participação comunitária é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade do empreendimento.

O Projeto final (de intervenção) deverá ser pautado no diagnóstico social da área, nas sugestões das lideranças, moradores e entidades atuantes na comunidade.

O trabalho social visa em linhas gerais, propiciar a participação comunitária, através da mobilização dos moradores e das organizações existentes; desenvolver ações de Educação Sanitária e Ambiental destinadas à

adequação de atos e atitudes da população, com vista à correta apropriação, utilização e manutenção dos benefícios implantados, como também promover ações de qualificação e requalificação profissional, que objetivem a geração de renda e a capacitação profissional, favorecendo a melhoria econômica e financeira da comunidade.

14.1 Atores Sociais

Poucas são as organizações identificadas como atuantes na área, o que está coerente com o resultado da pesquisa quando a grande maioria manifestou não conhecer nenhuma identidade de representação.

A representatividade da Comunidade é exercida por lideranças informais que o fazem num esforço pessoal.

As organizações identificadas são as seguintes:

- ✓ APABA – PERIPERI
- ✓ Ass. Beneficente Desportiva e Cultural de Praia Grande
- ✓ Cooperativa Aliança

14.2 Mecanismos de Reclamos

14.2.1 Ouvidoria Geral

O Município de Salvador possui uma Ouvidoria Geral, diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito, responsável pela gestão do Programa Fala Salvador, que consiste em um novo conceito de relacionamento com o cidadão, a partir da padronização dos procedimentos de atendimento, facilitando o acesso e acompanhamento de suas demandas na Prefeitura de Salvador.

O Programa possibilita a melhoria da comunicação da população com os órgãos públicos, ao qual estão vinculados vários canais de atendimento à população, integrados através de uma plataforma tecnológica única, são eles:

- Telefone – 156
- Prefeitura Bairro- atendimento presencial
- Portal (internet)
- Mobilly

Essa plataforma é alimentada pelo catálogo de serviços e informações, que é a ferramenta básica de suporte para a gestão do Atendimento e para a

gestão das Demandas do cidadão, que compreende o conjunto de todos os serviços, ativos e aprovados, que podem ser prestados pela Prefeitura e que podem ser solicitados por um cidadão.

A Ouvidoria Geral trabalha com o sistema municipal de ouvidorias, que é composto por uma rede de ouvidorias setoriais, com respectivos ouvidores, responsáveis pelas demandas setoriais de 2ª instância, tais como reclamações, denúncias, elogios, informações e sugestões.

A Ouvidoria do Município de Salvador é referência em âmbito nacional, que funcionando de maneira integrada, a fim de solucionar as demandas que são apresentadas pelos cidadãos, facilitando o acesso e o envio das demandas a todos os órgãos e entidades municipais. Ainda assim, garante o sigilo, a segurança e a autonomia de cada órgão.

14.2.2 Ouvidoria Específica – Para o Mané Dendê

Para atender as demandas do Programa Mané Dendê, a SEINFRA contará com a estrutura da Ouvidoria Geral, em apoio à ouvidoria Setorial, disponibilizando os canais e os relatórios necessários para implementação do Programa.

Desta feita, o canal telefônico (156), que tem 35 pontos de atendimento pela manhã/tarde e 15 pontos de atendimento pela noite e funciona 24 horas por dia, sete dias na semana, contará com um ramal específico para atendimento das demandas do Programa.

Ademais, na unidade da Prefeitura Bairro do Subúrbio será disponibilizado guichê exclusivo para atendimento presencial das demandas relacionadas ao Programa, de segunda a sexta, das 8h00min às 17h00min.

O programa Mané Dendê ainda contará com as plataformas virtuais (portal e aplicativo móvel) nas quais serão disponibilizados acesso específico, cujos encaminhamentos serão monitorados pelas equipes das ouvidorias geral e setorial.

Os serviços ofertados pelo Programa serão cadastrados no catálogo de serviços da Prefeitura Municipal de Salvador, responsável por alimentar todos os canais de atendimento e facilitar a gestão das demandas, conforme modelos anexos.

15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EX-POST

O monitoramento e a avaliação ex-post serão desenvolvidos num processo paralelo à fase de planejamento e execução do reassentamento, pois o monitoramento e avaliação visam verificar se os fundamentos, os objetivos, o plano de ação e a política de atendimento do PRI estão sendo alcançados.

No entanto, caso se verifique que isto não esteja ocorrendo o sistema de monitoramento deverá sugerir correções/adequações/ajustes.

15.1 Monitoramento

O monitoramento aqui proposto é um acompanhamento sistemático do processo de reassentamento.

Para isto é necessário identificar quais os aspectos que merecem ser acompanhados, determinando-se os caminhos críticos do PRI e a partir daí estabelecer os pontos a serem monitorados.

A seguir apresenta-se uma relação de aspectos inicialmente previstos (indicados a partir de experiência de projetos similares) para serem monitorados, mas nada impede e é desejável, que a equipe gestora do Projeto no momento da contratação do sistema de monitoramento avalie a oportunidade de incluir algum outro aspecto ou excluir algum dos previstos por já ter sido superado.

15.2 Caminhos Críticos a Serem Monitorados Na etapa de Planejamento da Execução:

Aspectos Institucionais / Jurídicos / Administrativos

1. Orçamento aprovado e rotina financeira definida
2. DUP - Publicada.
3. Implantação do escritório técnico local de gestão compartilhada / formação da equipe / treinamento / definição de rotinas administrativas

4. Estabelecimento dos instrumentos legais: contratos / registros / relação de documentos / estabelecimento das rotinas processuais

Aspectos Técnicos

1. Elaboração dos projetos executivos de engenharia – parcelamento, infraestrutura e unidades habitacionais / definição do domínio da terra / licenças ambientais / aprovação urbana / aprovação junto às concessionárias de serviço público.

2. Licitação da obra e da supervisão técnica/ recursos financeiros garantidos

3. Cronograma de execução compatibilizado com o do deslocamento temporário da população

4. Ampla divulgação na Comunidade sobre: "Convivência Obra e Comunidade" alguns pontos: data de início/ mobilização – canteiro de obra/ contratação de mão de obra local / apresentação da empresa executora /
--

5. Identificação de unidades habitacionais na área e no entorno em número suficiente, que atendam aos requisitos mínimos de habitabilidade e que estejam disponíveis no período necessário para serem ocupadas temporariamente pela população.
--

6. Locação dos Imóveis e traslado da população
--

Na etapa de Execução das Obras

Aspectos Institucionais / Jurídicos / Administrativos

1. Liberação orçamentária em quantidade e no prazo previsto

2. Fluxos de processos dentro da cronologia prevista / capacidade de solucionar situações não previstas

3. Equipe e estrutura compatíveis com o porte do programa

Aspectos Técnicos

1. Execução das obras na cronologia e qualidade desejadas

2. Grau de envolvimento da população
3. Baixo índice de insatisfação
4. Traslado da população para as unidades habitacionais concluídas / Preparação da população para o pós-obra
5. Liberação de novas áreas para execução de obras

Para a contratação do monitoramento deverá ser elaborado Termo de Referência que deverá orientar a relação contratante e contratado sobre o tema.

15.3 Avaliação Ex-post

A avaliação ex-post será realizada em duas etapas.

Os objetivos são:

- Medir os resultados do PRI;
- Verificar o grau de satisfação das famílias optantes pelas diversas formas de atendimento do Programa;
- Identificar os fatores de satisfação/insatisfação;
- Verificar a adequabilidade das ações de atendimento. Por adequabilidade das ações de atendimento entende-se, como ter efetivamente minimizado o impacto ocasionado, ou seja, ter possibilitado a recomposição de vida.

A avaliação deve ser realizada por equipe independente, mas com comprovada experiência não só em processos de avaliação, mas também em processos de reassentamento.

Para a contratação da avaliação ex-post deverá ser elaborado Termo de Referência específico que deverá orientar a relação contratante e contratado sobre o tema.

PARTE 3 – PLANO DE AÇÃO

16. MATRIZ INSTITUCIONAL

Durante a Missão de Abril de 2017 ficou estabelecido que a SEINFRA / UGP responderão pela fase de execução do Programa inclusive sobre o tema do reassentamento.

A estrutura responsável pela gestão do Programa será constituída de subcoordenações dentre elas a SOCIAL que contará com o apoio de empresa de apoio à gestão técnico social das ações de reassentamento.

Estima-se que deverá der alocada uma equipe composta pelos seguintes profissionais:

- Coordenador,
- 2 Profissionais de nível superior da área social, que se responsabilizarão pela formulação, acompanhamento e monitoramento dos programas e ações vinculados à execução do PRI.
- A equipe terceirizada, diretamente subordinada ao Coordenador Social composta por no mínimo de 3 profissionais de formação na área social (com experiência em programas de reassentamento com financiamento internacional) / engenharia (avaliação) e de direito (especialista em desapropriação / regularização fundiária) que atuarão diretamente na área de intervenção.

17.CRONOGRAMA

Antes do início da implementação das obras necessárias para o reassentamento das famílias, o Município deverá: (i) ter apresentado ao Banco a versão executiva do Plano de Reassentamento, e (ii) ter formada a equipe para a execução do reassentamento, de acordo com o Plano de Reassentamento.

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA OPERATIVO

ATIVIDADES		PRAZOS DE EXECUÇÃO													
		ano 1				ano 2				ano 3				ano 4	ano 5
		TRIMESTRE 1	TRIMESTRE 2	TRIMESTRE 3	TRIMESTRE 4	TRIMESTRE 1	TRIMESTRE 2	TRIMESTRE 3	TRIMESTRE 4	TRIMESTRE 1	TRIMESTRE 2	TRIMESTRE 3	TRIMESTRE 4	TRIMESTRE 1 a 4	TRIMESTRE 1 a 4
1.0	MACRO ATIVIDADE 1: Elaboração do Plano de Reassentamento - VERSÃO EXECUTIVA														
1.1	Elaboração do cadastro censitário de todas as edificações e seus respectivos proprietários e/ou posseiros situados no interior da poligonal de afetação														
1.2	Elaboração dos Laudos de Avaliação														
1.3	Elaboração da Versão Executiva do Plano de Reassentamento														
2.0	MACRO ATIVIDADE 2: Instalação do Escritório Técnico Local na Bacia do Mané Dendê														
2.1	Busca do Local														
2.2	Instalação - Contrato locação ou outro mecanismo / Eventuais adaptações / instalação do mobiliário e equipamentos														
2.3	Definição e Locação da Equipe														
2.4	Capacitação treinamento equipe														
2.5	Elaboração plano trabalho														
3.0	MACRO ATIVIDADE 3: Criação das Comissões de Famílias Afetadas														
3.1	Abordagem Informativa e de Motivação à Participação														
3.2	Formação e Designação do comite famílias														
3.3	Composição da Assemb. Geral														
4.0	MACRO ATIVIDADE 4: Disponibilização das Moradias – Aluguel Social e Transferência das Famílias														
4.1	Comp.lista das famílias a serem relocadas de acordo com a demanda de obra														
4.2	Reunião com as famílias a serem relocadas														
4.3	Busca pelas famílias do imóvel para aluguel com apoio da UGP														
4.4	Estabelecimento do contrato de locação														
4.5	Provisionamento de Recursos Financeiros pela UGP														
4.6	Transferência das Famílias														
4.7	Pagamento dos Aluguéis pelo prazo necessário demandado pela obra														
5.0	MACRO ATIVIDADE 5: Controle da Ocupação da Área Afetada														
5.1	Realização de acordo com a Comissão de Famílias														
5.2	Sinalização da área afetada														
5.3	Monitoramento permanente ocupação área														

CRONOGRAMA OPERATIVO

ATIVIDADES		PRAZOS DE EXECUÇÃO													
		ano 1				ano 2				ano 3				ano 4	ano 5
		TRIMESTRE 1	TRIMESTRE 2	TRIMESTRE 3	TRIMESTRE 4	TRIMESTRE 1	TRIMESTRE 2	TRIMESTRE 3	TRIMESTRE 4	TRIMESTRE 1	TRIMESTRE 2	TRIMESTRE 3	TRIMESTRE 4	TRIMESTRE 1 a 4	TRIMESTRE 1 a 4
6.0	MACRO ATIVIDADE 6: Construção de Moradias em Áreas Livres Situadas no Entorno da Área de Intervenção														
6.1	Disponibilização das Moradias														
6.1.1	Elaboração de projetos de parcelamento e das tipologias habitacionais														
6.1.2	Apresentação e discussão com as famílias do projeto de tipologias habitacionais														
6.1.3	Licitações para construção														
6.1.4	Construção das Habitações (moradias)														
6.1.5	Visitas semanais Comitês de famílias														
6.1.6	Vistoria das edificações e assinatura do Termo de Recebimento das Moradias														
6.1.7	Traslado das famílias														
6.18	Aplicação de ações de adaptação às novas moradias e ao meio circundante (reinserção escolar)														
7.0	MACRO ATIVIDADE 7: Construção de Moradias nas Áreas Liberadas pelas Obras de Drenagem e Requalificação dentro da Bacia														
7.1	Elaboração de projetos de parcelamento e das tipologias habitacionais														
7.2	Apresentação e discussão com as famílias do projeto de tipologias habitacionais														
7.3	Licitações para construção														
7.4	Construção das Habitações (moradias)														
7.5	Visitas semanais Comitês de famílias														
7.6	Vistoria das edificações e assinatura do Termo de Recebimento das Moradias														
7.7	Traslado das famílias														
7.8	Aplicação de ações de adaptação às novas moradias e ao meio circundante (reinserção escolar)														
8.0	MACRO ATIVIDADE 8: Consolidação da Escolha por uma Solução de Relocalização e Assinatura do Contrato de Permuta														
8.1	Reunião com as Lideranças sobre as Opções de Atendimento														
8.2	Agendamento e realização de reuniões com cada uma das famílias														
8.3	Assinatura do Termo de Adesão														

[illegible]

18. ORÇAMENTO

O orçamento para realização das atividades previstas neste Plano de Reassentamento está estimado em R\$62.186.708,00 (sessenta dois milhões cento oitenta seis mil e setecentos e oito Reais) na data de maio de 2017.

FONTE DE RECURSOS				
Item	Discriminação	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
	SOLUÇÕES DE REASSENTAMENTO			
1,0	Construções de Conjuntos Habitacionais			
1,1	Construção de Conjuntos Habitacionais	Ver observação logo após o quadro		
1,2	Construção de Equipamentos Urbanos	Ver observação logo após o quadro		
1,3	Regularização Fundiária dos Conjuntos	1034	R\$ 1.162,00	R\$ 1.201.508,00
	Subtotal			R\$ 1.201.508,00
2,0	Pagamento de Bônus Moradia			
2,1	Pagamento de Bônus Moradia	100	R\$ 120.000,00	R\$ 12.000.000,00
	Subtotal			R\$ 12.000.000,00
3,0	Indenizações			
3,1	Indenizações - Imóveis residenciais	315	R\$ 120.000,00	R\$ 37.800.000,00
3,2	Indenizações - Imóveis Comerciais - Parte Física	16	R\$ 60.000,00	R\$ 960.000,00
3,3	Indenizações - Imóveis Comerciais - Negócio	16	R\$ 15.000,00	R\$ 240.000,00
	Subtotal			R\$ 39.000.000,00
4,0	Traslado			
4,1	Pagamento/Promoção de Traslados	1736	R\$ 600,00	R\$ 1.041.600,00
	Subtotal			R\$ 1.041.600,00
5,0	Moradia Temporária			
5,1	Aluguel Social	454	R\$ 9.000,00	R\$ 4.086.000,00
	Subtotal			R\$ 4.086.000,00
	SUBTOTAL			R\$ 57.329.108,00
	OUTRAS AÇÕES			
6,0	Escritório de Campo			
6,1	Aluguel e Manutenção (água/energia/telefone)	60	R\$ 8.000,00	R\$ 480.000,00
6,2	Aquisição de Equipamentos (computadores, máquinas reprográficas, mobiliário, etc.)	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00

6,3	Insumos (papel, cartucho, etc.)	60	R\$ 1.500,00	R\$ 90.000,00
6,4	Veículos	3	R\$ 120.000,00	R\$ 360.000,00
	Subtotal			R\$ 990.000,00
7,0	Equipe Técnica			
7,1	Equipe Técnica	5	R\$ 594.000,00	R\$ 2.970.000,00
	Subtotal			R\$ 2.970.000,00
8,0	Equipe de Apoio			
8,1	Equipe de Apoio	6	R\$ 129.600,00	R\$ 777.600,00
	Subtotal			R\$ 777.600,00
9,0	Monitoramento			
9,1	Monitoramento - Fase 1 a Fase 3	Ver observação logo após o quadro		
	Subtotal			R\$ -
10,0	Avaliação Ex-Post			
10,1	Avaliação Ex-Post	Ver observação logo após o quadro		
	Subtotal			R\$ -
11,0	Estudos Complementares			
11,1	Estudos Complementares			R\$ 120.000,00
	Subtotal			R\$ 120.000,00
	SUBTOTAL			R\$ 4.857.600,00
	TOTAL			R\$ 62.186.708,00

O item 1.1 foi contemplado no orçamento de obras, nos seguintes itens:

(1) A 07.01 Construção de novas habitações - 614 unidades - R\$63.984.942,00

(2) B 02.03 Apartamentos em edifícios - 420 unidades - R\$34.440.000,00 Somando,
1034 unidades a R\$98.424.942,00

O item 1.2 foi contemplado no orçamento de obras, nos seguintes itens:

(1) A 08 Equipamentos - R\$ 21,536,602

- Centro de Abastecimento
- Terminal de Ônibus
- Centro Cultural/Comunitário
- Creche/Pré-escola/Clube de mães - Relocação de creche existente

O item 9.1 foi contemplado no orçamento de Administração, Auditoria e Avaliação do Programa.

O item 10.1 foi contemplado no orçamento de Administração, Auditoria e Avaliação do Programa.

ANEXOS Anexo 1 Cópia dos Ofícios



Ofício n.º 59/2017-GABIN

Salvador, 23 de fevereiro de 2017

Ao Ilmo. Sr.

Dr. GUILHERME CORTIZO BELLINTANI

M.D. Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo

NESTA.

Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo, solicito o apoio dessa Secretaria no que tange à implementação do Projeto Novo Mané Dendê, cuja elaboração está a cargo desta Fundação.

Considerando a necessidade tanto de proteger as áreas ambientalmente frágeis inseridas na poligonal do projeto, quanto de garantir a permanência de áreas livres para eventuais intervenções necessárias à melhoria da qualidade de vida da população atendida, solicito que:

- a) Todos os processos de licenciamento inseridos na poligonal da Bacia do Rio Mané Dendê, em anexo, devem ser remetidos à FMLF para avaliação quanto à possível interferência no Projeto Novo Mané Dendê;
- b) Nas três áreas demarcadas nas fotos aéreas em anexo, seja feita uma fiscalização constante para coibir o aumento da ocupação irregular.

Na oportunidade, solicito que seja indicada uma pessoa de referência na SEDUR para atuar como contato da Unidade de Preparação do Programa – Projeto Novo Mané Dendê com essa Secretaria.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento necessário.

Atenciosamente,

FAGNER DANTAS

Presidente em exercício.

RECEBIDO/ SEATE/ GERIN
Em 02/03/17 às _____

Ofício N.º 254/2016

Salvador, 11 de julho de 2016.

Ao Exmo. Sr.

Dr. **SÉRGIO GUANABARA**

M.D. Secretário Municipal de Urbanismo

NESTA

Senhor Secretário,


Em função do Convênio de Cooperação Técnica Não-Reembolsável n.º ATN/MA – 15405-BR, firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Prefeitura Municipal de Salvador, tendo a Fundação Mário Leal Ferreira como executora, solicito desta Secretaria Municipal da Fazenda cópias das plantas dos empreendimentos licenciados nos últimos 5 (cinco) anos ou atualmente sob processo de licenciamento dentro da Poligonal de Intervenção que segue em anexo. Quaisquer outras informações referentes a esta poligonal que esta SUCOM entenda relevante, favor remeter à Fundação Mário Leal Ferreira.

Para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, favor entrar em contato com o Coordenador da Unidade de Preparação do Programa, Fagner Dantas (3202-9861/98706-7502).

Cordialmente,


TÂNIA SCOFIELD ALMEIDA

Presidente

Recebido em 11 / 07 / 16
às 16 : 40


Anexo 2

Ata da Reunião e Lista de Presença

PROJETO NOVO MANÉ DENDÊ: AJUDA MEMÓRIA REUNIÃO COM
LIDERANÇAS E SUBPREFEITURA DO SUBURBIO FERROVIÁRIO DE
SALVADOR Data: 25/03/2017

Local: Sede do Clube Fluminense, Alto da Terezinha

PAUTA:

- 1) Diagnóstico da área;
- 2) Precaução quanto a novas ocupações na área;
- 3) Início de pesquisa socioeconômica.

A reunião foi aberta por Tania Scofield, presidente da Fundação Mário Leal Ferreira, que apresentou os objetivos da reunião, seguida pela saudação do Subprefeito do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Sóstenes Macedo. Conforme pauta proposta, a primeira atividade referia-se à elaboração do diagnóstico da área, a cargo do Consórcio FFA/ Planos. Para a realização da primeira atividade, o grupo das lideranças foi dividido por critério geográfico – Alto da Terezinha; Rio Sena/ Ilha Amarela; Plataforma/ Itacaranhã, áreas integrantes do Projeto Novo Mané Dendê. Cada grupo, coordenado por um membro da empresa e sob a supervisão da UPP, foi estimulado a responder as questões do quadro abaixo.

1. Delimitações e caracterização da área
Delimitação e nomenclatura dada pela comunidade às subdivisões internas da macroárea
2. Histórico da área
Quando e como foi ocupada e quando/onde foi eventualmente urbanizada
3. Meio Físico, Habitacional e Infra. estrutura Urbana
Topografia
Infraestrutura para mobilidade
Meios para mobilidade
Padrão das moradias
Abastecimento de água

Sistema de esgoto
Drenagem
Coleta de lixo
Iluminação pública
Energia elétrica nas casas
Pontos de risco (alagamentos, deslizamentos, desabamentos etc.), e se há construções em áreas de risco e necessidades de relocação.
Problemas ambientais prioritários
4. Equipamentos e Programas Sociais
5. Convivência
Como são em geral as relações de vizinhança (confiança, abertura, ajuda recíproca...)
6. Segurança
Nível percebido de segurança da área
Como são as relações entre vizinhos em relação à violência (interferem, mediam, apaziguam, denunciam...)
Existem "rixas" entre bairros ou áreas e consequentes delimitações de território
Estrutura, localização, cobertura, atuação da segurança pública e relacionamento com a
7. Comércio
Presença e porte do comércio local. É suficiente para atender os moradores ou estes têm que se deslocar até... (indicar onde)
8. Grupos populacionais específicos
Identificar, com os informantes adequados, as principais problemáticas de:
a) Jovens b) Crianças, c) Idosos, d) Mulheres, e) Deficientes

As lideranças participaram de forma intensa da atividade, o que impossibilitou por conta do horário a apresentação dos resultados de cada grupo para os demais. Será agendada uma nova data para a devolução dos trabalhos, a ser sistematizado e incorporado ao diagnóstico pela empresa consultora.

O segundo ponto da pauta, o envolvimento das lideranças e da subprefeitura para precaver novas ocupações, foi conduzido por Tania Scofield e recebido com naturalidade por parte das lideranças, as quais indagaram a respeito de como seria a comunicação. Ficou definido que eles ligariam diretamente para a Fundação Mário Leal Ferreira, tendo a liberdade de se identificarem ou não. Foi solicitado que ao telefonarem, indicassem com a maior precisão possível, endereço e pontos de referência

da nova ocupação, facilitando a identificação da Prefeitura. A Subprefeitura também se reportará à Fundação para informar caso haja novas ocupações, mas todos se comprometeram a desestimular a chegada de novos moradores na área.

Por fim, foi informado às lideranças o início de uma pesquisa socioeconômica solicitada pelo BID, a ser iniciada na semana seguinte na área. Na oportunidade, foram apresentados os profissionais responsáveis pela pesquisa.



Foto 2: Coordenador da Prefeitura Bairro II – Subúrbio Sósthene Macedo e a Presidente da FMLF Tânia Scofield



Foto 3: Trabalho em grupo com lideranças

Anexo 3 Ata da Reunião e Lista de Presença

PROJETO NOVO MANÉ DENDÊ: AJUDA MEMÓRIA REUNIÃO COM
LIDERANÇAS E SUBPREFEITURA DO SUBURBIO FERROVIÁRIO DE

- 1) Apresentação das Diretrizes do Plano de Reassentamento Involuntário (PRI);**
- 2) Apresentação Avaliação Ambiental Estratégica;**
- 3) Agendamento de nova reunião para retorno do diagnóstico e discussão das soluções urbanísticas.**

A reunião foi aberta por Tania Scofield, presidente da Fundação Mário Leal Ferreira, que apresentou os objetivos da reunião. Conforme pauta proposta, a primeira atividade referia-se à construção do Plano de Reassentamento Involuntário (PRI).

A apresentação foi feita pela consultora Soraya Melgaço que abordou o conceito de reassentamento e as diretrizes para elaboração do plano, de forma muito direta e acessível para o público participante. Na oportunidade a Consultora explicou as razões e necessidade de promover à relocação das famílias e enfatizou que vários estudos são feitos de forma que o número de famílias a serem reassentadas seja reduzido ao mínimo necessário. Outro tema também esclarecido foi sobre as formas de compensação a serem oferecidas pelo Programa e que “todas as famílias afetadas pelo Programa serão devidamente compensadas pelo Programa”. Por fim, a Consultora também explicou que esta reunião é apenas uma de várias que ocorrerão e que o Programa ainda se encontra na fase de elaboração de projetos e muitos contatos e trocas de ideias com a Comunidade e suas lideranças irão ocorrer antes do início das obras.

As lideranças participaram e apresentaram um entendimento prévio sobre a necessidade de haver reassentamento na área quando mencionado por parte da consultora que um projeto do porte do Mané Dendê implica em reassentamento. Foi reforçado o compromisso do projeto de minimizar o número de famílias a serem transferidas, bem como a necessidade por parte das lideranças de evitar novas ocupações, para garantir que o orçamento existente no projeto contemple as famílias residentes na área.

O segundo ponto da pauta, Avaliação Ambiental Estratégica, foi abordado por Otto Ribas, consultor que realizou o estudo. O estudo foi disponibilizado no site da Fundação Mário Leal Ferreira para consulta pública. Houve uma grande adesão a respeito do trabalho apresentado. A maior parte das lideranças presentes manifestou uma grande sensibilidade ambiental, falando da importância da preservação do Parque São Bartolomeu e também defendeu a necessidade da população local acessá-lo, hoje impedida por questões de segurança. Nesse ponto também emergiu com grande ênfase a dificuldade de mobilidade dos moradores, com as lideranças defendendo a instalação de um teleférico, demanda acolhida pela Prefeitura cuja inserção será estudada no projeto.

Por fim, a reunião foi encerrada por Tania Scofield, já convidando os presentes para a reunião que ocorreria no dia 29/04/2017, para retorno do diagnóstico físico e social da área, bem como da proposta das soluções urbanísticas a ser discutida com a comunidade.





PROJETO NOVO MANÉ DENDÊ
CONSULTA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E REASSENTAMENTO
Data: 19/04/2017 Horário: 9h Local: Sede da Prefeitura Bairro do Subúrbio e Ilhas

[illegible]

PROJETO NOVO MANÉ DENDÊ
CONSULTA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E REASSENTAMENTO
Data: 19/04/2017 Horário: 9h Local: Sede da Prefeitura Bairro do Subúrbio e Ilhas

[illegible]

Conclusões e Recomendações apuradas durante às reuniões com as Comunidades:

- A Prefeitura se comprometeu a apresentar os projetos de engenharia ainda na fase de estudo de alternativas para serem discutidos pelas Comunidades. Este foi um pedido feito pelas Lideranças durante a reunião.
- As Lideranças manifestaram:
 - ✓ Preocupação com a preservação do Parque e a importância da área para a realização dos cultos;
 - ✓ Sobre o reassentamento de população disseram que não é desejável mas também entendem que é necessário;
 - ✓ Querem participar do processo de decisão das soluções a serem implantadas – principalmente as que se referem à abertura de vias.

Anexo 4

Publicada D.O.E. Em 06.06.2001

DECRETO Nº 7.970 DE 05 DE JUNHO DE 2001

Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.799, de 7 de fevereiro de 2001, e com fundamento nas Leis Federais nos 6.902, de 27 de abril de 1981, e 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como na Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, delimitada conforme memorial descritivo, constante do Anexo Único deste Decreto, visando:

- I - assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre, parte integrante do sistema de abastecimento humano de Salvador, dentro de limites compatíveis principalmente com o uso doméstico;
- II - disciplinar o uso e a ocupação do solo na área;
- III - tornar-se uma zona de proteção da Represa do Cobre;
- IV - preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares no entorno do espelho d'água.

Art. 2º - A administração da APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu será exercida pelo Centro de Recursos Ambientais - CRA, autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, ao qual caberá, dentre outras competências previstas na legislação própria, especialmente na Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988:

- I - elaborar o zoneamento ecológico-econômico e o plano de gestão da APA, respeitada a autonomia e o peculiar interesse municipal, assim como observadas a legislação pertinente e as disposições deste Decreto;
- II - analisar e emitir pareceres para o licenciamento de empreendimentos e atividades na área;
- III - exercer a fiscalização e o monitoramento da área, respeitada a competência municipal;
- IV - promover a participação das prefeituras, de organizações não governamentais - ONG's e demais segmentos sociais interessados no desenvolvimento sustentável da APA.

Art. 3º - O exercício do direito de propriedade, na área da APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu, fica condicionado ao disposto na Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 05 de junho de 2001.

CÉSAR BORGES
Governador

Sérgio Ferreira

Secretário de Governo

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira

Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

ANEXO ÚNICO

Memorial descritivo dos limites da Poligonal APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu

Iniciando o limite da APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu no ponto 0, situado nas Coordenadas UTM de Latitude S 8.579.755 e Longitude W 560.662, seguindo a margem esquerda da Via Bronze no sentido Leste – Oeste, percorrendo 1.125 m até a altura da linha divisória municipal entre Salvador e Simões Filho, determina-se o ponto 1, com UTMs de Lat. S 8.579.750 e Long. W 559.600; daí, seguindo na direção Leste – Oeste, acompanhando a Via Bronze até encontrar o entroncamento dessa Via com a BA-528, determina-se o ponto 02, com UTMs de Lat. S 8.579.875 e Long. W 559.000; daí, tomando o sentido sul, acompanhando sempre pela margem esquerda da estrada da Base Naval de Aratu (BA-528), servindo essa como limite até determinar-se o ponto 03, no entroncamento dessa Via com a Estrada Boca da Mata, com UTMs de Lat. S 8.578.550 e Long. W 559.248; daí, cruzando-se a BA-528 e seguindo numa linha reta de 1.312 m no sentido Nordeste – Sudoeste, determina-se o ponto 04, com UTMs de Lat. S 8.577.375 e Long. W 558.562; daí, seguindo uma linha reta traçada na direção Norte - Sul com 625 m, determina-se o ponto 05, com UTMs de Lat. S 8.576.750 e Long. W 558.500; daí, seguindo uma linha reta descendente no sentido Nordeste - Sudoeste com 500 m, determina-se o ponto 06, com UTMs de Lat. S 8.576.375 e Long. W 558.125; daí, seguindo no sentido descendente, direcionado para o Sul, traçando uma reta com 1.000 m, determina-se o ponto 07, com UTMs de Lat. S 8.575.500 e Long. W 557.755; daí, seguindo uma linha reta na direção Sudeste com 125 m, determinase o ponto 08, com UTMs de Lat. S 8.575.375 e Long. W 557.860; daí, seguindo uma linha reta na direção Oeste com 313 m, determinase o ponto 09, com UTMs Lat. S 8.575.230 e Long. W 557.600; daí, seguindo uma linha reta descendente na direção Sul com 1.375 m, determina-se o ponto 10, com UTMs Lat. S 8.574.000 e Long. W 557.062; daí, seguindo uma linha reta no sentido Leste - Oeste com

250 m, determina-se o ponto 11, com UTM's Lat. S 8.574.100 e Long. W 556.812; daí, seguindo a direção Sudeste, traçando uma linha reta de 62,5 m até a margem da Av. Afrânio Peixoto (Av. Suburbana), determina-se o ponto 12, com UTM's de Lat. S 8.574.025 e Long. W 556.762; daí, seguindo no sentido Sudeste até a bifurcação da Av. Afrânio Peixoto com a Rua São Bento, determina-se o ponto 13, com UTM's Lat. S 8.573.900 e Long. W 556.825; daí, seguindo uma linha descendente na direção Sul, acompanhando a margem esquerda da Av. Suburbana, determina-se o ponto 14, com UTM's Lat. S 8.573.125 e Long. W 556.623; daí, seguindo a direção Leste, acompanhando a Estrada do Cabrito, a Oeste do local conhecido como Bela Vista do Lobato, determina-se o ponto 15, com UTM's Lat. S 8.573.550 e Long. W 557.150; daí, seguindo e contornando o extremo Sul da área que limita o Parque São Bartolomeu, determina-se o ponto 16, exatamente ao lado da Rua 8 de novembro, com UTM's Lat. S 8.573.537 e Long. W 557.312; daí, seguindo em linha reta na direção Sul – Nordeste com 1.060 m, determina-se o ponto 17, com UTM's Lat. S 8.574.375 e Long. W 557.937, localizado na margem da estrada de São Bartolomeu; daí, seguindo uma linha reta ascendente no sentido Sul - Norte com 312 m, determina-se o ponto 18, com UTM's Lat. S 8.574.687 e Long. W 557.937; daí, seguindo pela Estrada Expressa do Cobre, estrada essa não pavimentada e sem meio-fio, acompanhando sua sinuosidade no sentido Leste - Oeste, cruzando a Rua Machado (sul da área do Parque Florestal da Represa do Cobre), determina-se o ponto 19, com UTM's de Lat. S 8.574.425 e Long. W 558.687; daí, seguindo até o ponto 20, com UTM's Lat. S 8.574.562 e Long. W 558.662; daí, seguindo em linha reta de aproximadamente 87 m, determina-se o ponto 21, com UTM's Lat. S 8.574.662 e Long. W 558.675; daí, seguindo e contornando o Conjunto Pirajá II, pelo setor Oeste e Norte, acompanhando o limite do Parque Florestal da Represa do Cobre, determina-se o ponto 22, com UTM's de Lat. S 8.574.712 e Long. W 559.659; daí, seguindo uma linha reta de 375 m, em direção Leste até a rótula na estrada velha Salvador - Feira de Santana, determina-se o ponto 23, com UTM's Lat. S 8.574.587 e Long. W 559.450; daí, seguindo pela margem esquerda da estrada Velha Salvador – Feira de Santana, no sentido Oeste – Leste, determina-se o ponto 24, na BR-324 (Salvador-Feira), com UTM's Lat. S 8.574.650 e Long. W 559.975; daí, seguindo a direção Sul - Norte pela margem esquerda da BR-324, a uma distância de 400 m, contornando a rótula que dá acesso à estrada da Base Naval de Aratu, até a margem da BA-528, determina-se o ponto 25, com UTM's de Lat. S 8.575.125 e Long. W 560.287; daí, seguindo pela margem esquerda (sentido Sul - Norte) da rodovia Ba-528, numa linha reta de 1.500 m, determina-se o ponto 26, na bifurcação dessa estrada, com UTM's de Lat. S 8.576.500 e Long. W 560.500; daí, seguindo e cruzando a BA- 528 (estrada da Base Naval

de Aratu) no local onde ela bifurca, e seguindo pelo caminho –estrada não pavimentada, a uma distância de 187 m, na direção Nordeste, determina-se o ponto 27, com UTM's Lat. S 8.576.662 e Long. W 560.625; daí, seguindo no sentido Sul – Norte, acompanhando o meridiano Long. W 560.625 até encontrar o ponto inicial zero, com UTM's Lat. S 8.579.755 e Long. W 560.662, fecha-se, assim, a poligonal.

Anexo 5 Salvaguarda de Reassentamento do BID

Reasentamiento Involuntario

Definición y Alcance

Esta política abarca todo desplazamiento físico involuntario de personas causado por un proyecto del Banco. Se aplica a todas las operaciones financiadas por el Banco, tanto del sector público como del privado, en las cuales el financiamiento del Banco esté encauzado directamente (como en el caso de los préstamos de inversión) o sea administrado por intermediarios (programas de obras múltiples, por etapas o de crédito multisectorial). Excluye los planes de colonización así como el asentamiento de refugiados o víctimas de desastres naturales.

Objetivo

El objetivo de la política es minimizar alteraciones perjudiciales en el modo de vida de las personas que viven en la zona de influencia del proyecto, evitando o disminuyendo la necesidad de desplazamiento físico, y asegurando que, en caso de ser necesario el desplazamiento, las personas sean tratadas de manera equitativa y, cuando sea factible, participen de los beneficios que ofrece el proyecto que requiere su reasentamiento.

Principios

Para lograr los objetivos globales de esta política, las operaciones que puedan requerir reasentamiento serán evaluadas y preparadas conforme a dos principios fundamentales.

1. **Se tomarán todas las medidas posibles** para evitar o reducir al mínimo la necesidad de reasentamiento involuntario. Se deberá realizar un análisis profundo de las alternativas del proyecto para identificar soluciones que sean viables desde el punto de vista económico y técnico, eliminando a la vez, o disminuyendo al mínimo, la necesidad de reasentamiento involuntario. Al examinar las ventajas y desventajas de las alternativas, es importante que se cuente con un cálculo razonable del número de personas que probablemente se verán afectadas y con una estimación de los costos del reasentamiento. Se deberá prestar especial atención a los aspectos socioculturales, tales como la trascendencia cultural o religiosa de la tierra, la vulnerabilidad de la población afectada o la disponibilidad de sustitución en especie de los activos, particularmente cuando tengan consecuencias intangibles importantes. Cuando un número considerable de personas o una proporción significativa de la comunidad afectada tendrían que ser reasentados y/o los impactos afecten bienes y valores que son difíciles de cuantificar y compensar, después de haber explorado las otras posibles opciones, se debe considerar seriamente la alternativa de no seguir adelante con el proyecto.
2. **Cuando el desplazamiento sea inevitable**, se deberá preparar un plan de reasentamiento que asegure que las personas afectadas serán indemnizadas y rehabilitadas de manera equitativa y adecuada. La indemnización y la rehabilitación son consideradas equitativas y adecuadas cuando aseguren que, en el plazo más breve posible, las poblaciones reasentadas y las receptoras: i) lograrán unos estándares mínimos de vida y acceso a tierra, recursos naturales y servicios (tales como agua potable, saneamiento, infraestructura comunitaria, titulación de tierras) que sean, como mínimo,

equivalentes a lo que tenían anteriormente; ii) recobrarán todas las pérdidas causadas por dificultades transitorias; iii) experimentarán un mínimo desmantelamiento de sus redes sociales, oportunidades de trabajo o producción y del acceso a recursos naturales y servicios públicos; y iv) dispondrán de oportunidades para el desarrollo social y económico. .

Consideraciones Especiales

Existen ciertas características de contexto que afectarán a la preparación de los componentes de reasentamiento de una operación del Banco, a saber:

Magnitud. Cuando el número de personas que haya que reasentar sea pequeño (determinación que depende del marco de referencia concreto y del grado de desmantelamiento que represente para la comunidad), el grupo afectado no sea vulnerable y la titulación de los activos afectados sea clara, o el entorno institucional y el mercado ofrezcan oportunidades razonables para la sustitución de los activos o ingresos, y los factores intangibles no sean importantes, puede ser innecesaria la preparación de un plan de reasentamiento. En esos casos, se podrá tratar la reubicación por medio de disposiciones contractuales acordadas mutuamente antes de que avance el proyecto.

La Reubicación como Objetivo del Proyecto. Cuando el objetivo principal de una operación consista en trasladar a las personas de áreas que no son adecuadas para el asentamiento humano, o cuando se trate de proyectos de mejoramiento urbano para ofrecer la infraestructura básica o resolver problemas de tenencia de la tierra, el principio rector consistirá en perturbar al mínimo a la población afectada. En el diseño y ejecución del plan de reasentamiento, se tomarán en cuenta los puntos de vista de la población afectada y, cuando sea posible, se establecerán procedimientos voluntarios para determinar qué hogares habrán de ser reubicados. El plan asegurará también que las personas desplazadas tengan acceso a oportunidades de empleo y servicios urbanos equivalentes o mejores.

Análisis del Riesgo de Empobrecimiento . Cuando la información de base indique que un número importante de las personas que se reasentarán pertenecen a grupos marginales o de bajos ingresos, se prestará especial consideración al riesgo de empobrecimiento que enfrentarán como consecuencia del reasentamiento debido a: i) la pérdida de vivienda, tierras, acceso a propiedad común u otros derechos a bienes raíces, debido a la falta de titulación transparente, presiones económicas u otros factores; ii) la pérdida de empleo; iii) la pérdida de acceso a los medios de producción; iv) la inseguridad alimentaria y el aumento de la morbilidad y mortalidad; v) la desarticulación de las redes sociales; y vi) la pérdida del acceso a la educación. Se llevará a cabo tan pronto como sea posible, un análisis detallado que abarque consideraciones de género, étnicas, ingreso y otros factores socioeconómicos, a fin de determinar los riesgos y elaborar medidas preventivas para reducirlos al mínimo. En esas circunstancias, se ofrecerá como opción la indemnización en efectivo, sólo si las condiciones económicas y sociales de la población afectada, el entorno institucional y del mercado de vivienda, o los servicios complementarios incluidos en el plan de reasentamiento permitan que su inversión asegure el restablecimiento del nivel de vida de la población afectada.

Comunidades Indígenas. Aquellas comunidades indígenas o de otras minorías étnicas de bajos ingresos, cuya identidad está basada en el territorio que han ocupado tradicionalmente son especialmente vulnerables al empobrecimiento y dislocación que puede producir el reasentamiento. A menudo carecen de derechos formales de propiedad sobre las tierras de las cuales dependen para su sustento y se encuentran en desventaja para presentar reclamos de indemnización y rehabilitación. Por lo tanto, el Banco sólo respaldará operaciones que conlleven el reasentamiento de comunidades indígenas o de otras minorías étnicas de bajos ingresos en áreas rurales, si el Banco puede comprobar que: i) el componente de reasentamiento beneficiará directamente a la comunidad afectada en relación con su situación anterior ; ii) los derechos consuetudinarios de la comunidad se reconocerán plenamente y se recompensarán en forma equitativa; iii) las opciones de indemnización incluirán reasentamiento basado en la compensación de tierra por tierra ; y iv) las comunidades afectadas hayan otorgado su consentimiento fundamentado a las medidas de reasentamiento y compensación.

Préstamos Globales y Sectoriales. En ciertos tipos de operaciones del Banco, donde las inversiones de infraestructura no están específicamente identificadas antes de la aprobación del proyecto, no es posible incluir la preparación de planes de reasentamiento en la preparación del proyecto mismo. Sin embargo, es necesario incluir en este tipo de operaciones, medidas diseñadas para asegurar que cualquier reasentamiento que se requiera posteriormente sea llevado a cabo de acuerdo a los lineamientos y políticas del Banco como sigue:

1. **Préstamos Globales.** Cuando una operación global (como crédito global, obras múltiples, por etapas, fondos de inversión social, desarrollo municipal) proporciona financiación a través de agencias intermediarias para subproyectos que no son identificados ex-ante, no es posible preparar planes de reasentamiento con antelación. Se identificarán los posibles efectos en materia de reasentamiento, mediante el análisis de una muestra de proyectos y de consideraciones generales sobre los tipos de proyecto que se prevé financiar, y se los tratará conforme a los lineamientos de reasentamiento involuntario. Cuando se identifique que el proyecto podrá tener un impacto de reasentamiento, se realizará un análisis del marco jurídico e institucional local para identificar y elaborar mecanismos de ejecución adecuados. El reglamento operativo incluirá procedimientos para identificar aquellos proyectos que puedan conllevar reasentamiento y para aplicar los requerimientos que cumplen con las políticas y lineamientos del Banco en materia de reasentamiento involuntario.

2. **Préstamos Sectoriales.** Algunos préstamos sectoriales son diseñados para promover el crecimiento e inversión en sectores que requieren la construcción de infraestructura que probablemente dará lugar a reasentamiento involuntario (tales como transporte, generación de electricidad, agua y saneamiento y otros). En los casos identificados arriba en los que los préstamos sectoriales incluyan iniciativas para fortalecer la capacidad institucional y reformar el marco regulador, se promoverán disposiciones acertadas para el uso de prácticas adecuadas de reasentamiento.

Reasentamiento Temporal. Cuando un proyecto requiera la reubicación temporal de personas, las actividades de reasentamiento estarán sujetas a consideraciones y criterios que sean congruentes con

esta política y, a la vez, se tomará en cuenta la naturaleza temporal del desplazamiento. El objetivo continúa siendo reducir al mínimo la perturbación de la población afectada. Se dedicará especial atención a evitar los impactos negativos e irreversibles (tales como la pérdida permanente de empleo), a la prestación de servicios temporales adecuados y, cuando sea apropiado, a la indemnización por dificultades causadas por la transición.

Criterios para el Diseño y Evaluación del Plan de Reasentamiento

Una vez que se haya llegado a la conclusión de que: a) la alternativa de proyecto que incluye un componente de reasentamiento es la más adecuada para lograr los objetivos del proyecto; y b) que se necesita elaborar un plan completo de reasentamiento, se aplicarán los siguientes criterios:

Información de Base. Se deberá recopilar información confiable de base con la mayor antelación posible, la cual deberá incluir datos sobre el número de personas que se reasentarán, así como sus características socioeconómicas y culturales, incluida la desagregación por género. Por otra parte, la información constituirá una base importante para la definición de criterios de elegibilidad y los requisitos de indemnización y rehabilitación.

Participación de la Comunidad. El plan de reasentamiento incluirá los resultados de las consultas que se realicen de una manera oportuna y socioculturalmente adecuada con una muestra de personas representativas de las comunidades desplazadas y receptoras. Durante la etapa de diseño, se realizarán consultas que continuarán durante la ejecución y el seguimiento del plan, ya sea de manera directa o por la vía de instituciones representativas y organizaciones de la comunidad. Se identificarán con cuidado los subgrupos más vulnerables para asegurar que sus intereses están debidamente representados en el proceso.

Indemnización y Rehabilitación. Las opciones de indemnización y rehabilitación deberán ofrecer un valor equitativo de sustitución de los activos perdidos, así como los medios necesarios para restablecer la subsistencia y el ingreso, reconstruir las redes sociales que respaldan la producción, servicios y asistencia mutua e indemnizar por las dificultades causadas por la transición (como pérdida de cosechas, costos del desplazamiento, interrupción o pérdida del empleo, pérdida de ingresos y otros). Las medidas se deben tomar a tiempo para asegurar que las dificultades producidas por la transición no se prolonguen de manera innecesaria y causen daños irreparables. Las opciones ofrecidas deberán ser adecuadas para las personas afectadas y reflejar sus capacidades y aspiraciones realistas. El conjunto de medidas de indemnización y rehabilitación deberá tener en cuenta los activos intangibles, especialmente los activos sociales y culturales no monetarios, en particular en el caso de las poblaciones rurales con derechos consuetudinarios a la tierra y los recursos naturales. Cuando se incluyan opciones de vivienda y servicios, deberán ser adecuadas para el entorno social y cultural y, como mínimo, deberán satisfacer los estándares mínimos de vivienda y acceso a servicios básicos, independientemente de las condiciones anteriores al reasentamiento. El diseño de los paquetes de indemnización así como los mecanismos de consulta comunitaria y toma de decisiones incluidos en el

programa de reasentamiento, tomarán en cuenta las características de la población reasentada que será identificada en la información de base desagregada por género, pertenencia étnica, edad y otros factores que señalen su vulnerabilidad y/o sus necesidades especiales.

Marco Jurídico e Institucional. En el plan de reasentamiento se deberá identificar el entorno jurídico e institucional en cuyo marco se aplicarán las medidas de indemnización y rehabilitación. El primer paso que se debe dar al elaborar el conjunto de medidas de indemnización y rehabilitación consistirá en determinar los derechos de las personas afectadas en el marco de las leyes y normas aplicables, identificar los servicios o beneficios sociales a los cuales hayan tenido acceso y asegurar que se disponga de recursos suficientes. El siguiente paso consiste en evaluar las medidas eventuales adicionales para restablecer el sustento de la población afectada al nivel anterior al reasentamiento y diseñar mecanismos que tengan la capacidad de prestación de los bienes y servicios necesarios, incluidos procedimientos eficaces y rápidos para la solución de controversias. De esa manera, el conjunto de medidas de indemnización y rehabilitación podrá funcionar en el marco de las limitaciones de las leyes e instituciones locales, complementándolas con medidas específicas del proyecto únicamente cuando sea necesario. Esta acción conducirá a la identificación de deficiencias en los marcos institucionales y reglamentarios en el ámbito local, que no necesariamente habrá que incorporar al plan de reasentamiento, pero que eventualmente podrán tratarse por medio del fortalecimiento institucional u otros componentes en el caso de que el prestatario y el Banco convengan en ello.

Medio Ambiente. Los planes de reasentamiento deberán tomar en cuenta las consideraciones ambientales para prevenir o aliviar los efectos causados por el desarrollo de infraestructura, la mayor densidad demográfica del área receptora o la demanda excesiva de recursos naturales y las presiones sobre zonas ecológicamente vulnerables. Cuando la magnitud del componente de reasentamiento o la naturaleza de las zonas afectadas así lo requiera, para cada uno de los lugares de reubicación propuestos se realizará una evaluación del impacto ambiental, incluida la capacidad de sustento y efectos socioeconómicos en la comunidad receptora y el plan de ordenación ambiental se incluirá en el plan de reasentamiento.

Cronograma. Se deberá preparar un plan de reasentamiento preliminar como parte de la evaluación del impacto ambiental y social (EIA). Este plan incluirá un proceso significativo de consulta con la población afectada y deberá ser parte del EIA antes de que se realice la misión de análisis. Deberá incluir información suficiente para que sea evaluada junto con los otros componentes del proyecto, que deberá constar, como mínimo, de: i) evidencia de que se han tomado medidas apropiadas para prevenir nuevos asentamientos en la zona que estará sujeta a reasentamiento; ii) una fecha límite tentativa para determinar la elegibilidad en materia de indemnización; iii) una estimación del número de personas que serán reasentadas, la cual deberá estar fundamentada en datos suficientemente confiables; iv) una definición de las diversas opciones que estarán disponibles en el marco del conjunto de medidas de indemnización y rehabilitación; v) un cálculo aproximado del número de

personas que serán elegibles para cada una de las opciones; vi) el presupuesto y calendario de ejecución preliminares; vii) un diagnóstico de la viabilidad del marco reglamentario e institucional incluyendo la identificación de los aspectos por resolver y; viii) evidencia de que se ha consultado con las poblaciones afectadas. El plan se resumirá en el Informe de Impacto Ambiental y Social (ESIR).

Se presentará un plan de reasentamiento final a la Administración del Banco, para su aprobación, como complemento del Informe de Impacto Ambiental y Social, antes de que los documentos correspondientes a la operación se distribuyan al Directorio Ejecutivo para su consideración. El plan final deberá incluir: i) la definición del conjunto final de opciones de indemnización y rehabilitación; ii) los criterios de elegibilidad para cada opción; iii) un cálculo razonablemente exacto del número de personas sujetas a cada opción o una combinación de ellas; iv) disposiciones institucionales y/o un mecanismo de ejecución en cuyo marco se puedan implementar las leyes y normas locales que sean aplicables y que estén relacionadas con la expropiación, los derechos de propiedad y la gestión de las actividades de reasentamiento de manera oportuna, que asigne responsabilidades claras para la ejecución de todos los componentes del plan de reasentamiento y que ofrezca una coordinación adecuada con los otros componentes del proyecto; v) el presupuesto final financiado en el marco del presupuesto global del proyecto; vi) el calendario de ejecución de las actividades que se deben llevar a cabo para prestar los bienes y servicios incluidos en el conjunto de medidas de indemnización y rehabilitación, con vinculación a los puntos principales del proyecto global para que los lugares de reubicación (u otros servicios) estén disponibles de manera oportuna; vii) disposiciones para la consulta y la participación de entidades locales (públicas o privadas) que puedan contribuir a la ejecución y asumir la responsabilidad de la operación y el mantenimiento de los programas y la infraestructura; viii) disposiciones de seguimiento y evaluación, incluido el financiamiento, desde el inicio del período de ejecución hasta la fecha establecida como objetivo para la rehabilitación plena de las comunidades reasentadas; ix) disposiciones para acuerdos de supervisión participativa, los cuales se podrán utilizar, junto con el seguimiento, como sistema de alerta para identificar y corregir problemas durante la etapa de ejecución; y x) un mecanismo para la solución de controversias relacionadas con tierras, indemnización y otros aspectos del plan.

Seguimiento y Evaluación. El componente de reasentamiento de una operación debe estar cubierto completa y específicamente en los informes de progreso del proyecto total e incluido en el marco lógico de la operación. Las actividades de seguimiento se enfocarán en el cumplimiento del plan de reasentamiento en cuanto a las condiciones sociales y económicas alcanzadas o mantenidas en las comunidades reasentadas y receptoras. El plan y el convenio de préstamo especificarán los requisitos de seguimiento y evaluación y sus cronogramas. Cuando sea posible, indicadores cualitativos y cuantitativos serán incluidos como puntos de referencia para evaluar en intervalos de tiempo críticos aquellas condiciones relacionadas con el progreso de la ejecución del proyecto total. La evaluación final se planeará según la fecha estimada de la finalización del plan, es decir, el momento en que se espera que los estándares de vida para los que el plan fue diseñado se han alcanzado. En el caso de los préstamos globales, los reglamentos operativos requerirán la aprobación del Banco del plan de

reasentamiento antes de que se haga el compromiso de financiar cualquier subproyecto que requiera reasentamiento. El sistema de seguimiento proveerá supervisión y evaluación multidisciplinaria en la medida que la complejidad de los respectivos planes de reasentamiento lo requiera.

Coordinación con Otras Políticas y Lineamientos del Banco.

La aplicación de esta política se facilitará con lineamientos operacionales globales sobre reasentamiento involuntario que publicará la Administración. También se aplicará de manera congruente con todas las otras políticas y lineamientos pertinentes del Banco. Algunas de las referencias, entre otras, incluyen las Políticas sobre Preparación, Evaluación y Aprobación de Proyectos (OP-302), Desarrollo Urbano y Vivienda (OP-751), Disponibilidad de Información (OP-102), la Mujer en el Desarrollo (OP-761) y Medio Ambiente (OP-703).
